

Círculos de Aprendizagem para a

SUSTENTABILIDADE

Caminhada do Coletivo Educador
da Bacia do Paraná III e
Entorno do Parque Nacional do Iguazu
2005 - 2007



Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade

Caminhada do Coletivo Educador
da Bacia do Paraná III e
Entorno do Parque Nacional do Iguaçu
2005 - 2007

República Federativa do Brasil

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar

Ministério do Meio Ambiente

Ministra

Marina Silva

Secretaria Executiva

João Paulo Capobianco

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Hamilton Pereira

Departamento de Educação Ambiental

Marcos Sorrentino

Departamento de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios, Bloco B,
Sala 553 – 70068-900 – Brasília – DF

Tel.: 55.61-3317.1278

Fax: 55.61-3317.1757

educambiental@mma.gov.br

www.mma.gov.br

Parque Nacional do Iguaçu

Chefia

Jorge Luiz Pegoraro

Parque Nacional do Iguaçu

BR 469 – Km 22,5

Caixa Postal 05

85857-970 – Foz do Iguaçu – PR

Tel.: (45) 3521.8383

Fax: (45) 3521.8360

parnaguassu.pr@ibama.gov.br

www.ibama.gov.br/parna_iguacu

Itaipu Binacional

Diretor-Geral Brasileiro

Jorge Samek

Diretoria de Coordenação

Nelton Miguel Friedrich

Superintendência de Meio Ambiente

Jair Kotz

Gerência Executiva do Programa Cultivando Água Boa

Odacir Fiorentin

Departamento de Proteção Ambiental

Rosana Lemos Turmina

Divisão de Educação Ambiental

Silvana Vitorassi

Itaipu Binacional

Rua Tancredo Neves, 6001

85866-901 – Foz do Iguaçu – PR

Tel.: (45) 3520.5879

Fax: (45) 3520.5808

educambiental@itaipu.gov.br

www.itaipu.gov.br



Integração que gera energia e desenvolvimento



Ministério da
Educação
Ministério do
Meio Ambiente

Círculos de Aprendizagem para a SUSTENTABILIDADE

Caminhada do Coletivo Educador
da Bacia do Paraná III e
Entorno do Parque Nacional do Iguaçu
2005 - 2007

Foz do Iguaçu, 2007

Copyright 2007 – Itaipu Binacional e Ministério do Meio Ambiente

Autoras

Moema L. Viezzer

Rosane Pletsch

Roseli Bernardete Dahlem

Silvana Vitorassi

Valéria Crivelaro Casale

Organização

Moema L. Viezzer

Revisão Institucional

Maria Emilia Medeiros de Souza

Edição

Tereza Moreira

Projeto Gráfico

Luiz Daré

Fotos

Acervo do Programa FEA

VIEZZER, Moema L.

Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade : caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005-2007 / Moema L. Viezzer, Rosane Pletsch, Roseli Bernadete Dahlem ... [et al]; coordenação de Moema L. Viezzer; revisão institucional Maria Emilia Medeiros de Souza; edição de Tereza Moreira; projeto gráfico de Luis Daré. - Foz do Iguaçu: ITAIPU Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007.

200 p. : il. col.

Vários autores

Inclui gráficos e figuras.

ISBN 978-85-85263-03-4

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental. I. Título.

CDU 572

Bibliotecária responsável: CRB- 9/1351

“Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.”

Último parágrafo da Carta da Terra

Dedicatória

Este livro é dedicado a todas as pessoas e instituições que, de diferentes formas, contribuíram no processo de formação de educadoras e educadores ambientais aqui descrito.

*“Caminhante, não há caminho,
faz-se caminho ao andar.”*
Antônio Machado



Prefácio

A experiência humana na Terra é marcada pela aprendizagem permanente, mediada pelas interações sociais e com a Natureza. Nessa caminhada, pontilhada por erros e acertos, a humanidade vem testando diferentes formas de convivência entre si e com as demais espécies. No entanto, chegamos a um ponto de inflexão.

Num mundo marcado pelo fenômeno da globalização, os impactos das mudanças climáticas também são globais e afetam indistintamente todos os seres vivos e ecossistemas. Não podemos ignorar as graves ameaças que pairam sobre a humanidade e o planeta. E nenhuma pessoa, instituição ou país pode imaginar ter respostas prontas para tamanhos desafios.

É neste contexto que a educação para a sustentabilidade socioambiental adquire sentido de urgência e prioridade. A gravidade do aquecimento global exige mais do que a mobilização das elites do conhecimento científico. Para vencê-lo, todos nós devemos fazer a nossa parte. Precisamos atuar, do nível mais local às instâncias de âmbito mundial, para construir bases seguras para um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Esta mudança pressupõe uma cultura baseada no cuidado do meio ambiente.

A formação para a “Ética do Cuidado” representa a essência da proposta de Educação Ambiental que esta publicação apresenta. Trata-se de uma iniciativa voltada à totalidade das populações que habitam a Bacia do Paraná III e do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Esta proposta brota da experiência em fase de enraizamento em toda região, que se baseia na formação do Coletivo Educador, interagindo com comunidades de aprendizagem em busca de mudar o mundo a partir do agir e das transformações locais.

O Ministério do Meio Ambiente e a Itaipu Binacional têm a honra de apresentar esta publicação, como exemplo de uma prática de Educação Ambiental que está se espalhando por todo o país. Iniciativas como esta são incentivadas e apoiadas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, marcada pelo caráter emancipatório, participativo, descentralizado e biorregionalizado.

Marina Silva
Ministra do
Meio Ambiente

Jorge Samek
Diretor-Geral Brasileiro
da ITAIPU Binacional



Apresentação

Quem percorre os municípios da Bacia do Paraná III e a quase totalidade dos municípios do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, depara-se com uma verdadeira rede de aprendizagem permanente voltada para a “Ética do Cuidado” com o meio ambiente e os seres humanos que ali vivem. Sobre um território de um milhão de habitantes, quase três mil pessoas desenvolvem o hábito de se reunirem em comunidades de aprendizagem formadas em bairros, ruas, escolas, sindicatos, localidades rurais e associações de distintos tipos, para formarem-se e contribuírem na formação de uma atuante rede de educadoras e educadores ambientais.

Formam círculos de aprendizagem participativa sobre meio ambiente e qualidade de vida que, por exemplo, agregam famílias agricultoras, para priorizar a agricultura orgânica e o cultivo de ervas medicinais, ou pessoas que geram renda adicional e ajudam a melhorar a qualidade de vida por meio da reciclagem de materiais, ou ainda, atuam nas escolas, com professoras e professores formados para ensinar e praticar com crianças uma alimentação recheada de sabor local e cultivada nas próprias escolas sem o uso de agrotóxicos.

Iniciativas já existentes, como as de universidades, prefeituras e ONGs, unem-se às do Parque Nacional do Iguaçu, com a Escola Parque – criada para receber a comunidade do entorno desta unidade de conservação (um local para conhecer e interagir com a natureza circundante remanescente da Mata Atlântica) – e ao Programa Cultivando Água Boa, com seus diversos projetos, que vão da conservação do solo à inclusão social, proposto e coordenado pela Itaipu Binacional nos 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná III. Essas instituições acolhem e estimulam tais círculos de aprendizagem com a convicção de que apenas a sinergia entre as mesma possibilitará uma Educação Ambiental permanente, continuada, transformadora, crítica e emancipatória, junto à totalidade dos habitantes dessa região.

Essas iniciativas têm um mote condutor: a melhoria da qualidade de vida e a recuperação dos passivos ambientais, por meio de uma Educação Ambiental voltada para a cidadania e a sustentabilidade socioambiental. Educadoras e educadores que se formam nesse processo pretendem envolver microbacia por microbacia, propriedade por propriedade, cidade por cidade

em diagnósticos, projetos, pactos, convênios e, principalmente, muita ação ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente desenvolve, desde 2003, uma política pública de Educação Ambiental marcada por um enfoque descentralizado, participativo e que busca respeitar as características de cada biorregião. Por meio da implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental pretende envolver e desencadear um processo de ecoeducação de toda a população brasileira. A Itaipu Binacional, por sua vez, realiza – como parte da redefinição de sua missão institucional – uma proposta arrojada de Educação Ambiental centrada no território, visto a partir da gestão na bacia hidrográfica. No bojo desse diálogo, uniu-se o Parque Nacional do Iguaçu, para implementar-se o Programa FEA, como estratégia inicial para o fortalecimento dos municípios da região, no sentido de serem cotidianamente educadores e sustentáveis.

O texto que segue fornece uma visão do que podem significar os Coletivos Educadores constituídos a partir desse novo desenho do fazer político da Educação Ambiental. A experiência aqui retratada representa um “novo jeito de ser” ecopedagógico, permeado pelo princípio do diálogo entre saberes e cuidados. Consideramos que essa abordagem seja capaz de assegurar a capilaridade e o conseqüente enraizamento da proposta até atingir a totalidade da população do território, tornando-se o elo de junção dos mais diversificados programas.

Essa forma de trabalho rompe com o velho paradigma da Educação Ambiental focada apenas no conteúdo informativo, ainda bastante comum nos bancos de escola. Traz como novidade o estímulo a que as pessoas incorporem na vida diária, ou seja, na escola da vida, os valores e cuidados necessários. Uma proposta que pretende permear todas as estruturas institucionais, sejam elas governamentais ou não.

Tal maneira de atuar requer formação específica e continuada e traz implícita novas formas de aprendizagem no contexto de uma pedagogia marcada pelo diálogo. Nesse sentido, parcerias de todos os tamanhos e diálogo entre saberes diversificados são da maior importância, das instituições âncoras, que sustentam o trabalho, aos grupos locais de animação e às comunidades de aprendizagem.

A publicação deste trabalho é de grande valia para o Coletivo Educador da região, mas representa também uma partilha da experiência aqui desenvolvida com outros coletivos educadores espalhados pelos diversos biomas do território nacional. Serve ainda como referência de prática pedagógica para prefeituras, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais, meios de comunicação e outros tipos de instituições, em sua busca por experiências capazes de promover as transformações pelas quais o planeta necessita passar em direção a um futuro sustentável. Afinal, “somos todos aprendizes” na arte de criar novas políticas de Educação Ambiental para a sustentabilidade.

Boa leitura!

Marcos Sorrentino

Ministério do
Meio Ambiente

Nelton Miguel Friedrich

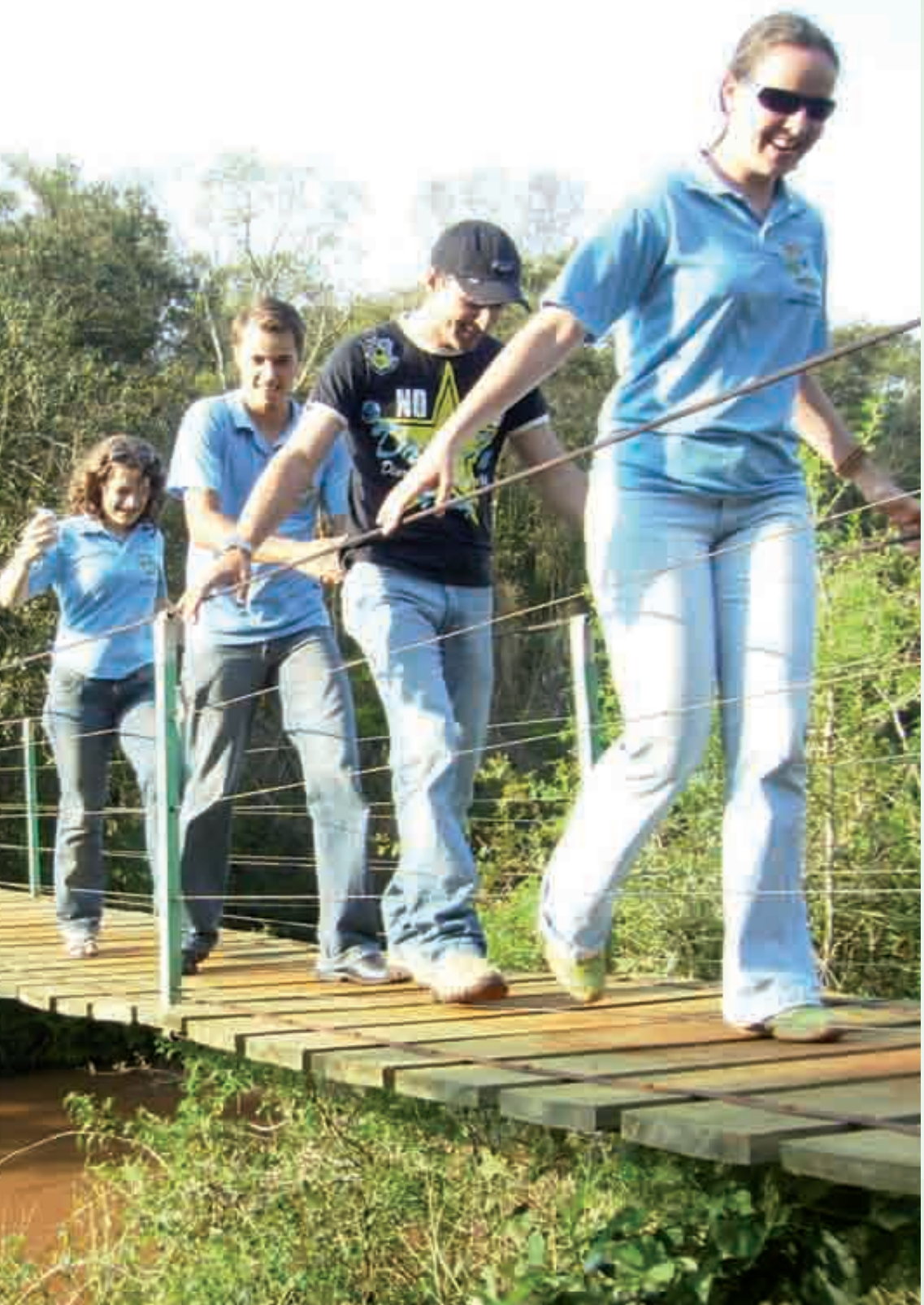
Itaipu Binacional

Jorge Pegoraro

Parque Nacional
do Iguaçu

Sumário

Introdução	15
Um “Mergulho” no Território	20
Buscando Passagem para Novos Paradigmas	40
Atores Sociais que Interagem no FEA	76
A Construção do Coletivo Educador na Região	90
A Formação de Educadores e Educadoras Ambientais	102
A Mesma Aprendizagem... Em “Outras Palavras”	136
Transpondo as “Pedras” do Caminho	156
Continuando a Sinfonia... Nosso Caminho Adiante	168
Referências Bibliográficas	177
Anexo: Integrantes do FEA até o fim de 2007	183



Introdução

O texto que segue é o relato de uma aprendizagem transformadora em curso. Parte integrante do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA), orienta-se pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental e tem como cenário a região da Bacia do Paraná III, os municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu e o Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo o oeste e o sudoeste paranaense e um município de Mato Grosso do Sul.

A experiência aqui descrita, conhecida na região como FEA, inscreve-se num espaço regional onde já se desenvolviam ações educativas. A aproximação das duas instituições âncoras do Programa, Itaipu Binacional e Parque Nacional do Iguaçu, deu-se a partir das ações socioambientais que ambas realizam por meio do Programa Cultivando Água Boa, na Bacia do Paraná III, e da Escola Parque, nos municípios do entorno do Parque. A essa iniciativa juntaram-se várias instituições locais governamentais e não-governamentais, que constituíram posteriormente o Coletivo Educador dessa região.

Ao todo, 34 municípios, com uma população de cerca de um milhão de habitantes, foram envolvidos nesse programa que vislumbra as populações de todo o território como cidadãos e cidadãs ecoeducados e ecoeducadores. O Programa FEA volta-se para a busca da sustentabilidade física, econômica, social, ambiental, cultural, política, institucional da região e orienta-se pelo conceito de Educ-Ação Ambiental, entendida como aprendizagem transformadora por meio da ação socioambiental.

As diretrizes que orientam o Programa FEA podem ser assim resumidas:

- A gestão ambiental não significa apenas um conjunto de intervenções técnicas. Traz implícita a necessidade da formação permanente e continuada para a “Ética do Cuidado”. Isso inclui necessariamente a aprendizagem para o diálogo entre atores sociais e a formação para a mediação de conflitos socioambientais.

- A participação dos atores sociais que interferem na qualidade de vida e do ambiente é condição indispensável para o êxito permanente das ações técnicas desenvolvidas. Nesse contexto, a Educação Ambiental dialoga com os diversos programas e projetos de responsabilidade socioambiental, os quais, em sua totalidade, devem se voltar para a construção de alternativas que visam à sustentabilidade.
- A transversalidade é exercício permanente da Educação Ambiental. Os conhecimentos, a consciência e as atitudes adquiridas só alcançam seu pleno significado quando se transformam em ações desenvolvidas com as devidas aptidões e a participação cidadã local e planetária. Assim sendo, a Educação Ambiental dialoga permanentemente com pessoas e instituições responsáveis por ações de gestão, legislação, ensino e pesquisa, comunicação e organização social, a quem compete criar condições que visem à sustentabilidade.
- É uma educação política a que está em jogo. Não é neutra. Destina-se a formar cidadãs e cidadãos de todas as idades e setores sociais a entender e refletir sobre o porquê e como fazer acontecer a “Ética do Cuidado” em âmbito local.
- É um processo histórico que necessita de tempo e de condições para chegar aos resultados a serem alcançados como sinais de uma nova cultura. Um ditado chinês milenar talvez seja hoje o mais apropriado para o tema da Educação Ambiental para a Sustentabilidade: “Se você planeja para um ano, plante arroz. Se você planeja para dez anos, plante árvores. Se você planeja para cem anos, forme pessoas”.

Nos caminhos da Educação Ambiental para a sustentabilidade, o Ministério do Meio Ambiente encontrou no Programa Cultivando Água Boa um terreno fértil para dar início a um projeto-piloto, por meio da conexão com o Programa de Educ-Ação Ambiental para a Sustentabilidade que a Itaipu desenvolve em parceria com centenas de instituições da região. Novas sementes foram lançadas e o Programa ganhou impulso com o embasamento conceitual e metodológico do Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), que, por sua vez, foi enriquecido com a possibilidade de realizar na região o sonho de uma política de Educação Ambiental participativa, descentralizada e enraizada no território.

A esta primeira iniciativa somou-se o Parque Nacional do Iguaçu, com a Escola Parque, que vinha desenvolvendo um programa de Educação Ambiental para suscitar nos municípios do entorno o interesse e o compromisso de se engajarem nos esforços de conservação, tornando-se “guardiões do Parque” ao invés de considerá-lo como estorvo, quando não inimigo. A essas duas instituições âncoras congregaram-se outras 42, bem como 34 prefeituras, formando o Coletivo Educador.

Seguindo a orientação da Política Nacional de Educação Ambiental, o FEA segue a metodologia de Pesquisa-Ação-Participante (PAP), também conhecida como Pessoas-que-Aprendem-Participando, a qual se desenvolve mediante círculos de diálogos que vão se ampliando e constituindo “mandalas” multiplicadoras de saberes e cuidados socioambientais. Nessa mandala, o PAP1 é composto pela equipe idealizadora e responsável pela articulação nacional do ProFEA no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Educação; o PAP2 pelos coletivos educadores de cada região/setor onde o ProFEA é implementado; seguindo-se o PAP3, processo de formação de educadoras e educadores ambientais, que, por sua vez, desencadeia o PAP4, constituído por comunidades de aprendizagem.

Após nove meses de diálogos, durante os quais foi elaborado o Cardápio Regional de Formação com os integrantes do PAP2 e o processo participativo de seleção, conforme critérios do Programa, deu-se início à formação do PAP3, originalmente constituído de 298 educadores e educadoras.

Esse processo abrange questões socioambientais diversas, escolhidas e oferecidas pelas instituições do Coletivo Educador em função da realidade regional. As pessoas foram escolhidas por seu compromisso com as questões socioambientais, pelo envolvimento comunitário e pelo potencial de mobilizar comunidades. O objetivo final é chegar, paulatinamente, a políticas públicas que transformem todos os municípios da região em Municípios Educadores Sustentáveis, por meio do diálogo entre coletivos, colegiados, redes, fóruns, projetos e ações socioambientais desenvolvidas no âmbito local e articuladas em outros níveis.

As correntes de pensamento que animam essa iniciativa apontam para sociedades sustentáveis e aparecem em escritos de pensadores e pensadoras de repercussão planetária, tais como Leonardo Boff, Fritjof Capra, Vandana Shiva, Paulo Freire, Maria Mies. Em âmbito nacional, o livro “Encon-

tros e Caminhos”, publicado pelo MMA, constitui uma referência importante para o Programa FEA na região.

O texto que segue descreve o FEA desde sua origem até a constituição das primeiras comunidades de aprendizagem.

O **Capítulo I** faz uma breve descrição da realidade ecológica da região desde o período pré-colonial, passando pelos diferentes ciclos de ocupação do território. Revela os motivos que levam a pensar a Educação Ambiental como formação voltada a estabelecer, neste “pedaço” do Planeta, uma cultura embasada na “Ética do Cuidado”.

O **Capítulo II** ressalta o marco conceitual e o contexto em que se insere o Programa, revelando as mudanças de paradigma sobre a Educação Ambiental. Interiorizados no MMA e na Itaipu, tais conceitos criaram as condições para o estabelecimento do Programa FEA, ao qual juntou-se, posteriormente, o Parque Nacional do Iguaçu.

O **Capítulo III** revela “quem é quem” no FEA, trazendo à tona o conceito de “ator social” e mostrando a importância da articulação e do diálogo para se construir um Coletivo Educador forte na região.

O **Capítulo IV** descreve o processo de formação do Coletivo Educador, que se fundamenta na Pesquisa-Ação-Participante (PAP), com seus diversos círculos de aprendizagem.

O **Capítulo V** dá visibilidade a aspectos do processo de formação que tiveram como objetivo sair do conteudismo na condução dos trabalhos do FEA, criando sinergia de interesses em torno de novas formas de diálogo entre saberes.

O **Capítulo VI** enfatiza a importância das diversas linguagens utilizadas no âmbito da formação de educadores e educadoras ambientais. Mostra como símbolos, dinâmicas e rituais nascidos do processo são essenciais para que as pessoas aprendam com a mente, o corpo e o coração.

O **Capítulo VII** levanta questões abordadas pelos diversos atores sociais envolvidos na formação, a partir das sessões de avaliação realizadas com integrantes do processo FEA em diferentes momentos, visando ao aprimoramento do Programa.

E, por fim, o **Nosso Caminho Adiante** representa uma reflexão das autoras sobre o FEA, revelando aspectos necessários à sua continuidade, sus-

tentabilidade e expansão na Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Esta publicação é fruto de diálogos entre as integrantes da coordenação e a consultora que acompanha o FEA, num processo construtivo que foi, paulatinamente, tomando forma a partir de contribuições de cada integrante do grupo e de “costuras” do produto final em oficinas de trabalho. O período que o mesmo cobre permite resgatar a memória da “trilha” do FEA percorrida até setembro de 2007, apontando para questões básicas que emergiram no processo e que deverão ser sistematizadas oportunamente, incluindo-se a experiência das comunidades de aprendizagem (PAP 4) constituídas durante este ano.

Desejamos que o resultado principal deste trabalho, tal como ocorreu com as demais atividades do processo FEA na região, seja o de abrir caminhos e facilitar a colheita de lições aprendidas para avançarmos no caminho da sustentabilidade.

Foz do Iguaçu, outubro de 2007.

Moema L. Viezzer

Rosane Pletsch

Roseli Bernardete Dahlem

Silvana Vitorassi

Valéria Crivelaro Casale

Capítulo

1

Um “Mergulho” no Território



Vista aérea das propriedades rurais lindeiras ao Reservatório de Itaipu

O extenso título do Programa – Formação de Educadores e Educadoras Ambientais da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – remete naturalmente a um recorte territorial. Nada mais relevante, portanto, do que conhecer aspectos socioambientais dessa região marcada pela tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Tendo a bacia hidrográfica como unidade “natural” de planejamento e atuação, o Programa busca rever divisões geopolíticas artificiais, traçadas a partir de eventos históricos geralmente marcados por guerras, resgatando as feições do território quando ali viviam apenas as nações indígenas.

Ao pesquisar os porquês da devastação acirrada que se sucedeu, em especial a partir das décadas de 1950 e 1960, o texto aborda os diversos momentos de ocupação do território, das obras à “Marcha para o Oeste”, da criação do Parque Nacional do Iguaçu à construção da Hidrelétrica de Itaipu. Fatos que hoje se tornam motivo de intervenções em favor da vida neste “pedaço” do Planeta.

Antes da colonização

Devido à sua importância histórica, a chamada região do Guairá, que compreendia um extenso território nas proximidades do rio Paraná, tem merecido inúmeros estudos arqueológicos e etnohistóricos. Tais estudos demonstram que antes da chegada dos colonizadores e do estabelecimento de fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, viviam nessa região diversas etnias indígenas, entre as quais as do ramo Tupi-Guarani e Jê.

Utilizando-se de relatos de viajantes e de jesuítas, bem como de prospecção em sítios arqueológicos, estudos têm conseguido recompor as características socioambientais dessa extensa região, marcada por feições florestais subtropicais, várzeas e campos ao longo e ao largo do rio Paraná. As datações dos sítios arqueológicos indicam que os guaranis já ocupam a Bacia do Prata há mais de 1.500 anos.

Segundo Melià (1995:15), o guarani, em seus vários dialetos, era, às vésperas da chegada dos europeus neste continente, a língua mais falada na região. Tais observações são acrescidas de um fato curioso. Apesar de serem itinerantes no território, esses povos não deixaram atrás de si um rastro de destruição. Pelo contrário, os cronistas do século XVI fazem inúmeras referências à abundância de cultivos, bem como à fartura de caça e pesca nos territórios ocupados por eles.

Em sua diversidade de subgrupos (Kaiowá, M'bya, Nhandeva, Pai-Tavyterã, Xixipá, Chiriguano, Xetá), os guaranis exerciam domínio sobre extensas áreas, os chamados guaras, nos quais situava-se uma intrincada rede de aldeias interligadas por trilhas. Em torno das aldeias e dos caminhos era praticada uma agricultura itinerante, com características de circularidade.

Os diversos guaras compunham um vasto domínio que se estendia do sopé dos Andes aos territórios que compreendem hoje Paraguai, Mato Grosso do Sul e os estados do Sul do Brasil, partes da Argentina e Uruguai. Essa porção do continente sul-americano era ainda integrada por caminhos pré-colombianos conhecidos como *peabirus*, que levavam à cordilheira dos Andes e instigam até hoje historiadores na busca de elos desses povos com os habitantes do Altiplano Andino.

Nessa região, garantia-se a sobrevivência por meio do manejo agroflorestal, do qual os povos indígenas são precursores. As roças eram abertas nas

matas secundárias, pelo sistema de corte e queima. Nas áreas recém-abertas produziam-se as culturas anuais, como milho e mandioca. Em seguida, esses locais eram enriquecidos com espécies florestais perenes de uso múltiplo, que serviam, posteriormente, à coleta e à atração da caça, enquanto as culturas anuais seguiam para outras áreas. As roças, múltiplas e escalonadas cronologicamente, permitiam abastecimento constante.

Nas matas primárias, mais ricas em biodiversidade, os indígenas praticavam a caça e extraíam, de forma parcimoniosa, outros recursos necessários à sua sobrevivência, como palhas, cipós, resinas, madeiras para as moradias, etc.

Segundo Bertho (2005), “a circularidade característica das roças implementava a regeneração natural das áreas de antigas roças para mata secundária, ampliando, todavia, sua biodiversidade pela introdução e ou dispersão de novas espécies oriundas do manejo indígena”. Dessa forma, em torno das trilhas entre as aldeias e nas antigas roças proliferavam espécies medicinais, alimentares, frutíferas, bem como matérias-primas para a fabricação de utensílios do cotidiano indígena. A presença indígena formou, portanto, parte das feições ecológicas, marcadas por intensa diversidade biológica, que os colonizadores encontraram ao chegar nessa região.

Os povos indígenas residentes nessa área demonstraram, ao longo de séculos, uma relação de mútua interdependência com o ambiente circundante. Embora houvesse disputas em torno da posse de determinados territórios entre as etnias, estas eram resolvidas sem a criação de fronteiras artificiais e sem prejuízo para os ecossistemas e a biodiversidade local. Tais características mudaram rapidamente com a chegada dos conquistadores ibéricos a esta região do Planeta.

Ocupação do oeste paranaense

De acordo com o Tratado de Tordesilhas, assinado por Espanha e Portugal em 1494, a região Oeste do Paraná deveria pertencer ao território espanhol. Desde a metade do século XVI, portanto, essa região passou a ser freqüentada por espanhóis que vieram ocupar as terras, como forma de impedir que os portugueses tentassem se apropriar do ouro e da prata, para os quais essa região, com seus inúmeros rios e caminhos pré-colombianos, constituía a porta de entrada.

Em 1556, o movimento de ocupação do território deu origem a um vilarejo próximo ao salto de Sete Quedas, que recebeu o nome de *Ciudad Real del Guairá* (futura Guairá). Seus primeiros habitantes foram uma centena de espanhóis que se deslocaram de *Assunción*, fundada alguns anos antes. Para consolidar o movimento de ocupação, estabeleceu-se na região o sistema de *encomiendas*.

Segundo Bertho (2005), “nesse sistema, em parte inspirado no feudalismo europeu como também no modelo inca (*mita*), o *encomendero* apropriava-se de extensas áreas onde habitavam grupos indígenas que deveriam servir a este”. Isso significou a exploração da mão-de-obra indígena na extração da erva-mate e de outros produtos coloniais, bem como a incorporação de seus domínios territoriais às economias regionais e aos estados nacionais que se formavam naquele momento.

Ao ocuparem o território, os espanhóis tinham o direito de utilizar a mão-de-obra dos indígenas desde que os evangelizassem. Portanto, em fins do século XVI, a Igreja Católica foi chamada a catequizar os indígenas, por meio da instalação de Reduções ou Missões Jesuíticas.

O conceito de “redução” implicava mudança na ocupação do espaço característica aos aldeamentos indígenas, antes marcados pela dispersão geográfica e pela forma de se aglomerar em grandes casas que abrigavam famílias extensas. Nas reduções, as casas organizavam-se em torno de quarteirões e abrigavam a família imediata. Dessa forma, a redução rompia com a organização social tradicional indígena.

Embora tivessem certa autonomia, os jesuítas deviam prestar obediência ao comando militar da colônia. Mas ao longo de algumas décadas de trabalho, as missões passaram a ser vistas como espaços onde a lei espanhola não era cumprida. Afinal, ali os indígenas, apesar de aculturados, viviam em liberdade, o que contrariava os interesses dos senhores de terras locais.

De 1580 a 1640, com a União Ibérica, que colocou Portugal e Espanha sob domínio da mesma monarquia, os colonos portugueses expandiram-se para além das fronteiras do Tratado de Tordesilhas. O território, já disputado por jesuítas, colonos espanhóis e povos indígenas, passou a ser ameaçado também pela presença portuguesa.

Sobretudo nesse período, os bandeirantes representaram uma ameaça concreta na região. Eles chegaram a essas terras com o intuito de capturar

indígenas e levá-los a São Paulo, onde estes eram transformados em escravos. Seu alvo preferencial eram os indígenas que viviam nas reduções, já adestrados pelos brancos e que representavam mão-de-obra qualificada para a escravidão. Mas os ataques ocorriam também nas aldeias dos grupos guarani, kaingang e de outros residentes que haviam resistido ao missionamento.

A região da Bacia do Prata já era considerada estratégica nessa época, pelo seu fácil acesso ao mar e pela abundância de riquezas naturais. Por isso, no século XVII, com o acirramento das disputas entre portugueses e espanhóis em torno desse território, houve a assinatura de dois novos tratados: o Tratado de Madri, de 1750, e o Tratado de Santo Idelfonso, de 1777, que definiu as fronteiras do Sul do Brasil entre territórios portugueses e espanhóis. Segundo Wachowicz (1995, 181), “por esse tratado ficaram definidos como pontos fixos e definitivos na fronteira, os rios Uruguai (antigo Goio-en), o rio Paraná e um trecho do Iguazu”.

Tais fatores contribuíram para fragilizar ainda mais a relação dos povos indígenas com o seu território, agora já totalmente apropriado pelos colonizadores europeus. O que as *encomiendas*, as missões e os bandeirantes ainda não haviam conseguido fazer, as epidemias decorrentes do contato com os colonizadores conseguiram: provocar um extermínio em massa dos povos indígenas e da sua organização social para a manutenção das condições ambientais originais.

Segundo Bertho (2005), “um grande contingente populacional indígena resistiu e não foi missionado. Mesmo tendo sofrido enorme impacto epidemiológico, os remanescentes permaneceram incrustados nas florestas de difícil acesso ou em dispersão, evitando frentes de colonização”. Por tudo isso, a região permaneceu pouco povoada até meados do século XIX, quando passou a ser controlada por argentinos. O sistema de exploração adotado, mais conhecido como *obrages*, baseava-se em companhias extrativistas, de capital argentino e inglês, que se instalavam na região para a extração de madeiras e erva-mate, utilizando mão-de-obra paraguaia, em sua maioria de origem indígena.

Apesar das tentativas do governo brasileiro de fazer a ocupação oficial, com a instalação da Colônia Militar do Iguassú em 1888, a região continuou sob o domínio das companhias obrageiras até meados da década de 1940. Nessa época, a principal *obrage*, que ostentava o nome de Companhia

de Madeiras Del Alto Paraná, desistiu da atividade extrativista e devolveu a titulação de propriedade ao governo brasileiro, desencadeando o fim desse sistema de exploração.

Projetos de colonização

Em meados do século XX, empresários gaúchos, que já vinham exercendo atividades de colonização no oeste de Santa Catarina, souberam que as glebas do oeste paranaense seriam disponibilizadas a bom preço. Criaram uma empresa privada de colonização, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (Maripá), e adquiriram as terras. Além da Maripá, outras empresas colonizadoras instalaram-se na região. Com uma intensa campanha de vendas, principalmente junto a descendentes de alemães e italianos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, essas empresas estimularam, nos anos seguintes, grandes fluxos de migrantes para a região.

Os motes da propaganda, além do baixo preço das terras, eram, principalmente, os atributos naturais da nova região. Fertilidade dos solos, abundância de cursos d' água, terras situadas em relevo plano e cobertas

Acervo do Museu Municipal de Toledo



Expedição de colonos ao oeste paranaense na década de 1950

por extensas matas, clima subtropical, semelhante ao dos estados de origem. Tais atributos tornaram a proposta irresistível para milhares de famílias nas décadas de 1950 e 60.

Esse grande fluxo para o oeste do Paraná, além de ter o aspecto tentador oferecido pelas companhias colonizadoras, surgiu como resposta aos problemas enfrentados pela agricultura familiar nos estados do Sul. Dentre estes, destacam-se a redução da fertilidade dos solos, em função de métodos de cultivo inadequados, e a partilha dos lotes por herança, o que resultou em redução substancial do tamanho das propriedades rurais.

Na “Marcha para o Oeste”, como ficou conhecido esse processo de ocupação, a migração era realizada em grupos geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos. Estes adquiriam lotes numa mesma área, prática estimulada pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infraestrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam tornava-se imprescindível para a derrubada da mata, a construção das casas e dos galpões, bem como para o preparo e o cultivo da terra, voltado à produção de subsistência.

Acervo do Museu Municipal de Toledo



Momentos iniciais de Toledo, uma das primeiras cidades da região

A chegada das famílias de colonos significou também uma nova mudança para os ocupantes mais antigos da região. Segundo Bertho (2005), “se até a década de 1950 o extrativismo possibilitava aos indígenas ocuparem pequenas áreas com economia de subsistência, dentro de algumas propriedades ou em enclaves de terras fiscais, e trabalharem no extrativismo, nesta nova configuração de agricultura intensiva e mecanizada a absorção de mão-de-obra diminuiu”. As novas relações trabalhistas que se estabeleceram com os remanescentes indígenas contribuíram para expulsá-los, ainda mais, das terras que haviam herdado de seus antepassados.

Para os guaranis, esse momento significou o “Yvy Opa - o fim do mundo, de seu mundo, seja pelo acosso do missionamento, da economia extrativista, do conflito bélico da guerra da Tríplice Aliança e da destruição de suas florestas pelas constantes frentes de expansão e loteamento de seus guara e tekohá, pela agricultura moderna paraguaia, brasileira e argentina, alguns grupos resistentes à assimilação, retornaram paulatinamente pela bússola de sua memória em busca de espaços territoriais da floresta Atlântica, numa constante recriação de seu mundo” (Bertho, 2005).

Mudando o perfil agrícola

A partir da década de 1960 iniciou-se o processo de modernização da agricultura brasileira, consolidado na década seguinte. Essa modernização foi incentivada por políticas que visavam potencializar as exportações e a expansão dos monocultivos de soja, algodão, trigo e milho. Para isso, o governo disponibilizou facilidades de crédito em todas as fases do processo produtivo agrícola, o que se tornou fundamental para o sucesso e a expansão desse modelo produtivo.

O oeste paranaense não ficou imune a essa tendência. Afinal, correspondia plenamente ao perfil desejado pelas políticas agrícolas da época. Ao lado das condições ambientais ideais de solo, água e clima, possuía uma realidade social marcada pelo advento dos colonos sulistas, mais escolarizados e aptos culturalmente a manejar com eficiência e alta produtividade os novos aportes tecnológicos disponibilizados no mercado.

A transferência de complexos industriais multinacionais com o objetivo de atender à demanda de insumos, máquinas e implementos agrícolas;

e a implantação de agroindústrias de esmagamento de soja para a produção de óleo e farelo (utilizado na fabricação de ração), foram condições imprescindíveis para que a modernização agrícola se efetivasse.

Com isso, a criação de animais em larga escala tomou impulso, implantando-se maciçamente na região granjas para criação de suínos e frangos. Inseridas nessa estratégia, foram criadas e fortalecidas cooperativas com o objetivo de se tornarem agentes de comercialização, além de mediadoras entre o produtor rural e os órgãos governamentais.

Começavam a se estabelecer novas formas de relações comerciais, que foram grandemente impulsionadas pelas instituições bancárias. Os bancos tornavam-se, nesse momento, agentes de financiamentos, em cujos “pacotes” estava embutida também a venda de sementes, insumos, agrotóxicos e equipamentos agrícolas.

Isso mudou completamente a forma como se davam as relações no interior da pequena agricultura do oeste paranaense. O produtor rural, que até esse momento produzia e comercializava seus próprios produtos sem a interferência de terceiros, passou a ser mais um (frágil) elo de uma extensa cadeia de interesses econômicos.

A partir do momento em que a demanda de soja no mercado mundial diminuiu, a política agrícola estatal de estímulo ao plantio dessa cultura passou a ser menos generosa com os produtores agrícolas. Os juros bancários, que até então eram em grande parte subsidiados pelo Estado, elevaram-se, endividando os agricultores. Isso fez com que alguns deles precisassem vender parte ou até a propriedade agrícola inteira para saldar as dívidas.

Mesmo assim, esse modelo de agricultura persiste na região e mantém sua importância, embora hoje a economia regional ancore-se grandemente na indústria de processamento de suínos e aves.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu

Dentro do contexto já mencionado, o incentivo ao aumento das exportações e a ampliação do parque industrial brasileiro levaram ao aumento da demanda energética. Considerando a abundância de recursos hidráulicos do rio Paraná e como resultado de negociações entre Brasil e Paraguai, que ganharam impulso na década de 1960, optou-se pela construção da Hidre-



A hidrelétrica mudou a dinâmica socioambiental da região

létrica de Itaipu. Muito mais do que uma grande obra de engenharia, Itaipu foi um projeto diplomático entre dois países, com objetivo de colocar fim a latentes ou possíveis conflitos fronteiriços. Em 22 de junho de 1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Raúl Sapena Pastor, assinaram a Ata do Iguazu.

Essa declaração conjunta manifestava a disposição de estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes aos dois países, no trecho do Rio Paraná “desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguazu”. Em fevereiro do ano seguinte foi criada a Comissão Mista Brasil-Paraguai para a implementação da Ata do Iguazu, na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento do rio Paraná.

Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná por um consórcio formado pelos dois países. Em maio de 1974 foi criada a entidade Itaipu Binacional, com o objetivo de gerenciar a construção e o funcionamento da usina.

A obra foi iniciada em 1975. Em setembro de 1982, concluíam-se a formação do reservatório, que inundou um território de 1.350km², sendo 780km² em terras brasileiras e 570km² em território paraguaio. O reservató-

rio formado encobriu propriedades agrícolas familiares existentes na área, as quais foram desapropriadas compulsoriamente. A maior parte das famílias se dirigiu para áreas urbanas dos distritos e municípios que compõem a região; outra parte partiu em busca de novas áreas rurais dentro do próprio Estado e nas regiões Norte e Centro-Oeste do País; e um terceiro grupo adquiriu terras mais baratas no Paraguai.

A construção da hidrelétrica e, principalmente, do reservatório, considerada uma das maiores obras de engenharia do mundo, causou profundo impacto na dinâmica socioambiental da região. O processo de migração forçada fragmentou o senso de territorialidade dos indivíduos e das comunidades ali instaladas há décadas. Sinalizou também uma profunda mudança no perfil da população, tornando a fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina um ponto de confluência de dezenas de grupos étnicos e conferindo um dinamismo econômico sem precedentes para essa região.

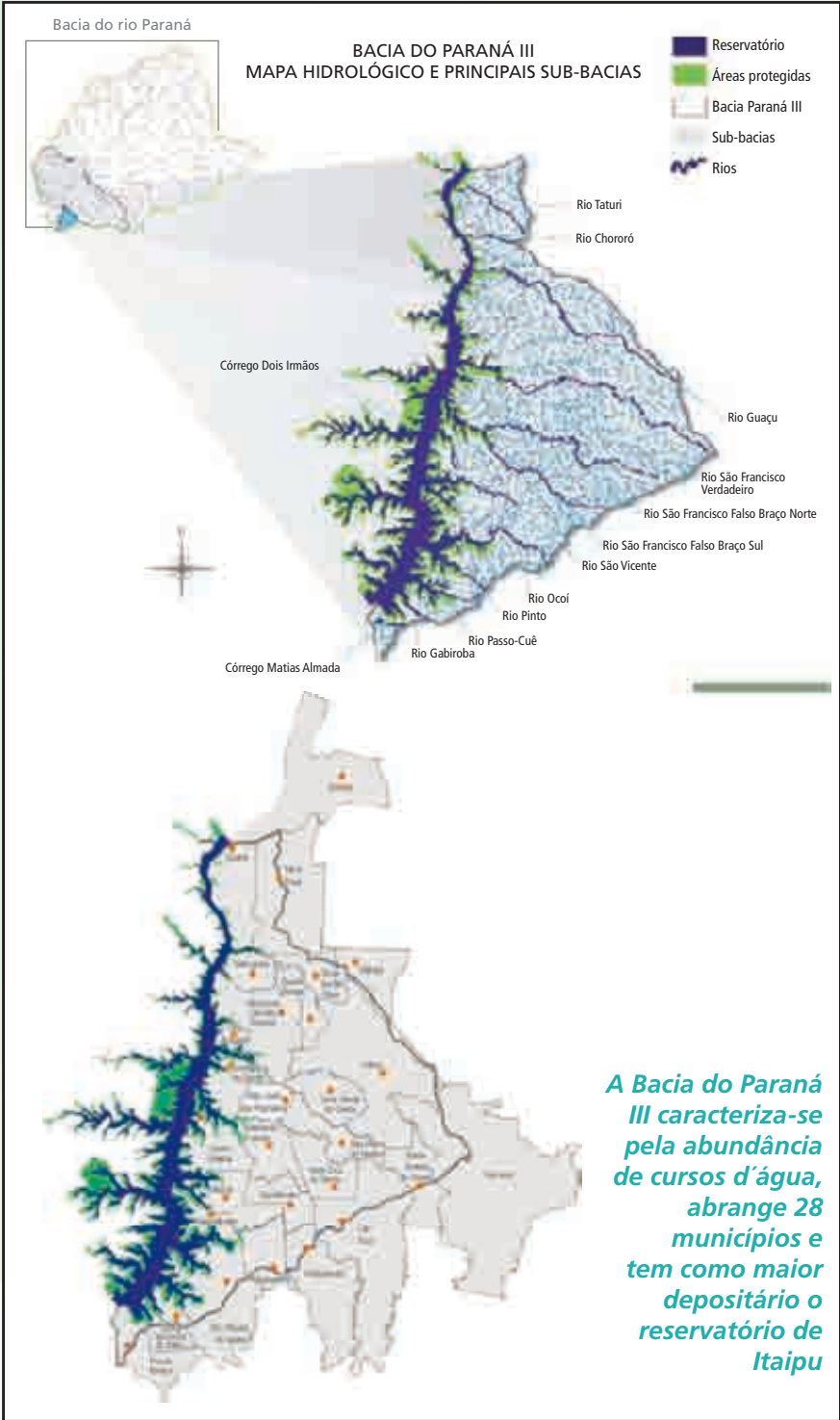
Estruturando-se em torno da Bacia

Em 1950, Foz do Iguaçu era o único município do oeste paraense. No fim dessa década, surgiram outros quatro: Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniauçu. Na década de 1970 já eram 21 municípios, até chegar a 51 em 2007.

Nessa região, que tem como forte característica a abundância de cursos d'água, situa-se a Bacia Hidrográfica do Paraná III. A bacia abrange a totalidade da área de drenagem dos afluentes pertencentes ao território paranaense que lançam suas águas diretamente no rio Paraná e localiza-se entre os afluentes dos rios Piquiri e Iguaçu, perfazendo uma área de 8.389 km².

Essa área envolve total ou parcialmente 28 municípios paranaenses: Altônia, Cascavel, Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

Dentre os rios que formam a Bacia do Paraná III merecem destaque o São Francisco Verdadeiro, que nasce no município de Cascavel; o Guaçu, em Toledo; o São Francisco Falso, em Céu Azul; e o Ocoí, em Matelândia.



O reservatório de Itaipu é o grande depositário da Bacia e as condições de suas águas refletem o grau de qualidade de cada curso d'água que o compõe. As formas de impactos ambientais identificados no monitoramento da qualidade dessas águas, realizado pela Itaipu Binacional, apresentam os principais desafios:

Assoreamento – O monitoramento de toda a bacia demonstra que o processo de aporte de sedimentos na entrada principal do reservatório atinge a média anual de 6 a 7 milhões de toneladas, com grande variação de ano para ano, dependendo da maior ou menor incidência de enxurradas. A esse volume soma-se o depósito de milhares de toneladas nos rios da BP III que desembocam no reservatório. É a erosão do solo; é o rico solo do oeste do Paraná se perdendo, indo embora para nunca mais retornar.

Eutrofização – causada pelo excesso de nutrientes minerais e orgânicos provenientes principalmente da exploração agropecuária, suinocultura e avicultura da região, impactando, entre outras conseqüências negativas para a água, os compartimentos laterais do reservatório. Juntamente com o solo são carregados fertilizantes e matéria orgânica que provocam a proliferação de plantas aquáticas e algas, inclusive algumas potencialmente tóxicas, caracterizando um ambiente degradado (eutrofizado), que limita os usos múltiplos do reservatório e futuramente pode afetar a geração de energia.

Mexilhão Dourado – Espécie exótica de molusco, o mexilhão dourado é originário da Ásia, de onde veio grudado em cascos de navios, e sua presença em solo sul americano foi observada pela primeira vez no rio da Prata, Argentina, em 1991. Alguns anos depois foi encontrado no reservatório da Usina de Itaipu. De rápida proliferação, o molusco não tem um predador natural, por isso seu controle é difícil. Desde que foi constatada sua presença, passou a ser encontrado em todas as tubulações, filtros e sistemas de resfriamento dos geradores.

Agrotóxicos – O uso intensivo, abusivo e irresponsável desses produtos na agricultura e pecuária é outro importante fator de deterioração da água e do solo na região da BP III, que afetam a usina de Itaipu e comprometem a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população da região.



A cor das águas denuncia o assoreamento e a perda de solos



Algas e plantas aquáticas proliferam nas bordas do reservatório



Mexilhão dourado, originário da Ásia e sem predadores naturais



Recolhimento de embalagens usadas de agrotóxicos

Usos múltiplos do reservatório - A busca da melhoria da qualidade do reservatório e das bacias hidrográficas que o abastecem, envolve seguintes questões como: (1) sustentabilidade dos pontos de captação de água para consumo humano; (2) balneabilidade das áreas públicas de lazer (praias), que atraem milhares de turistas regionais, nacionais e internacionais nas temporadas de verão; (3) bases náuticas, que integram o complexo turístico dos municípios lindeiros; (4) corredores de dessedentação usados pelo gado criado pelos proprietários rurais lindeiros; (5) pontos de captação de água para irrigação de culturas agrícolas; e (6) áreas de apoio às atividades de pesca profissional (Pontos de Pesca), de forma a atender cerca de 800 pescadores artesanais, com a perspectiva de cumprir as determinações do Governo Federal e gerar proteína animal para integrar aos programas de erradicação da fome no País a partir da piscicultura em tanques-rede.

Esse panorama revela a necessidade de uma forte atuação voltada a recuperar e conservar o ambiente da região. No contexto desta publicação vale lembrar que a Bacia do Paraná III se interliga com outro território de grande relevância regional, que é o Parque Nacional do Iguaçu.

Parque Nacional do Iguaçu

Situado na confluência entre Brasil e Argentina, num local com características ambientais e geopolíticas específicas, o Parque Nacional do Iguaçu (PNI) constitui uma das mais importantes unidades de conservação do País. Segundo Parque Nacional brasileiro a ser criado (em 1939), protege uma área contínua de cerca de 185.000 hectares de Mata Atlântica, abrigando as formações singulares das Cataratas do Iguaçu.

Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação (UC). Trata-se de uma área de posse e domínio públicos e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância em termos ecológicos e de beleza cênica. Dentro de seus limites é possível a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Com cerca de 420 quilômetros de perímetro, o PNI limita-se em mais de 60 quilômetros com o Parque Nacional Iguazú, na Argentina, com o qual integra o mais importante contínuo biológico do Centro-Sul da América do

Sul. Pelas características já citadas está entre os sítios considerados Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

Local dotado de expressiva biodiversidade, o PNI representa um testemunho solitário da grandiosidade do que foi a Mata Atlântica nessa região do Paraná, mantendo viva uma amostra significativa da floresta pluvial subtropical. Ainda hoje constitui um amplo reduto para a fauna e a flora. No seu interior convivem inúmeras espécies, muitas das quais ameaçadas de extinção. Manifestações de vida ocorrem em diversos níveis: de plantas e animais microscópicos até grandes carnívoros que estão no topo da cadeia alimentar, já que o Parque tornou-se também referência no manejo de felinos de grande porte.

Dados coletados por diversos autores¹ estimam que ali vivam cerca de 800 espécies de borboletas, 317 espécies de aves, 45 de mamíferos, 70 de peixes, 25 de anfíbios, 40 de serpentes, oito de lagartos e três de quelônios. Abriga também mais de 2.000 espécies de plantas e uma enorme variedade de insetos. Dentre as espécies animais presentes no Parque, cerca de uma centena é considerada vulnerável ou está ameaçada de extinção. Daí a importância estratégica desse espaço protegido para a preservação da biodiversidade brasileira.

O PNI resguarda o rio Floriano, o último curso d'água de grande porte do Sul do Brasil que ainda preserva as condições naturais originais. Em função da qualidade de suas águas, riqueza de fauna aquática e outros fatores biológicos, o rio Floriano representa o único referencial para comparações de qualidade de água com os demais cursos d'água na Região Sul.

Nem todas essas qualidades e o título que ostenta deixam, no entanto, o PNI a salvo das interferências negativas do entorno. A exploração dos recursos naturais constitui um grave problema e talvez o maior desafio a ser enfrentado para a manutenção do equilíbrio ecossistêmico dessa Unidade de Conservação. Além dos casos de caça e pesca ilegais, é freqüente a exploração clandestina de palmito-juçara, espécie muito procurada pelo seu grande valor econômico.

Durante muitos anos, o PNI foi alvo da tentativa de reabertura da Estrada do Colono, que liga as cidades de Capanema e Serranópolis, cortando o Parque numa extensão de 18 quilômetros. Segundo o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação, a presença da estrada em suas entranhas traz

1 De acordo com o livro "Parque Nacional do Iguaçu: caminho aberto para a vida", de 2002.



O Parque tem nas Cataratas sua principal atração

riscos para as comunidades vivas que sobrevivem em seu interior. Há também o impacto provocado pelas atividades turísticas, já que se trata do Parque Nacional com o maior número de visitantes do país.

Tudo isso demonstra a necessidade de se tratar os aspectos de sensibilização pública do entorno e de ações específicas de Educação Ambiental, visando à criação de uma consciência coletiva de preservação desse bem natural que o Parque representa. Pela biodiversidade que protege, paisagem de rara beleza cênica que abriga, atividade e renda que promove, representatividade de ambientes e ecossistemas que mantém, o PNI é um dos mais valiosos bens desta nação, um legado ímpar de nossa geração para as gerações vindouras.

Histórico de criação do Parque

A primeira referência às Cataratas do Iguaçu remonta ao ano de 1542, quando o espanhol Alvar Nunes Cabeza de Vaca chega a essa região e descreve suas quedas d'água. Em 1876, o engenheiro André Rebouças, impressionado com a beleza do lugar, propõe ao Imperador Dom Pedro II que ali seja criado o Parque Nacional de Guairá, que abrangeria desde as Sete Quedas, no rio Paraná, até as Cataratas do Iguaçu.

Em 1916, visitando as Cataratas, situadas em propriedade privada, Santos Dumont manifestou o desejo de que aquelas terras se tornassem públicas para que pudessem ser amplamente visitadas. Três meses depois, o governador do Paraná desapropriou a área para que ali se estabelecessem uma povoação e um parque.

A área original de pouco mais de mil hectares foi ampliada em 1930 para cerca de 3.300 hectares e em seguida doada ao Governo Federal para que a transformasse em um Parque Nacional. O Decreto nº. 1.035, de 10 de janeiro de 1939, criou o Parque Nacional do Iguaçu junto às cataratas. Em 1944, a área foi novamente ampliada para proteger também a zona alta do Parque, composta por pinheirais. Mas apenas em 1967 foram iniciados os trabalhos de levantamento fundiário e de demarcação dos limites do PNI, identificando-se as propriedades e benfeitorias existentes na área, bem como sua situação legal.

Em 1972 o levantamento e a avaliação das benfeitorias constataram a existência de 457 famílias na área do Parque, das quais 158 detinham títulos oriundos do Governo do Estado e 229 que não possuíam títulos de propriedade. Tais áreas foram desapropriadas nos anos seguintes, o que permitiu a consolidação do PNI.

Em novembro de 1986, durante uma conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), realizada em Paris, o PNI foi incluído na Lista de Patrimônio Natural da Humanidade.

Buscando Passagem para Novos Paradigmas



Visitas técnicas da equipe de educadores e educadoras ambientais do FEA

*Participação. Descentralização. Atores Sociais.
Educação Ambiental Popular. Coletivos Educadores.
Transversalidade. Educomunicação...*

Estes e outros termos fazem parte do novo glossário da Educação Ambiental brasileira. Correspondem a conceitos e categorias baseados em novas crenças e valores e foram cunhados ao longo das últimas décadas. Revelam o percurso de educadores e educadoras ambientais, do âmbito local ao internacional, em sua busca por forjar uma nova cultura baseada na sustentabilidade socioambiental.

Como produto desse movimento, começa a emergir no âmbito das políticas públicas brasileiras o que antes era iniciativa principalmente de grupos e instituições da sociedade civil organizada.

O Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais (FEA), produto dessa nova mentalidade, e experiência que esta publicação pretende resgatar, foi idealizado pelo Governo Federal para desencadear em todo o país um movimento de educação transformadora da qualidade de vida e das condições socioambientais. Um processo que imprime suas marcas iniciais na região da Bacia do Paraná III e do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

“Fazendo a diferença”

Nas últimas quatro décadas um longo caminho foi percorrido pela Educação Ambiental no Brasil, acompanhando a evolução do cenário internacional, como se pode observar na cronologia da Educação Ambiental (*veja Box*). Sobretudo a partir de 2003, a Educação Ambiental deu início, em âmbito nacional, a um processo sem precedentes de fomento à participação, ao diálogo entre saberes diversos, e a abordagens descentralizadas e regionalizadas. Isso representa uma grande mudança na abordagem da Educação Ambiental como política pública. Especialmente a partir de 2003 foi possível observar como suas características:

- Uma proposta de Educação Ambiental, inspirada na pedagogia de Paulo Freire, ampliada e adaptada às questões socioambientais, o que implica processos educativos participativos ao invés de cursos focados apenas na disseminação de informações ambientais, de caráter marcadamente conteudista e prescritivo.
- O rompimento com o esquema centralizador e uniforme das políticas públicas de Educação Ambiental, por meio da adoção de uma metodologia participativa, descentralizada, focada nas características ambientais regionais, e que se dá em diversos níveis, especialmente por meio da Pesquisa-Ação-Participante (PAP).
- A formação mediante processos de Educação Ambiental Popular, de caráter inclusivo, continuado e permanente, seja nos bancos da escola, seja na escola da vida. Esses processos incluem pessoas, grupos, instituições e comunidades que vão se articulando paulatinamente com vistas a se chegar aos 184 milhões de pessoas que habitam o país.
- A criação de estruturas, espaços e grupos voltados a assegurar a continuidade dos processos educativos desencadeados a partir dessa nova maneira de se fazer política ambiental.

As novas diretrizes de Educação Ambiental trazem implícitos princípios e valores voltados para um futuro sustentável. Tais pressupostos estão presentes em documentos reveladores do avanço da consciência planetária, tais como a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Elaborados pela sociedade civil,

esses documentos foram paulatinamente aceitos por governos, tornando-se hoje marcos de políticas públicas de âmbito nacional.

Para Sorrentino [2007], o salto qualitativo dado na atual gestão de Educação Ambiental no Brasil é o de “conseguir aglutinar e catalisar o acúmulo que já existia de Educação Ambiental na sociedade brasileira por diversos poros, especialmente o de organizações da sociedade civil, mas também de experiências municipais e de universidades”¹. Essas iniciativas levaram, em 1999, à aprovação da Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e criou o Órgão Gestor, do qual fazem parte os ministérios de Meio Ambiente e da Educação, como responsável pela sua implementação.

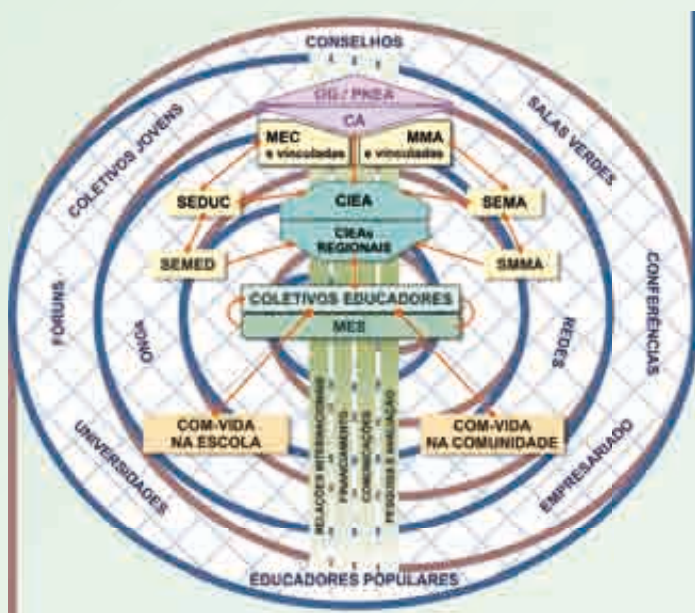
A aprovação da lei e o fato de haver uma determinação do Governo Federal de que a Educação Ambiental fosse tratada de forma transversal, envolvendo dois ministérios, já demonstra avanço e repercussão no âmbito da maior institucionalidade ao tema. A lei regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 começou a ser implementada a partir de julho de 2003, com a criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, na perspectiva de aprofundar e respeitar as dinâmicas próprias do movimento ambientalista, dos movimentos sociais e das redes de educadores/as ambientais como elementos centrais dessa política.

No intuito de orientar as ações da sociedade e do governo numa dinâmica integrada de Educação Ambiental em todo o país, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), cuja missão é “contribuir na construção de sociedades sustentáveis, com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil”.

Na condição de Órgão Gestor da PNEA, o Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e a Coordenação Geral de Educação Ambiental, do Ministério da Educação (CGEA/MEC), têm a responsabilidade de implementar o ProNEA. Nessa perspectiva foram criadas estruturas, espaços e programas com a finalidade de abarcar “uma dinâmica articulada, autônoma e interdependente, que tem por orientação, ou utopia, a formação de 184 milhões de brasileiros e brasileiras, educados e educandos ambientalmente” (MMA/DEA, Série Documentos Técnicos, n. 8). Estes compõem o Sistema Nacional de Educação Ambiental.

¹ Entrevista concedida à coordenação do FEA em Foz do Iguaçu, em 30 de maio de 2007.

Estrutura do Sistema Nacional de Educação Ambiental



Dentre essas estruturas, espaços e programas, destacam-se:

- **Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs)**
Constituem espaços públicos colegiados, instituídos pelo poder público estadual, e destinados a atuarem como instância coordenadora das ações de Educação Ambiental.
- **Sistema Brasileiro de Informações Ambientais (SIBEA)** – Trata-se de um sistema informatizado concebido para facilitar o acesso de todo cidadão e cidadã à informação ambiental. Permite a consulta a aproximadamente 200 mil registros e está organizado em três categorias: pessoas, instituições e redes sociais.
- **Sala Verde** – Envolve a criação, em todo o país, de espaços voltados a disponibilizar e a democratizar o acesso às informações. Nesses locais é possível desenvolver atividades diversas de Educação Ambiental, como cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas, entre outras. Atualmente, há 390 Salas Verdes espalhadas pelo País, 18 delas na Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

- **Municípios Educadores Sustentáveis (MES)** – Consiste em uma série de iniciativas voltadas a fortalecer o papel dos municípios como mediadores, catalisadores e coordenadores do processo de gestão ambiental. Para isso, o MES aposta na formação de educadores e educadoras ambientais que sejam capazes de multiplicar essa formação, bem como em incentivos para acesso a financiamentos, à participação da sociedade e ao compromisso dos funcionários públicos. Investe no fortalecimento de auto-estima e senso de pertencimento das pessoas ao espaço geográfico onde vivem.
- **Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA)** – Programa voltado à formação de cidadãos e cidadãs na abordagem de questões socioambientais. Pretende abranger a totalidade do Brasil e se baseia na idéia de formar coletivos educadores. O território formado pela Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu foi um dos primeiros a se integrar a este programa, vivenciando a experiência da qual trata esta publicação.
- **Coletivo Educador** – É o conjunto de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e à diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do ProNEA e do ProFEA. O papel do Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental e o aprofundamento conceitual. O Coletivo busca criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental, visando à sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.
- **COM-VIDA** – Trata-se de um processo de formação de grupos que pensam seu espaço tanto no ambiente da Escola (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola) quanto fora dela. Dessa forma, a ação das COM-VIDA estende-se à comunidade, ao bairro, à quadra, à associação de bairro, etc. Ambas dialogam e se fortalecem, na medida em que a ação de uma reforça a atuação e a necessidade da outra.

Objetivos, diretrizes e princípios

O ProNEA começou a ser gestado antes de 2003 com a Rede Universitária e os programas de Educação Ambiental existentes. De maneira particular, emergiu a partir da articulação entre as universidades estaduais de São Paulo (USP), de Jequié (UESB) e de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, em torno de um acordo de cooperação visando à formação continuada de educadores e educadoras ambientais.

As experiências acumuladas por essas instituições foram trazidas para o campo governamental. Em maio de 2003, iniciou-se a construção participativa do ProNEA, que envolveu intenso intercâmbio entre cerca de 800 educadores e educadoras ambientais de 22 unidades federativas do País. Três objetivos marcam o ProNEA:

- **Enraizar** a Educação Ambiental em todo o País, saindo do diálogo acadêmico, intelectual ou mesmo de pequenos setores de lideranças, organizações não-governamentais, empresas, etc., e abarcar a totalidade da sociedade brasileira.
- **Empoderar e potencializar** a ação de cada um dos atores existentes, que já fazem Educação Ambiental, e de outros que venham para esse campo.
- **Exercitar** aquilo que se propõe para a sociedade, por meio de um testemunho cotidiano. Para uma política de âmbito nacional, isso significa organizar-se desde o Órgão Gestor até as instâncias de ponta do sistema numa perspectiva dialógica, participativa, na qual todos os funcionários e técnicos se encontram periodicamente para enunciar sua perspectiva de trabalho e suas necessidades, procurando corrigir rumos e se manter em sintonia com a política e o programa nacional de Educação Ambiental.

No sentido de alcançar tais objetivos, o ProNEA baseia-se em quatro diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente. São elas:

- **a transversalidade**, que pretende tratar a questão ambiental como assunto de todos os setores do governo;
- **o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)**, que define competências e atribuições para as três esferas do Poder Executivo (governos federal, estaduais e municipais) em re-

lação à defesa do meio ambiente, contribuindo para a descentralização da gestão ambiental;

- **a participação e o controle social**, que garantem a perenidade dos processos educativos e uma gestão ambiental mais adaptada às necessidades da população;
- **a busca de sustentabilidade**, como um “farol” a iluminar cada uma das ações realizadas.

No caso da Educação Ambiental, essas diretrizes permitem vislumbrar uma atuação sistêmica, disseminada tanto nos órgãos que compõem o Sisnama quanto no seio da sociedade, a ser realizada com amplo conhecimento e participação, e marcadamente voltada para a transformação das atuais condições socioambientais do Brasil.

Somam-se a essas diretrizes quatro princípios que animam toda a proposta de formação de educadores e educadoras ambientais no País e constituem uma base sobre a qual estes devem atuar. São eles:

- **Totalidade:** não se trabalha só como um setor ou um projeto-piloto, mas com a intenção de que a totalidade da população brasileira seja ambientalmente educada e educadora.
- **Permanência:** a Educação Ambiental não está restrita aos bancos escolares. Essa instituição continua sendo extremamente importante. Não se deve, no entanto, jogar sobre os ombros de crianças e professores toda a responsabilidade pela regeneração do Planeta. A Educação Ambiental deve, portanto, ser permanente, ocorrendo em todas as estruturas, espaços e instâncias da vida em sociedade. Passa-se, para a escola da vida, num permanente/cotidiano processo educativo em que todos somos simultaneamente aprendizes e educadores/as.
- **Continuidade:** a Educação Ambiental não se dá por meio de uma palestra ou de um curso isolado. Educação significa processo contínuo, que ocorre durante a vida inteira e em todos os espaços que o ser humano ocupa em sua trajetória pessoal.
- **Articulação:** processos educativos eficazes não ocorrem de forma pulverizada; eles precisam estar sincronizados, articulados. Para isso, é fundamental a existência de projetos político-pedagógicos para cada base territorial. A proposta de formação dos coletivos educa-

dores sintetiza – por meio de projetos político-pedagógicos em cada base territorial onde se situam – os princípios, diretrizes e objetivos que alimentam o ProNEA.

Nesse sentido, o Órgão Gestor tem definido procedimentos para a construção do projeto político-pedagógico, de forma que cada Coletivo Educador inclua em sua proposta a constituição de municípios educadores sustentáveis e contribua para criar estruturas que possam dar apoio às ações educadoras de forma permanente e próxima da realidade de cada cidadão e cidadã.

As relações internacionais estabelecidas no âmbito do ProNEA procuram fortalecer a Educação Ambiental dentro do país a partir do diálogo com propostas e processos que se dão também fora dele. Nessa direção situa-se a cooperação com Angola, Moçambique e outros países de língua portuguesa, bem como a participação ativa do Brasil em iniciativas como o Programa de Educação Ambiental para a América Latina e o Caribe (PLACEA) e o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata.

Em todas essas ações a perspectiva é a mesma: uma Educação Ambiental que não se limita a cursos, panfletos e folhetos; mas que se pretende um processo orgânico, dinâmico e comprometido com a emergência de novos atores sociais e com ações voltadas à totalidade de cada espaço territorial.

Educação Ambiental no Brasil: evolução no conceito e na prática

Desde meados da década de 1960, a Educação Ambiental começa a ser reconhecida como um fazer educativo específico e estratégico para garantir a integridade do meio ambiente e para maior qualidade de vida da população. A linha do tempo, a seguir, revela essa trajetória.

Anos 1970 – A emergência do ambientalismo, que se une às lutas pelas liberdades democráticas, manifesta-se por meio de ações isoladas no âmbito escolar, de organizações da sociedade civil e mesmo de prefeituras e governos estaduais. A abordagem é marcada por características conservacionistas.

1973 – Institucionalização da Educação Ambiental no Governo Federal brasileiro, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

1975 – Sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é instituído o Programa Internacional sobre Educação Ambiental (PIEA).

1977 – Realiza-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi. O PIEA se consolida, com o estabelecimento de finalidades, objetivos, princípios e estratégias da EA em âmbito mundial.

1981 – Institucionalização da Educação Ambiental no Legislativo brasileiro.

1988 – Estabelece-se na Constituição Federal (inciso VI do Artigo 225) a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

1990 – Ações em Educação Ambiental começam a receber aportes financeiros específicos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

1991 – A Educação Ambiental é elevada à condição de instrumento da política ambiental brasileira e cria-se o Grupo de Trabalho de EA do MEC.

1992 – No contexto da Conferência Rio'92, é elaborado e aprovado o **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, considerado um marco para a Educação Ambiental em todo mundo.

1993 - O GT de Educação Ambiental do MEC se transforma na Coordenação Geral de Educação Ambiental (COGEA/MEC). Também é criada a Divisão de Educação Ambiental do IBAMA.

1994 – A Presidência da República institui o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em cumprimento aos preceitos da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos assumidos na Conferência Rio'92.

1995 – Criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

1996 – Pela primeira vez a Educação Ambiental é incluída no Plano Plurianual (1996-1999), do Governo Federal.

1997 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN constituem subsídio à escola na elaboração de seus projetos educativos, especialmente em relação aos chamados temas transversais, entre os quais se situa a Educação Ambiental.

1999 – Criada a Diretoria do Programa de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente, que iniciou a implantação do Sistema Brasileiro de Informações de Educação Ambiental (SIBEA), de pólos de EA nos estados e de ensino à distância. Essa diretoria incentivou a formação dos CIEAs e auxiliou na elaboração de programas estaduais de Educação Ambiental.

Em abril do mesmo ano é aprovada a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

2000 – A Educação Ambiental integra o Plano Plurianual do Governo (2000-2003), agora institucionalmente vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

2001 – O MMA reconhece formalmente a importância da articulação dos educadores ambientais, por meio do fomento à estruturação e ao fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

2002 – A Lei nº 9.795/99 é regulamentada pelo decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA, lançando as bases para a sua implementação.

2003 – Criada no MMA a Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (CISEA), com representação de todas as secretarias e órgãos vinculados a esse ministério. Trata-se de uma instância que contribui para a transversalidade interna e a sinergia das ações em Educação Ambiental desenvolvidas pelas secretarias e seus órgãos vinculados ao MMA.

Realizada a primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente, numa parceria entre MEC e MMA. Em duas versões, a Conferência mobilizou a população adulta e infanto-juvenil em todo o país em torno de temas como recursos hídricos, biodiversidade e mudanças climáticas.

2004 a 2007 – Lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental, que congrega inúmeras iniciativas em implementação até 2007: os programas Municípios Educadores Sustentáveis, Formação de Educadores e Educadoras Ambientais (FEA), Sala Verde, Coletivos Educadores, COM-VIDA, entre outros já citados nesta publicação.

Sinais e sintomas

O mais instigante na mudança de paradigma da Educação Ambiental é identificar como esta se processa no interior de coletivos e comunidades e como estes se relacionam com o entorno. Como avaliar que tal grupo já é uma comunidade educada e que a cultura das pessoas e das instituições está mudando em relação ao meio ambiente? Para Sorrentino, “o principal sinal de uma comunidade ecoeducada é a existência da organização de pessoas em torno das questões relacionadas à qualidade do ambiente e da vida. Quanto mais se amplia o número de organizações numa comunidade e quanto maior a articulação entre essas organizações, parando de competir entre si e cooperando para implementar um ideal comum, aí está um indicador de que se está avançando”.

O fato de existirem pessoas que se organizam e se articulam em torno de ações por si só não significa necessariamente mudança cultural em direção a sociedades sustentáveis. Podem se agregar indicadores como: número de projetos, número de pessoas envolvidas, mudança na legislação do município e na região, instituição de consórcios intermunicipais, despoluição de córregos. Estas constituem metas muito objetivas. Entretanto, outros indicadores são ne-

cessários. Afinal, o que contribui para que uma iniciativa possa se reproduzir em outros locais e não seja esquecida quando o investimento terminar é a garantia de participação social.

Por isso, o maior investimento do ProNEA, em termos de indicadores de Educação Ambiental, é a visualização de quem são os atores sociais que intervêm naquele espaço, como eles estão articulados, se possuem capacidade para elaborar os seus próprios projetos político-pedagógicos.

O processo desencadeado no Paraná faz parte da emergência dos primeiros 22 coletivos educadores formados em todo o País. Em 2006, esses coletivos realizaram o seu primeiro encontro, trazendo o testemunho sobre o andamento dos trabalhos em cada um deles. Isso permitiu visualizar as múltiplas respostas dadas pela sociedade brasileira à política que se está estimulando.

Esse processo tem se espalhado com rapidez. Logo na seqüência, uma chamada pública em que não se sinalizava com nenhum recurso financeiro gerou a apresentação de 150 propostas de coletivos educadores, tornando mais palpável a meta de se ter 300 coletivos educadores em funcionamento no País. Além das ações desenvolvidas nos ministérios da Educação e do Meio Ambiente, está havendo a adesão de outros ministérios a essa política, assumindo a proposta do Coletivo Educador. Esse é o caso, por exemplo, dos ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário, que dialogam com essa proposta nos seus respectivos projetos e territórios de atuação.

As condições objetivas estão dadas para se ter a Educação Ambiental como política pública compartilhada e integrada. Afinal, sem compartilhar ações, o Governo Federal não tem condições de implementar uma política pública de âmbito nacional que esteja disseminada em todas as esferas de poder. O Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais só pode ser realizado em todo o País se fizer parte de um sistema nacional de Educação Ambiental implementado de forma compartilhada.

Para muitos críticos, é um erro fazer política dessa maneira. Alguns são adeptos dos programas-piloto, considerando-se que os ministérios em questão, especialmente o do Meio Ambiente, têm “pouco dinheiro e pouco fôlego”. Mas o MMA tem insistido na idéia de que o que importa é o conjunto de educadores e educadoras ambientais do País compreenderem a auten-

ticidade das ações e a importância de se fazer projetos articulados. Esses são fatores que podem garantir sustentabilidade para as ações empreendidas.

A política de Educação Ambiental traz implícita a criação e a formação de programas interligados. Juntos, estes possuem uma ação sinérgica, fomentando e “fermentando” a ação ambiental em determinado território e dialogando com outras iniciativas locais. Isso ocorre com o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, a Agenda 21 local, a Formação de Educadoras e Educadores Ambientais, as Salas Verdes. É necessário tempo para compreender todas essas intervenções em sua complexidade e interligação.

O Programa FEA, implementado de forma pioneira na Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, busca cumprir com esse objetivo. E para isso conta com duas importantes instituições no âmbito desse território, que são a Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu, na condição de instituições âncoras, responsáveis pela coordenação do processo em âmbito regional. Essas instituições têm demonstrado, ao longo do tempo, mudança em suas concepções e práticas no sentido de se afinarem com os princípios, valores e práticas da Política Nacional de Educação Ambiental explicitados acima.

Mudanças de rumo na Itaipu

Muito mais do que garantir a qualidade de água que forma o lago de Itaipu e a geração de energia elétrica com qualidade para o Brasil e o Paraguai, a Itaipu Binacional exerce responsabilidade socioambiental em toda a Bacia do Paraná III. Por meio do Programa Cultivando Água Boa contribui para a construção da solidariedade entre as pessoas e das pessoas com a natureza.

Lançado em junho de 2003, o Programa representa um marco na história da gestão ambiental da Itaipu, resgatando princípios e valores, atuando com a Educação Ambiental reflexiva, crítica, transformadora e emancipatória de consciências esclarecidas.

O marco inicial das ações institucionais de Educação Ambiental da Itaipu, no entanto, coincide com a criação do Ecomuseu, em 1987. Nesse primeiro momento, sua atuação voltava-se principalmente às ações educativas nas escolas, por meio de palestras, oficinas, trilhas interpretativas, produção

de textos didáticos e informativos de apoio a educadores e educadoras. Incluía também o circuito educativo de visitas ao Ecomuseu, ao Refúgio Biológico Bela Vista e à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Muitas dessas ações continuam sendo realizadas no Ecomuseu e no Refúgio, particularmente com escolares e comunidades do entorno.

Seqüencialmente, a Itaipu desenvolveu ações de capacitação em Educação Ambiental para professores e professoras de escolas urbanas e rurais dos 16 municípios situados às margens do reservatório de Itaipu, chamados lindeiros. Também faz parte dessa fase a capacitação de multiplicadores da metodologia *A Natureza da Paisagem – Energia, Recurso da Vida*, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) nas Escolas – que, em 1998, conferiu à Itaipu menção honrosa por sua atuação regional.

A criação do Centro de Educação Ambiental do Iguazu (CEAI), em 1993, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguazu, potencializou as ações de Educação Ambiental na região de abrangência do reservatório de Itaipu, atuando na capacitação de professores e fomentando projetos. O CEAI atuou até 1998.

No âmbito corporativo, as ações de Educação Ambiental foram desencadeadas em 1998, a partir da institucionalização do Programa de Conscientização e Educação Ambiental “Vai e Vem”. O foco principal desse programa, proposto pelas áreas de Meio Ambiente e de Comunicação Social e desenvolvido com representações de todas as diretorias, era o tratamento adequado dos resíduos. Com a participação de empregados brasileiros e de alguns paraguaios, o programa focalizou ações informativas, educativas e de mobilização para a coleta seletiva dos resíduos dos escritórios da Itaipu. O programa também buscou dar visibilidade a ações ambientais correlatas, já desenvolvidas por outras áreas da Itaipu, como o Programa de Lubrificação Planejada (PROLUB), relacionado ao reuso de óleos lubrificantes e ao manejo ambientalmente correto desses materiais.

Em parceria com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, em 2002 foi criada a Linha Ecológica, com o objetivo de mobilizar, sensibilizar e integrar a comunidade regional na adoção de práticas e tecnologias que possibilitem o desenvolvimento sustentável. O programa reúne atualmente mais de uma centena de educadores e educado-

ras ambientais que representam as secretarias municipais de Educação, Meio Ambiente, Agricultura e Ação Social dos municípios da Bacia do Paraná III e da área de influência da Itaipu. Estes participam ativamente no planejamento e na execução de ações ali realizadas, com foco regional e não mais apenas local, constituindo uma rede.

Também nessa época, a revitalização do Refúgio Biológico Bela Vista possibilitou a visualização, na prática, do conceito de sustentabilidade a partir do projeto e da construção das novas edificações. Isso foi apropriado nas ações de Educação Ambiental desenvolvidas tanto com os empregados e empregadas da Itaipu, como com as empresas terceirizadas e a comunidade de entorno.

Em 2003, sintonizada com as mudanças que ocorreram no País, a nova diretoria da Itaipu conduziu um processo de revisão da missão institucional da empresa. Da missão anterior: “aproveitamento hidráulico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas, ou Salto de Guaíra, até a foz do rio Iguazu”, passou-se para: “Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico sustentável, no Brasil e no Paraguai”².

Cultivando Água Boa, marco da nova mentalidade

O Programa Cultivando Água Boa é uma proposta inspirada na concepção de políticas públicas para ações conjuntas entre instituições federais, nacionais, estaduais, municipais e a sociedade, visando o encaminhamento das mudanças estruturais necessárias para a sustentabilidade regional.

Baseado no compromisso da “Ética do Cuidado” e com o futuro sustentável do Planeta, este programa, criado em 2003 pela Itaipu Binacional, é composto de projetos e ações de responsabilidade socioambiental, desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Paraná III e em Mundo Novo (MS), município lindeiro ao reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

² De acordo com o Planejamento Estratégico realizado em setembro de 2003.

Fundamentado em documentos planetários como a Carta da Terra, Agenda 21, Metas do Milênio, Pacto Global, Conferência Rio 92, Protocolo de Quioto, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Água para a Paz (UNESCO), o Programa Cultivando Água Boa atua no estabelecimento de critérios e condições para orientar as ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais, centradas na qualidade e na quantidade das águas, bem como na qualidade de vida das pessoas.

É um movimento de participação permanente, que estimula a sociedade regional a mudar valores no modo de ser, pensar, produzir e consumir, para a busca de um mundo melhor, em especial para o cultivo da água boa, dos solos, da diversidade de vida, das parcerias e das pessoas desse “pedaço” do Planeta.

A denominação Cultivando Água Boa realça a necessidade de que, assim como se cultiva o solo para que dê bons frutos, a água também precisa de “cultivo”, ou cuidado, para se manter abundante e com qualidade, hoje e sempre.

Metodologia

A metodologia adotada para Gestão por Bacias na BPlll prevê as seguintes etapas de implementação:

Sensibilização - Encontros com as comunidades e lideranças para sensibilizar sobre os problemas, ações corretivas, práticas ambientalmente corretas e a proposta do Programa Cultivando Água Boa.

Comitês Gestores - São formados comitês gestores com representantes dos diversos programas e projetos socioambientais implementados da Itaipu, órgãos municipais, estaduais e federais, cooperativas, empresas, sindicatos, entidades sociais, universidades, escolas e agricultores.

Oficinas do Futuro - Tem sua metodologia inspirada na Agenda 21 do Pedaço, desenvolvida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, e traz à tona a possibilidade do diálogo e a ação de vários atores sociais que interferem no ambiente e na qualidade de vida. As comunidades, jovens, crianças, adultos e idosos são reunidos em suas sedes/clubes e convidados a uma reflexão socioambiental no contexto das chamadas “Oficinas do Futuro”, que compreendem quatro momentos:



Encontros de sensibilização com as comunidades

- Muro das lamentações – identificam-se os danos ao meio ambiente e as reclamações da comunidade, que avalia a sua conduta e aponta os problemas a serem resolvidos;
- Árvore da esperança – manifestação das aspirações de hoje e de amanhã (sonhos).
- Caminho adiante – definem-se as ações corretivas dos problemas identificados, comprometendo-se com uma nova conduta.
- Pacto das Águas – momento de celebração do compromisso pelo cuidado com as águas, em que a comunidade simbolicamente apresenta aos atores sociais envolvidos uma síntese dos resultados das oficinas, mostrando seus problemas, anseios, compromissos e prioridades. Representa o momento de mobilizar a sociedade tanto financeiramente quanto na construção do respeito mútuo, visando à formação de cidadãos e cidadãs solidários, servindo também como subsídio ao comitê gestor nos encaminhamentos referentes ao projeto. Esse documento é chamado de “Carta do Pacto das Águas”, que a comunidade, lideranças, Comitê Gestor e autoridades assinam como compromisso com a sustentabilidade (Agenda 21 do Pedaço).



Pacto das Águas, momento de celebração e compromisso

Oficinas Futuro no Presente - Ação a ser realizada durante e após a solução dos passivos ambientais, quando ocorrem oficinas de sensibilização para despertar a consciência de cuidado com o que está sendo reconstruído. Uma grande parceria para resolver os passivos ambientais apontados é firmada entre os diversos segmentos das comunidades locais e das instituições envolvidas, que, com seus potenciais distintos, ocasionam a possibilidade de um processo de ajuda mútua, legitimado nos comitês gestores. Estes garantem a tomada de decisões de forma democrática e constituem espaços fundamentais de planejamento, execução, monitoramento e proposições de ações para a melhoria contínua das atividades e das condições naturais das bacias hidrográficas regionais.

Convênios, Acordos, Termo de Compromisso - Uma vez celebrado o Pacto das Águas, a Itaipu Binacional assina os convênios com os demais parceiros e outros instrumentos onde estão claramente estabelecidas as condições e as contrapartidas para viabilizar a execução de ações:

Coletivas: mata ciliar (plantio de mudas e instalação de cercas), adequação de estradas, conservação de solo e água, instalação de abastecedores comunitários, produção de peixes, educação ambiental,



Assinatura de convênios de cooperação entre a Itaipu e parceiros

corredor da biodiversidade, saneamento da região, coleta solidária, plantas medicinais, ações em comunidades indígenas, monitoramento da qualidade da água, agropecuária sustentável, distribuição adequada de dejetos e destinação adequada de embalagens de agrotóxico, entre outras.

Individuais/específicas: atuação em propriedades rurais, envolvendo a elaboração de diagnóstico que levanta as necessidades de correção de passivos ambientais, melhorias em pocilgas, estábulos, aviários, etc., e projetos de adequação, elaborados mediante convênios com as universidades e faculdades da BP III.

Projetos

Entre os principais projetos de caráter socioambiental implementados pela Itaipu, por meio do Programa Cultivando Água Boa, destacam-se:

Educação Ambiental: atua na sensibilização e na formação de pessoas e grupos sociais para a construção de sociedades sustentáveis, definindo e implementando um programa de Educação Ambiental continuada.

Produção de Peixes em Nossas Águas: promove a sustentabilidade da pesca profissional e esportiva, além de desenvolver ações visando aumentar a produção de proteína de valor biológico pelo incremento da piscicultura.

Biodiversidade, Nosso Patrimônio: contribui para manutenção e melhoria da variabilidade genética da flora e da fauna silvestres da região. O projeto trabalha na implementação de um corredor ecológico, ou seja, um caminho verde projetado para promover a conexão entre o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional de Ilha Grande.

Gestão por Bacias Cultivando Água Porã: executa o manejo conservacionista de água e solo para o controle dos passivos e aspectos ambientais em propriedades agropecuárias, em parceria com prefeituras, proprietários, associações, cooperativas e outros atores.

Infra-estrutura Eficiente e Saneamento na Região: realiza obras e serviços voltados a manter a infra-estrutura de apoio à produção de energia, bem como o saneamento básico na Usina de Itaipu e nas áreas próprias da entidade, promovendo a melhoria do saneamento básico na região.

Educação e Sustentabilidade Regional: cria condições para a melhoria da qualidade de vida dos segmentos menos favorecidos da sociedade na região, em especial a população de baixa renda, mediante os subprojetos: Plantas Medicinais, Jovem Jardineiro, Coleta solidária, Comunidade Avá-Guarani.

Monitoramento e Avaliação Ambiental: realiza diagnósticos e avaliações ambientais do reservatório e da sua área de influência, a fim de fornecer parâmetros e indicadores que orientem e atestem os aspectos ambientais controlados por ações que são desenvolvidas no Reservatório e na Bacia Hidrográfica.

Agropecuária Sustentável: realiza ações complementares às do Governo Federal, na busca de fixar as populações rurais nas localidades de interesse da Itaipu, por meio da produção agropecuária ambientalmente sustentável, por meio dos subprojetos: Agricultura Orgânica, Diversificação Agropecuária de Propriedades Rurais, Valorização e Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Apoio ao Turismo Rural e Rede de Assistência técnica de extensão Rural (ATER).



Incentivo à criação de peixes no reservatório de Itaipu



Reflorestamento com espécies nativas em defesa da biodiversidade



Manejo conservacionista dos solos



Melhoria da infra-estrutura de saneamento na região



Melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda



Ações de monitoramento e controle da qualidade das águas



Incentivo à agricultura orgânica



Ações de Educação Ambiental em parceria com outras instituições

Modelo de Gestão

Com base na nova missão ampliada da Itaipu e na problemática diagnosticada na região de influência do reservatório, onde se situam cerca de 35 mil propriedades, foi necessário estruturar um novo modelo de gestão para solucionar ou mitigar os problemas diagnosticados. O modelo adotado compreende:

Gestão por Programas – É exercida por meio de procedimentos, métodos e instrumentos definidos empresarialmente para a Gestão Estratégica e Operacional dos Programas (PDCA). Os projetos são orientados pela metodologia do Project Management Institute. Esse processo é monitorado pela Sala de Monitoramento de Programas/Projetos.

Gestão de Informação Territorial – Para viabilizar a atuação no território da Bacia do Paraná III foi necessário contar com tecnologias confiáveis para a gestão territorial, ou seja, para investigar, identificar, relacionar espacialmente, conhecer, interpretar e operar de forma integrada os territórios das bacias hidrográficas influentes no Reservatório.

Nesse contexto, está sendo desenvolvido e implantado um conjunto de instrumentos essencialmente multidisciplinar para obter o conhecimento científico e sistemático da complexa realidade, fornecendo as informações territoriais para uso dos vários níveis gerenciais e equipes de projetos da Itaipu, assim como dos demais co-usuários das águas.

Gestão Ambiental – Fundamentada na norma ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), com objetivo de utilizar a sua metodologia como referência, principalmente o conceito de Planejamento, Execução, Verificação e Ações de Correção, conhecido como PDCA (Plan, Do, Check e Action), um dos princípios da qualidade. A utilização da norma não tem o objetivo de obter a certificação, e sim de utilizar as suas práticas e métodos.

Gestão Participativa – É fundamentada nos princípios e práticas de políticas públicas, no sentido de buscar junto às instituições oficiais o papel de indutoras de programas ou projetos de natureza interdisciplinar, estimulando a comunidade e parceiros (prefeituras, cooperativas, associações de classe, produtores rurais, ONGs, órgãos governamentais, sociedade civil organizada, entre outros) a cooperar em temas de interesse comum, participando e dialogando continuamente. A organização e a operação desse processo são reali-

zadas por meio de formação de comitês, que passam a gerir os programas e projetos de forma conjunta e participativa.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental tem interface com os diversos programas do Cultivando Água Boa. Realiza oficinas do futuro, assinatura da Carta do Pacto das Águas em cada comunidade, junto com o Programa Gestão por Bacias. Está presente nas oficinas de auto-estima e cidadania e no passaporte da cidadania, com o Programa de Saneamento (Projeto Coleta Solidária); promove a formação de merendeiras no contexto do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros.

Agindo dessa maneira, a Itaipu, por meio do Programa, evidencia a necessidade de “cultivar as águas para mantê-las abundantes e com qualidade, da mesma forma como se cultivam os solos, para que produzam bons frutos”³. Tal mudança de enfoque, que tornou essa empresa a articuladora de um grande pacto socioambiental, reforçou, ampliou e renovou o trabalho anterior realizado junto aos municípios lindeiros ao lago para abranger toda a Bacia do Paraná III e a fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

O novo foco da responsabilidade socioambiental fez com que a Educação Ambiental na Itaipu adquirisse um novo caráter, bem como assumisse novas dimensões para atender à atual missão e às diretrizes estratégicas da empresa. Além de continuar envolvendo crianças e jovens em idade escolar, passou a ser dirigido a todos os atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e da comunidade, tanto em seu cotidiano como em sua condição de representantes das instituições que definem o convívio em sociedade.

Esse caminho reforça a concepção atual da Educação Ambiental, procurando direcioná-la para a “escola da vida”, na linha do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Essa concepção mostra claramente como, independentemente de idade ou de formação acadêmica, todos os seres humanos são aprendizes em relação à complexidade dos temas que envolvem a sustentabilidade e a conseqüente formação de sociedades sustentáveis com responsabilidade global. E é por meio da ação que se desenvolve essa aprendizagem transformadora.

³ Idem.

Os “pilares” que sustentam a ação

De acordo com essa nova visão, o Programa de Educação Ambiental da Itaipu, em seu universo de atuação, sustenta-se sobre quatro “pilares” ou campos de atuação, que permeiam as ações do Cultivando Água Boa:

- **Educação Ambiental na Bacia do Paraná III e Área de Influência de Itaipu** – Tem como eixos centrais: o processo de formação de educadores e educadoras ambientais dos municípios da Bacia do Paraná III e do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, bem como a formação de monitores e monitoras da Rede de Educação Ambiental – Linha Ecológica. Integrada com os demais projetos prioritários do Programa Cultivando Água Boa, desenvolve ações de educação formal, não-formal e difusa relacionadas aos diversos temas do Programa: recuperação dos passivos ambientais da bacia (nas microbacias), e construção da Agenda 21 do Pedaco. Dialoga principalmente com os programas de agricultura orgânica, plantas medicinais, coleta solidária, entre outros. Contempla também a realização de concursos Cultivando Água Boa, dirigidos aos diversos níveis do ensino formal. Além disso, estimula e facilita o acesso da região a eventos de formação regionais, estaduais, nacionais e internacionais.
- **Educação Ambiental nas Unidades do Complexo Turístico de Itaipu** – Todos os espaços construídos pela Itaipu têm relação direta com a questão socioambiental. Isso pode ser observado desde as pesquisas e estudos de viabilidade para a construção da hidrelétrica até as mudanças de concepção dos novos espaços. A Itaipu reconhece a necessidade da dimensão educativa em todos os projetos de intervenção na área da hidrelétrica, que contempla os aspectos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos de suas diversas unidades. Por esse motivo, a Educação Ambiental permeia as ações das diferentes unidades do Complexo de Itaipu: no Ecomuseu, que preserva e comunica o patrimônio histórico-natural-tecnológico institucional e regional, valorizando a memória dos trabalhadores e trabalhadoras e as conquistas empresariais; e no Refúgio Biológico Bela Vista, uma das áreas protegidas da Itaipu que atende aos objetivos de conservação da biodiversidade, pesquisa e Educação Ambiental. Suas ações de diálogo com as questões socioambientais realizam-se junto a escolares, pesquisadores, acadêmicos, turistas e comunidades do entorno.

- **Educação Ambiental Corporativa** – Trata-se de instrumento prioritário para a formação da nova cultura baseada na “Ética do Cuidado”. Está intimamente ligada ao compromisso de responsabilidade socioambiental assumido pela Itaipu. Destina-se a todos os empregados e empregadas da empresa, bem como a estagiários/as e terceirizados/as. O objetivo é estimular essas pessoas a se sentirem responsáveis pelo meio ambiente não apenas no exercício de suas funções. Elas devem se tornar capazes também de reeditar sua aprendizagem para toda a sua rede de relações, particularmente sua família e as diversas comunidades às quais pertencem (sindicato, clube, igreja, partido, associação, outros).
- **Educomunicação** – Entendida como “campo de reflexão/ação que une as áreas de Educação e Comunicação Social, consiste, basicamente, em utilizar as tecnologias e as linguagens das mídias para que as pessoas e os grupos expressem o que sentem e pensam e, assim, decidam o que querem para si mesmas e para o mundo em que vivem”⁴. A educomunicação dialoga com os demais projetos de Educação Ambiental da Itaipu. Busca atingir, mediante os meios de comunicação disponíveis – escritos, eletrônicos, audiovisuais – o público a que se destinam as mensagens. A proposta em andamento a partir de uma oficina de educomunicação, realizada em 2007 pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP), projetou a criação e a alimentação de espaços e estruturas de educomunicação, tais como: banco de dados em Educação Ambiental, banco de imagens, videoteca, comunicação eletrônica e conexão com redes de Educação Ambiental a partir da alimentação de *sites*, participação em eventos e outros meios de comunicação. O conceito de educomunicação também fundamenta a produção dos materiais educativos do Programa: cartilhas, folhetos, cartazes, etc.

Nesses “pilares” se apóia a Educação Ambiental para a Sustentabilidade na Itaipu. As ações se desenvolvem em articulação direta com os atores sociais correspondentes, sejam eles de órgãos públicos, grupos econômicos, rede de ensino e universidades ou instituições representativas da sociedade civil organizada, particularmente os movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONGs).

⁴ Definição extraída de: www.cala-bocajamorreu.org. Acesso em agosto de 2007.



Educação Ambiental no complexo turístico de Itaipu



Atividade de educomunicação da Itaipu Binacional

A ampliação conceitual desenvolvida na Itaipu propiciou a consolidação de novas parcerias. Dentre estas, destaca-se a que se estabeleceu com o Parque Nacional do Iguaçu, gerenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Juntas, as duas entidades assumiram a articulação do processo de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais (FEA), da qual trata esta publicação.

O Parque também ensina

Uma Unidade de Conservação deve ser vista como um centro de aprendizagem sobre a “teia da vida” que ela conserva e como um processo permanente de aprendizagem. Deve ainda fortalecer as populações locais para que estas sejam capazes de planejar, gerenciar e implantar alternativas de acordo com suas realidades e necessidades, estimulando atitudes em favor da conservação do meio ambiente e visando harmonizar as relações entre a Unidade de Conservação e as comunidades do entorno.

Com o objetivo de estimular atitudes em favor da conservação da natureza, minimizar os impactos ambientais e contribuir para o manejo e a proteção dessa Unidade de Conservação, o Parque Nacional do Iguaçu possui forte atuação com a comunidade do seu entorno. Esta se compõe de 14 municípios: Céu Azul, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia, Capanema, Serranópolis do Iguaçu, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Santa Terezinha de Itaipu. A interação se dá por meio da Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, chamada Escola Parque.

Esta escola iniciou suas atividades em 1963 para atender aos filhos de funcionários e de fazendeiros lindeiros ao Parque. Manteve-se em funcionamento até 1998, quando – já municipalizada – foi considerada economicamente inviável pela Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, devido ao número reduzido de alunos. As atividades foram encerradas e o imóvel entregue ao IBAMA.

O espaço permaneceu sem destinação até 1999, quando o Parque Nacional iniciou a implementação do Plano de Manejo da Unidade, do qual constava o Projeto de Educação Ambiental. A escola tornou-se o espaço físico privilegiado e disponível para atender às necessidades desse projeto. Em 26 de janeiro de 2000, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação do

Município de Foz do Iguaçu, a Escola Parque foi inaugurada. Seu objetivo é estimular atitudes em favor da conservação do meio ambiente, com diferentes atores sociais, por meio da integração, do envolvimento e do comprometimento da população do entorno na proteção do Parque.

Inicialmente suas atividades focalizavam a educação formal, por meio de cursos e palestras para professores municipais do entorno, visitas de alunos à Unidade de Conservação e oficinas de arte e reciclagem. Em 2001, por meio de articulações com representantes dos municípios do entorno, a Escola Parque desenvolveu um programa de formação continuada para docentes da rede pública de ensino, intitulado Educação Ambiental no Processo Educativo. O curso totalizou 80 horas de formação e envolveu 120 docentes, que, além do trabalho de formação, desenvolveram ações de Educação Ambiental em seus municípios. Em relação à educação não-formal, destaca-se o trabalho com guias de turismo e com os moradores do entorno.

Em 2003, a Escola Parque passou por um processo de replanejamento significativo. Por exigência da nova administração do Parque Nacional do Iguaçu, realizou-se uma avaliação e um diagnóstico com representantes das secretarias de Educação dos municípios de entorno e do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu. Desse processo surgiram propostas de um programa de Educação Ambiental continuado, ampliado para além dos muros das escolas e em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental.

Como resposta a esse diagnóstico, em 2003, foi criado o Setor de Educação Ambiental, ligado à área de Conservação e Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Esse setor ampliou a abrangência da Educação Ambiental realizada na Escola Parque, estabelecendo metas, objetivos e ações para o período entre 2004 e 2007, e recebendo aporte financeiro do Instituto Vivo.

As ações do Programa de Educação Ambiental são atualmente desenvolvidas em parceria com as 14 Secretarias de Educação dos municípios do entorno e os Núcleos Regionais de Educação de abrangência (Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão). Tais ações voltam-se aos diversos atores sociais da região, como estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, universitários(as), professores(as), agricultores(as), lideranças comunitárias e representantes de ONGs.

Dentre as ações que desenvolve, destaca-se o Curso/Laboratório de Educação Ambiental no Processo Educativo, de caráter continuado, que en-

volve anualmente cerca de 200 professores/as da rede pública (municipal e estadual) de ensino dos municípios do entorno e de dois municípios argentinos (*Andresito* e *Puerto Iguazú*). O curso é realizado no período de março a novembro de cada ano, perfazendo uma carga horária de 120 horas/aula, distribuídas em 12 encontros presenciais. A primeira turma teve início em 2004 e durante o processo formativo, os/as educadores/as elaboraram um projeto socioambiental, que começou a ser desenvolvido no segundo semestre de 2004 nos municípios com diversos atores sociais. Em dezembro de 2007, fecha-se o primeiro ciclo de formação, totalizando aproximadamente 800 professores/as, formando uma rede em prol da conservação do Parque Nacional do Iguazu.

A Escola Parque realiza outras ações educativas, como seminários temáticos, com o objetivo de apresentar e dialogar com a comunidade as ações propostas para os municípios por meio dos professores/as do Curso /Laboratório; mostras de Educação Ambiental, que visam apresentar, avaliar e projetar tudo o que foi feito durante o ano nos 14 municípios; oficinas ecológicas, ciclos de palestras e visitas orientadas de caráter educativo e recreativo, que ocorrem diariamente no interior do Parque Nacional. Os visitantes são, em geral, alunos dos ensinos Fundamental e Médio, professores, universitários, grupos da Terceira Idade, crianças portadoras de necessidades especiais, integrantes de associações de bairro, entre outros.

O sucesso da iniciativa fez com que a Escola Parque fundasse, a partir de 2004, outras três estruturas educadoras nos municípios de Céu Azul, Matelândia e Capanema, em parceria com as respectivas Secretarias de Educação. Em Céu Azul, o espaço educador é uma trilha dentro do Parque, utilizada para visitas guiadas por monitores, pessoas da própria comunidade. Nas bases de Matelândia e Capanema também são executadas ações do curso/laboratório no processo educativo com os municípios vizinhos.

A adesão do Parque Nacional do Iguazu ao Programa FEA, atuando juntamente com a Itaipu como instituição âncora na região, vem descortinando um novo paradigma na Educação Ambiental com foco em Unidade de Conservação. A experiência e os resultados do processo participativo, democrático e biorregionalizado realizado pela Escola Parque demonstram que a Educação Ambiental, utilizada como ferramenta de sensibilização e conscientização, promove mudanças de valores e atitudes de diferentes segmentos sociais na conservação de recursos e no exercício pleno da cidadania.



Este é o Parque Nacional mais visitado do Brasil



As trilhas ecológicas representam fortes atrativos



Vista parcial do Centro de Visitantes



A Escola Parque utiliza diferentes linguagens para educar



As atividades da Escola Parque envolvem adultos...



... e crianças em busca de aprendizagem

Atores Sociais que Interagem no FEA



Educadores e educadoras ambientais presentes em evento regional

Considerando a realidade socioambiental do território, bem como todas as mudanças que se perfilam na Educação Ambiental brasileira atual, uma pergunta fica no ar: quem, afinal, precisa ser ecoeducado?

Como já dizia Paulo Freire, “ninguém educa ninguém. Ninguém se educa a si mesmo. Os seres humanos se educam mediatizados pelo mundo”.

Baseando-se nessa visão, o FEA buscou criar as condições propícias para maior interação entre os atores sociais envolvidos no Programa e para as mudanças que essa interação fatalmente promoverá.

O diálogo entre os diferentes atores sociais que interagem no território consiste na “tecnologia de ponta” da Educação Ambiental. Mas a atuação sinérgica não brota por geração espontânea. Ela se constrói e se alimenta em processos de aprendizagem constante, que carregam consigo implicações político-pedagógicas, jurídicas, administrativas, financeiras, coletivas e pessoais.

Quem são os atores sociais?

Ator social é conceituado como a “pessoa, grupo ou organização que desempenha uma função social relevante e apresenta capacidade de defender seus interesses e de produzir os fatos necessários para alcançar seus objetivos, participando das decisões para alterar a realidade”¹.

É comum designar os atores sociais a partir de três grandes setores: o Setor Público, o Setor Privado e o Terceiro Setor, constituído pela sociedade civil organizada. Nesta publicação, o termo “atores sociais” é utilizado para designar blocos de poder que aglutinam pessoas em instituições criadas pela sociedade ao longo de séculos e que interferem na qualidade de vida de todos os seres que constituem a “teia da vida”.

A articulação que deu início ao Coletivo Educador, assim como ao processo de formação de educadoras e educadores ambientais, levou à reflexão sobre a questão dos atores sociais. Alguns deles relacionam-se diretamente a iniciativas de Educação Ambiental, outros sequer conhecem o significado desse termo. É preciso definir, portanto, “quem é quem” na Educação Ambiental na Bacia do Paraná III, no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Esse tema foi abordado em dois níveis durante um dos encontros presenciais do FEA, ocorrido em 2006. O primeiro nível nos remete à lembrança de que todos interferimos no meio ambiente na condição de cidadãos e cidadãos locais e planetários. O segundo relaciona-se às instituições representativas das estruturas criadas pela sociedade, nas quais atuam os educadores e educadoras ambientais, ou com as quais estes necessitam estabelecer interfaces para levar adiante a formação para a “Ética do Cuidado” (veja página 75).

No contexto desta reflexão, procuramos identificar “quem é quem” na Educação Ambiental da região e vislumbrar a totalidade da população atingida pelos diversos atores que interferem na qualidade do ambiente e de vida. Esse constitui um tema de grande relevância da política ambiental, na qual se insere e tem grande relevância a Educação Ambiental.

Os atores sociais organizam-se em torno de “blocos de poder”. Nenhuma pessoa ou instituição, ao ocupar um desses espaços, pode dar con-

¹ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais. *Cadernos de Formação*. Volume 2: Como estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente. Brasília : MMA/PNC, 2006. p. 57.

ta, isoladamente, da complexidade das questões que se colocam nos níveis econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos. Colocados em sinergia de interesses na busca pela qualidade de vida e do meio ambiente, podem aprender e ensinar uns aos outros, “mediatizados pelo mundo”, como dizia Paulo Freire. Entendendo-se por “mundo” o universo de interações complexas de todos os seres que constituem a comunidade de vida do Planeta, como sugerem a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Como consequência, emerge a necessidade de trabalhar as questões socioambientais com todos os atores sociais na perspectiva da “Ética do Cuidado”. Isso ocorre por meio da ação educativa continuada nos diversos espaços e níveis de atuação dos diferentes atores sociais, no sentido de sua articulação permanente e por meio de métodos e técnicas de negociação apropriados, particularmente em casos de conflitos socioambientais.

Os blocos de poder

Para facilitar o exercício pedagógico de “visualização” dos atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e de vida na região e aos quais se destina a Educação Ambiental, estes foram classificados em “blocos de poder”:

- **Poder público**, que se exerce a partir dos órgãos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Estes, por sua vez, situam-se em âmbitos local, estadual e nacional. Agregam-se a esse bloco também os organismos internacionais.
- **Poder Econômico**, que se exerce a partir de empresas e instituições da indústria, da atividade agroindustrial, dos bancos, do comércio.
- **Poder do saber constituído**, que se concentra nas instituições de Ensino e de Pesquisa (desde o Ensino Fundamental à Academia).
- **Poder das organizações da sociedade civil**, que se expressa particularmente no chamado Terceiro Setor: organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, com suas diferentes representações: sindicatos, cooperativas, associações, comunidades religiosas, grupos étnico-raciais, movimentos de jovens, de mulheres, etc.

- **Poder da comunicação**, que se manifesta nos meios/canais em diferentes mídias (impressa, audiovisual, eletrônica) e permeia os demais poderes.

Evidentemente, qualquer tentativa de setorização é limitada. No esquema apresentado fica evidente que os diversos blocos de poder se interpenetram e influenciam mutuamente. As universidades, por exemplo, estão alocadas no bloco do poder do saber constituído. Mas podem ser públicas ou



privadas e, por vezes, até uma iniciativa sociocomunitária ou representante dos interesses do Poder Econômico. Grupos de poder econômico em geral são vistos apenas no contexto das empresas privadas, mas também podem situar-se no poder público, como é o caso de alguns bancos. Os meios de comunicação são particularmente significativos a esse respeito, uma vez que interferem em todos os demais espaços de poder constituído. É importante lembrar também os “focos de poder” existentes nas redes informais de ação e ajuda mútua. Tais focos constituem uma força social significativa, embora não reconhecida formalmente.

Um dos temas de particular importância a ser tratado em relação aos atores sociais que representam ideologias diversas, inclusive no interior das próprias instituições que os constituem, é o da mediação de conflitos socioambientais, que estão presentes em toda a parte.

Na região da Bacia do Paraná III são evidentes as diferenças existentes nas escolhas feitas por grandes e pequenos produtores, por cooperativas e empresas ou por associações comunitárias em relação à produção rural, por exemplo. A forma como estes se apropriam dos recursos ambientais também é diferenciada e, não raras vezes, se apresenta com características divergentes. Nos órgãos públicos, as orientações político-partidárias interferem diretamente em decisões tomadas principalmente nos níveis do Poder Legislativo e do Executivo. Estes, por sua vez, têm o poder de interferir positiva ou negativamente na qualidade de vida e do ambiente. E assim sucessivamente.

O entorno do Parque Nacional do Iguaçu é repleto de contradições entre os que comandam a caça aos animais silvestres e os defensores da fauna ameaçada de extinção ou entre agricultores orgânicos e plantadores de alimentos transgênicos. Esses poucos exemplos trazem constantemente à tona o tema da necessária mediação de conflitos e a busca de soluções apropriadas, permeando até a fiscalização de ações integradas em processos educativos das pessoas e instituições que interferem no meio ambiente e na qualidade de vida da região.

Para educadoras e educadores socioambientais trabalhar esse tema é de particular relevância, uma vez que tais questões chegam sempre a quem está na ponta no processo educativo. Mas vale lembrar que só podem ser resolvidas com a participação dos distintos poderes em ação.

A importância da participação cidadã

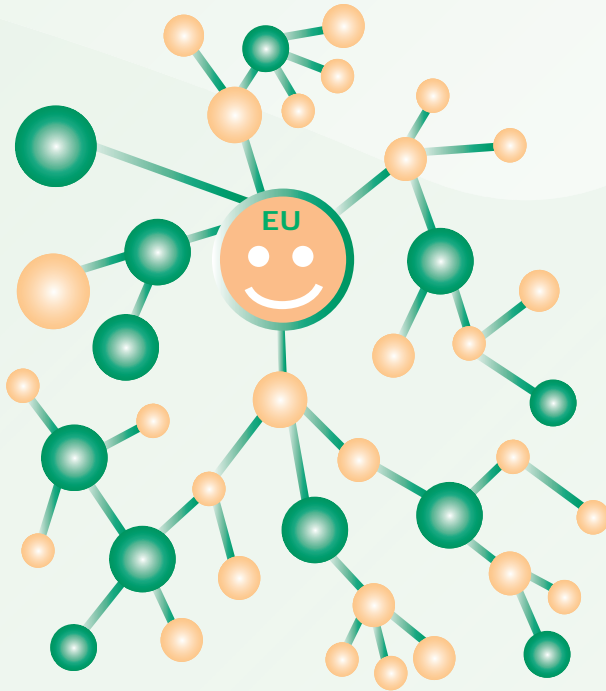
O escritor Carlos Rodrigues Brandão [2005] cita uma trinca de frases de Paulo Freire que refletem a importância das pessoas nos processos de transformação social: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”. As instituições são integradas e dirigidas por pessoas. Suas estruturas só mudam se as pessoas mudarem. Nesse sentido, a reflexão sobre atores sociais remete à importância do compromisso pessoal, pois nenhuma mudança estrutural é possível sem a interferência de pessoas empenhadas nessa direção.

O fim do século XX foi marcado por movimentos sociais planetários – particularmente o ambientalista e o feminista – que tinham como premissa básica a percepção de que as mudanças externas só se tornam possíveis a partir das mudanças internas (“*the personal is political*”). Afinal, a sociedade é constituída por homens e mulheres que criam e recriam a vida a partir de seus princípios e valores. Por isso, ao lado das correntes marcadamente políticas do ambientalismo, surgiram correntes conhecidas como “ecologia interior”, “ecologia profunda” e outras com denominações diversas, todas apontando na mesma direção. Os textos de Félix Guattari sobre as “três ecologias”, e “as quatro ecologias”, de Leonardo Boff, são exemplos dessa busca.

Mesmo exigindo um movimento pessoal voluntário, a transformação não ocorre para o ser humano que atua isoladamente. Cada um de nós é o centro de uma rede de conexões. Na “era das redes”, mais do que nunca é importante tomar consciência dos numerosos elos que compõem a rede de nossa vida e as instituições com as quais estamos em contato, algumas delas desde nossa entrada no palco da vida.

A imagem a seguir mostra a importância desse tema na vida de cada participante do FEA. Permite perceber a extensão da nossa rede de conexões como uma importante capilarizadora e enraizadora dos princípios e valores para um futuro sustentável que norteiam a Educação Ambiental Popular.

Rede de Conexões



Esta imagem serviu de base para um trabalho de reflexão específica no decorrer do processo FEA. Como pano de fundo, o exercício traz dois lembretes:

1. A Educação Ambiental se inicia na busca pessoal de praticar o que se ensina aos outros. Em outras palavras, inicia-se pela ruptura da dicotomia “eu-outro”, trabalhando a palavra “nós” como a mais adequada num processo dialógico de aprendizagem.
2. A força da ação de um educador ou educadora socioambiental em sua vida cotidiana transcende, de longe, seu espaço profissional de atuação. Por esse motivo, cada participante é convidado/a a colocar nos círculos a sua rede de relações pessoais (de família, escola, clube, sindicato, igreja, partido, outros). A partir da rede criada, a pessoa é estimulada a visualizar como as outras pessoas com quem se relaciona estabelecem suas próprias redes. Tal exercício, que caracteriza uma apropriação do senso de cidadania local, permite constituir uma rede ampliada de capilaridade e enraizamento no cotidiano das relações pessoais.

Segue um poema lido em diferentes oportunidades por ser particularmente significativo para o que se propõe uma educação socioambiental cuja abrangência é a totalidade do território com cidadãos e cidadãs ecoeducados. De autoria do pacifista Robert Müller, um dos idealizadores das Nações Unidas e chanceler da Universidade para a Paz, na Costa Rica, foi escrito há décadas, mas mantém toda sua atualidade em relação ao tema da cidadania local e planetária.

Participe de redes de conexões

Use cada palavra que escrever
Cada conversa que mantiver
Cada encontro de que participar
Para expressar suas crenças básicas e seus sonhos,
Para afirmar aos outros a visão de mundo que você almeja.
Conecte-se através do pensamento.
Conecte-se através da ação.
Conecte-se através do amor.
Conecte-se através do espírito.
Você é o centro de uma rede de conexões.
Você é o centro do mundo.
Você é uma fonte livre e imensamente poderosa de vida e de bondade.
Afirme-a. Expanda-a. Irradie-a.
Pense nela noite e dia.
E um milagre acontecerá: a grandeza da sua própria vida.
Num mundo de grandes poderes, grandes mídias e grandes monopólios,
Com mais de cinco bilhões de pessoas,
Participar de redes de conexões é a nova liberdade, a nova democracia
Uma nova forma de felicidade.

O valor do cuidado

O cultivo de princípios e valores reaviva e dá sentido às nossas ações. Por isso, a formação desenvolvida no FEA volta-se para a ética do cuidado. Para o teólogo Leonardo Boff, um dos defensores do cuidado como parte essencial da vida, todos fazemos parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é um ser vivo e forma conosco e com as demais espécies uma comunidade de vida única.

Não basta visarmos apenas à proteção do meio ambiente. Devemos desenvolver o senso de pertencimento de que também somos um elo da teia de vida. Nosso papel é cuidar para que os demais elos sobrevivam. Só assim poderemos sobreviver também.

A ética da sustentabilidade baseia-se em quatro princípios: a afetividade, o cuidado, a cooperação e a responsabilidade. Para o teólogo, a crise ética da atualidade é uma crise de sensibilidade e de afeto. Os sistemas econômicos e políticos imperantes contribuem para que sejamos indiferentes à miséria, à pobreza e à degradação ambiental. Por isso, a dimensão do cuidado precisa ser resgatada. Afinal, tudo o que cuidamos dura mais. O desafio consiste em fazer do cuidado um projeto de vida, uma política.

Quanto à cooperação, esta constitui a lógica do processo evolucionário. Foi a cooperação e não a competição que fez da espécie humana uma das mais bem-sucedidas na arte da sobrevivência. Por isso, devemos ser cooperativos e solidários conscientemente e como projeto de vida.

A percepção de que depende de todos e de cada um a construção de um novo padrão de vida faz ressurgir em nós a responsabilidade. Portanto, as mudanças não dependem apenas de governos. Quando desenvolvemos o senso de responsabilidade, esta se transforma em causa pessoal, da qual não podemos abrir mão.

Tais princípios trazem para a busca da sustentabilidade uma importante aliada, que é a dimensão espiritual. Sem essa dimensão, todas as medidas técnicas e políticas caem no vazio, pois serão capazes de promover apenas uma mudança superficial, sem tocar no âmago do atual modelo de desenvolvimento.

Quem é quem no Coletivo Educador?

A constituição do Coletivo Educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu é um fato histórico e pioneiro na região. Como já foi detalhado anteriormente, esse processo, iniciado pelos ministérios do Meio Ambiente e da Educação com duas instituições âncoras, Itaipu e Parque Nacional do Iguaçu, conquistou desde o início a adesão das 34 prefeituras municipais da região e firmou parcerias com dezenas de entidades: universidades públicas e particulares, ONGs e movimentos sociais da região, além de órgãos públicos estaduais.

A esses atores sociais agregaram-se outros, ao se iniciar a constituição das comunidades de aprendizagem, em 2007. Clubes de serviço, pastorais eclesiais, associações de agricultores, associações de catadores de materiais recicláveis, entre outros, expandiram a malha de relacionamentos criados pelo Programa.

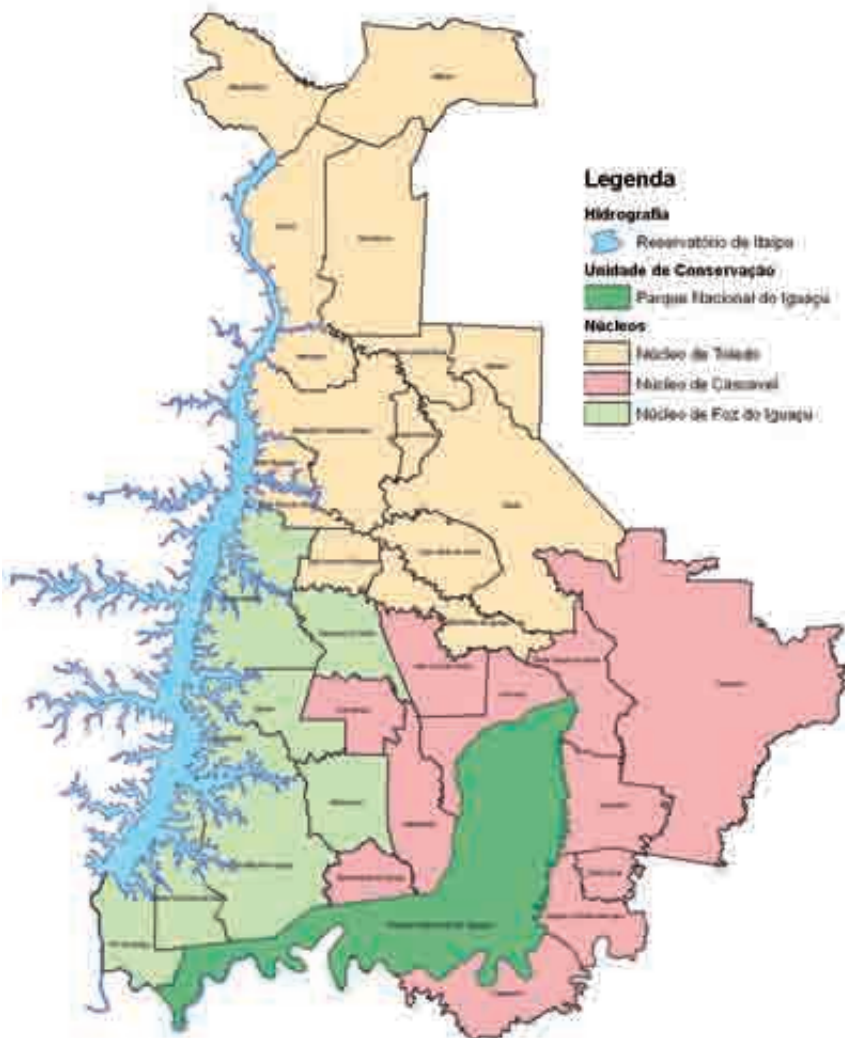
A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de uma equipe de quatro profissionais, sendo uma empregada da Itaipu, duas contratadas pelo Ministério do Meio Ambiente e uma cedida em tempo parcial pela Prefeitura de Foz do Iguaçu. Além disso, a coordenação contou com uma consultoria especializada, contratada pela Itaipu para auxiliar na formulação da proposta e acompanhar todo o processo de implementação do Programa.

Para assegurar a condução do FEA de forma participativa e descentralizada, a equipe de coordenação optou por três núcleos estabelecidos nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Cada núcleo abarcou territórios com aproximadamente 100 educadoras e educadores ambientais a serem formados.

Três instituições assumiram o caráter de pontos focais e deram suporte local para o funcionamento dos núcleos de coordenação, sendo uma pública local – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Foz do Iguaçu; uma regional – o Núcleo Regional de Educação de Toledo; e uma federal – o escritório do IBAMA de Cascavel. Seu papel foi principalmente o de assegurar o espaço físico necessário às atividades das coordenadoras de núcleos.

O FEA contou, desde o início, com uma “malha” de instituições com papéis e atribuições diferentes e uma “malha” de relações a serem cultivadas permanentemente em função do objetivo do programa. A cada passo dado,

Organização dos municípios por núcleos



Estratégia para garantir a execução descentralizada do Programa

novos produtos e demandas surgiram. Fenômeno natural no contexto de uma iniciativa de educação socioambiental pioneira que transcende os bancos da escola e remete à escola da vida, incluindo pessoas adultas, grupos, comunidades, instituições e redes.

Concluimos essas breves reflexões sobre os atores sociais que interferem na Educação Ambiental da Bacia do Paraná III e PNI lembrando que o diálogo entre pessoas e atores sociais é a “tecnologia de ponta” da Educação Ambiental. Mas esta atuação sinérgica não brota espontaneamente; ela se constrói e se alimenta em processos de aprendizagem constante que carregam consigo implicações político-pedagógicas, jurídicas, administrativas, financeiras, coletivas e pessoais. Apesar da boa vontade de integrantes do processo FEA, alguns desafios precisam ser vencidos: as instituições precisam aprender a atuar em parceria, superando limitações de recursos humanos e financeiros, além de necessitarem revisarem suas relações institucionais, em geral, fortemente marcadas pela hierarquia.

Por esse motivo, a articulação sinérgica dos atores sociais na lei do “ganha-ganha” torna-se um assunto de formação em si para qualquer coletivo educador. Seu objetivo é, fundamentalmente, formar consciência ambiental e cidadã e preparar pessoas e instituições para lidarem com a questão socioambiental a partir de princípios e valores que orientam as ações na direção da sustentabilidade ecológica e social. Necessita-se, portanto, de condições para tanto.

A abordagem do tema dos atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e de vida na Bacia do Paraná III e no entorno do Parque Nacional do Iguaçu traz características muito especiais e de suma importância. Quando se trata de ver “quem é quem” em qualquer iniciativa, projeto, programa, política pública relativa a esses dois universos entrelaçados por razões naturais e históricas, em ambos os casos, o meio ambiente transcende espaços geográficos vistos a partir das divisões geopolíticas dos países. A partir da noção de ecossistemas, questões muito particulares se apresentam nos níveis local, municipal, regional, estadual, interestadual, nacional e internacional.

A Bacia do Paraná III, por exemplo, só pode ser pensada levando-se em consideração ambas as margens do rio Paraná, no Brasil e no Paraguai. O planejamento que se desenvolve para a recuperação dos passivos ambientais nos municípios que ficam do lado brasileiro representa apenas metade da

ação requerida. O planejamento ambiental a partir do rio, em suas margens direita e esquerda, traz implícita a necessidade de um planejamento socioambiental sistêmico, relacionado com os demais rios que integram a Bacia do Paraná ao longo de diversos estados do Brasil e de outros países, o que nos remete, inclusive, aos necessários diálogos entre os cinco países que compõem a Bacia do Prata: Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai.

Por sua vez, o Parque Nacional do Iguaçu, além de constituir uma Unidade de Conservação rodeada por 14 municípios, é um ecossistema que extrapola as fronteiras geopolíticas criadas entre Brasil e Argentina. Afinal, mescla-se com o Parque Nacional Iguazú, situado em território argentino e tem uma variável importante em relação ao tema que nos interessa: foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O Coletivo Educador da região torna-se, então, uma fonte inesgotável de aprendizagem e nos remete ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, quando afirma: “todos somos educadores e aprendizes”, independentemente de idade, do grau de instrução ou do espaço ocupado no tecido social. Acreditar em uma proposta de Educação Ambiental Popular com capacidade para chegar à totalidade da população não é tarefa fácil. Isso leva à conclusão da necessária educação socioambiental de todos os atores sociais.

A educação para a sustentabilidade está pedindo passagem nas secretarias de governos, câmaras e assembléias legislativas, salões de igrejas, espaços de associações comunitárias e de clubes de serviço, centros de treinamento empresarial, entre inúmeros outros espaços. A qualidade do ambiente e de vida é tema que transcende ideologias. Como bem pontuou um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 2007, Al Gore: “não é mais uma questão política; é uma questão moral”. Uma questão de “Ética do Cuidado”! Este é o desafio que se coloca para quem acredita que “um outro mundo é possível... Se a gente quiser... Aqui!”

A Construção do Coletivo Educador na Região



Diversidade de atores sociais em interação é a marca desta iniciativa

A partir deste capítulo entramos no cerne do processo FEA: a constituição do Coletivo Educador na região. Fruto de uma articulação entre Ministério do Meio Ambiente, Itaipu Binacional e Parque Nacional do Iguaçu, o Coletivo Educador formado na Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu envolve 34 municípios e conta com o suporte de cerca de 40 instituições regionais.

A ênfase que se dá ao processo de constituição do Coletivo Educador deve-se à importância da missão que este desempenha na região, trazendo a Educação Ambiental para o meio da roda de diferentes instituições e grupos locais. Sua arquitetura fundamenta-se na Pesquisa-Ação-Participante (PAP), o que lhe garante capilaridade e poder de reedição nas mais distintas realidades.

Tais características tornam essa experiência, desenvolvida em caráter pioneiro, referência para iniciativas similares em outros pontos do País e fenômeno de repercussão internacional no âmbito da Educação Ambiental.

Articulando-se para “cuidar” do território

De acordo com o cenário descrito anteriormente, a política de Educação Ambiental da Itaipu alinha-se às novas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental. A aproximação com o MMA iniciou-se em 2004, com o desafio de assumir na região um programa de formação de educadores e educadoras ambientais desencadeado em todo o Brasil pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA).

O fato de atuarem no mesmo território, com nove municípios em comum, atenderem ao mesmo público e possuírem linhas de ação similares aproximaram a Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu. As duas instituições assumiram juntas o FEA na região.

Este programa tem como principal objetivo contribuir para a formação continuada de educadores e educadoras ambientais nos 34 municípios da região, envolvendo diversos segmentos da sociedade em processos reflexivos, críticos e emancipatórios, além de potencializar o papel da educação nas mudanças culturais e sociais rumo à sustentabilidade.

Nessa perspectiva, o FEA traz uma prioridade: a da formação para a “Ética do Cuidado”. Esta se fundamenta em princípios e valores que devem orientar as ações, motivar o diálogo dos seres humanos entre si e com a natureza, incluindo o encontro de saberes diversificados, conforme a metodologia de Educ-Ação Ambiental, entendida como aprendizagem transformadora através da ação socioambiental. Essa proposta se alinha, à luz do conceito de sustentabilidade, ao melhor das diversas correntes metodológicas internacionais trabalhadas e adaptadas à realidade dos países latino-americanos.

O processo é de mudança de paradigma, particularmente para a comunidade acadêmica, uma vez que são incorporadas ao processo de formação pessoas até então excluídas da educação formal. Trata-se de uma estratégia de formação de educadoras e educadores ambientais populares, o que possibilita alcançar maior capilaridade, ou seja, chegar a diferentes segmentos da população, especialmente naqueles diretamente afetados e envolvidos com as questões que se pretende tratar no território. Isso atende à meta final do Programa, que prevê a articulação entre diferentes atores sociais no enfrentamento e na solução dos problemas socioambientais da região.

O desenho para se chegar à totalidade das pessoas que interagem no território é o da Pesquisa-Ação-Participante (PAP). Trata-se de um procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las. A arquitetura de formação de PAPs baseia-se em círculos de aprendizagem, que promovem a capilarização e o enraizamento do processo educativo. Os grupos PAP, também conhecidos como “pessoas que aprendem participando”, constituem os quatro principais círculos de cultura socioambiental:

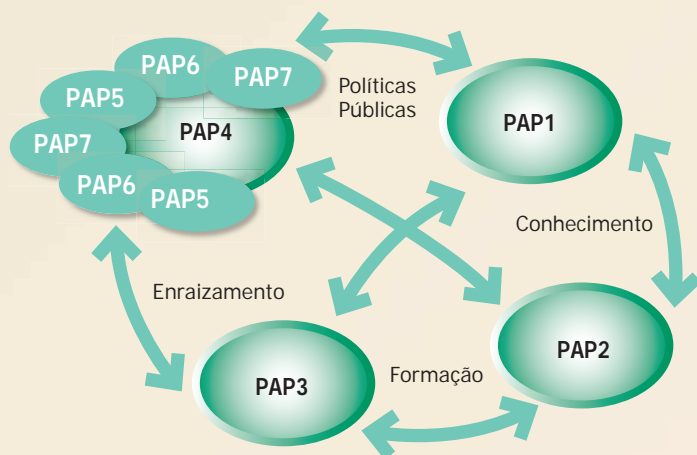
PAP1 – Constituído pelo Órgão Gestor de Educação Ambiental, que trabalha no contexto da territorialidade nacional. Idealizador da proposta, o PAP1 atua como seu incentivador nos diversos biomas. Nesse caso, o PAP1 significa o Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), a CGEA/MEC e outros parceiros de órgãos federais e/ou de ação nacional cuja função é dialogar com as instituições que se responsabilizam por desencadear o processo em cada região de acordo com a realidade socioambiental específica.

PAP2 – Coletivos educadores que se constituem ao longo do território por iniciativa de pessoas, grupos, instituições interessadas em desencadear processos participativos e fundamentados nas características biorregionais. Esse coletivo é o responsável por definir prioridades para o processo de formação, entre elas a construção do “cardápio” de aprendizagem, a definição de critérios para seleção de educandos/as, bem como o acompanhamento da intervenção pedagógica.

PAP3 – Grupo constituído por pessoas envolvidas no processo de aprendizagem proposto pelo PAP2. Tais pessoas possuem um perfil que as distingue como multiplicadoras do processo formativo e são selecionadas a partir de critérios que incluem diversidade de gênero, geracional, de profissões, de locais de moradia e de instituições. Sua formação inclui reuniões presenciais periódicas intercaladas por trabalhos em campo, nos quais constroem o seu aprendizado, por meio da práxis transformadora, junto ao desafio da formação dos PAP 4.

PAP4 – Comunidades de aprendizagem constituídas a partir da intervenção pedagógica do PAP3, com apoio do PAP2. Esse grupo trabalha de maneira localizada sobre temas prioritários definidos no diálogo com os grupos locais em interação com as reflexões e debates com os PAP anteriores.

Metodologia do Programa



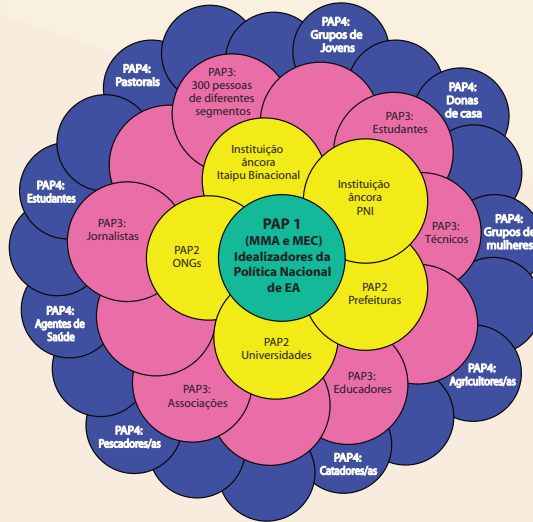
Pesquisa-Ação-Participante Pessoas que Aprendem Participando

Espera-se que esse processo, em fase experimental na região até o nível 4, desencadeie novas dinâmicas em outras comunidades territoriais, temáticas, setoriais (PAP 5, 6, 7 etc.). Dali retornarão demandas específicas de políticas públicas de meio ambiente, gestão ambiental e Educação Ambiental nos níveis municipal, estadual e nacional. Afinal, o processo coletivo assim constituído representa um “caldeirão”, no qual se fundem anseios, necessidades e atores sociais os mais diversificados. Ali estão representados atores sociais que desenvolvem ações nos âmbitos local, regional, estadual e nacional. O resultado dessa interação é um mútuo enriquecimento para os participantes e a geração de uma enorme energia de transformação social e das condições socioambientais locais e regionais.

Instituições âncoras

A partir da relação que se estabeleceu quando Itaipu e PNI aceitaram o papel de instituições âncoras do FEA no âmbito regional, assumiram também o desafio de serem articuladoras no âmbito nacional. O termo instituição âncora foi adotado pelo FEA na Bacia do Paraná III e entorno do Parque

Mandala: marca do FEA



Símbolo da arquitetura da capilaridade

Nacional do Iguazu para nomear as instituições que assumiriam o papel de dialogar, articular, projetar e desencadear o processo regional.

Juntamente com o Programa de Formação de Educadores Ambientais do Pantanal (PROFEAP), o FEA serviu como referência para a constituição dos demais processos desencadeados no País. E devido às condições peculiares da região, situada na fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina, a experiência desenvolvida possui capacidade de irradiação para além das fronteiras nacionais, servindo como referência também para os demais países da Bacia do Prata.

Constituição das parcerias

Durante todo o ano de 2005, um dos pontos altos na implementação do FEA foi a aproximação, comprometimento e adesão das instituições que desenvolvem ações socioambientais no âmbito dos 34 municípios. A internalização da proposta deu-se mediante diversas visitas às instituições, bem como de reuniões, encontros e oficinas para planejamento, formação, programação e reprogramação, diálogos de aprofundamento, etc.



Assinatura do convênio de cooperação entre parceiros do programa

Ao mesmo tempo, o papel do Coletivo Educador era construído a partir da reflexão com as instituições parceiras, considerando-se as especificidades regionais e de cada instituição envolvida, a equipe de coordenação mantinha diálogo contínuo com a equipe do DEAVMMA.

O resultado foi o envolvimento inicial de 42 instituições da região e das 34 prefeituras (*veja box*), culminando com a assinatura de um protocolo de intenções com as Instituições de Ensino Superior (IES) e de uma carta de adesão com as Prefeituras. Nesse momento formalizaram-se os nomes dos representantes das instituições envolvidas no Coletivo Educador. Constituíam-se, dessa forma, a base político-pedagógica do Coletivo Educador da região.

Composição do Coletivo Educador da Região no fim de 2007

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP)
Associação Paranaense de Ensino e Cultura (UNIPAR)
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)
Centro de Formação e Defesa dos Trabalhadores Chico Mendes
Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)
Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
Empresa Comunicação e Meio Ambiente
Escola Intentus
Faculdade Anglo-Americano de Foz do Iguaçu (FAA)
Faculdade Assis Gurgaz (FAG)
Faculdade União das Américas (UNIAMERICA)
Faculdade de Ensino Superior do Iguaçu (UNIGUAÇU/FAESI)
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
Instituto Maytenus
Instituto Yanten
ITAIPU Binacional
Núcleos Regionais de Educação (NREs) de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo
Parque Nacional do Iguaçu
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA)

União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por meio dos campi de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon

Prefeituras dos municípios envolvidos: Altônia, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Mundo Novo, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Vera Cruz do Oeste

Etapas do processo de formação

O papel do Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual. Necessita também criar as condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto. Visando à sinergia dos processos de aprendizagem, as contribuições definidas com e para este Coletivo Educador podem ser assim sistematizadas:

- construção do projeto político-pedagógico, que incluiu:
 - agrupamento dos municípios em três núcleos: Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, tendo como referência a proximidade geográfica e a identidade histórico-política;
 - construção do perfil e dos critérios para a escolha dos integrantes do PAP3;
 - seleção dos integrantes do PAP3 com base nos critérios estabelecidos;
 - legitimação da metodologia PAP e do Coletivo Educador;

- formação dos integrantes do processo na perspectiva de que “somos todos aprendizes”;
- construção do cardápio do FEA;
- estabelecimento de relações e de vínculos entre os participantes do PAP2;
- socialização das informações e percepções;
- difusão de conhecimentos, orientação e repasse de materiais;
- operacionalização dos itens de formação e estruturais do “cardápio” ofertado;
- mobilização e sensibilização do PAP3;
- fomento à união e à afetividade dos integrantes do PAP3;
- orientação e acompanhamento do processo de formação.

Num momento posterior de avaliação do papel do Coletivo Educador, os parceiros levantaram as futuras contribuições para a continuidade do processo:

- assessoria didático-pedagógica para o PAP3;
- participação nos encontros com o PAP3;
- apoio institucional ao PAP3;
- disponibilização de outros materiais didáticos via Internet;
- maior aproximação do PAP2 com o PAP3 nos municípios;
- tutoria e acompanhamento nos momentos de intervenção do PAP3;
- inserção de novos itens no cardápio, a partir das necessidades levantadas;
- exercício de comunidades de aprendizagem com base nos eixos norteadores;
- contribuição para a integração das políticas públicas das diversas áreas;
- apoio aos projetos socioambientais do município;
- estímulo à participação e ao exercício de cidadania;

- desencadeamento dos processos educativos nos locais de influência (trabalho, grupos de convivência, etc.).

Mapeamento socioambiental

Uma das primeiras contribuições específicas dos integrantes do PAP2 foi o mapeamento preliminar da situação socioambiental da região por municípios. Esse diagnóstico, socializado posteriormente, serviu como subsídio do processo de formação.

Vale lembrar que, embora o Programa focalize a bacia hidrográfica e o entorno do Parque como unidades de planejamento, as ações são desenvolvidas na unidade territorial reconhecida como município. Nesse sentido, o FEA articula-se também com outras iniciativas que se dão no âmbito municipal, como ocorre com o programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES).

O questionário, aplicado pelo Coletivo Educador, buscou organizar as informações básicas sobre iniciativas sustentáveis em algumas áreas pré-estabelecidas, preferencialmente aquelas experiências com potencial educativo explícito ou implícito, com os seguintes objetivos para o processo:

- ter o mapeamento das potencialidades educativas e ambientais dos municípios da Bacia e do entorno do PNI;
- estudar o mapeamento em função dos projetos a serem desenvolvidos pelo PAP3 junto ao PAP4 e, posteriormente, aos círculos de aprendizagem subsequentes;
- servir de base de dados para as iniciativas obrigatórias e desejáveis dos municípios que aderirem ao Programa MES;
- servir de entrada para o levantamento específico dos meios de comunicação com vistas a transformá-los em canais de educomunicação socioambiental.

Os itens do mapeamento corresponderam aos quatro eixos do Programa MES: estruturas e ações educadoras; foros e colegiados; formação de educadores e educadoras ambientais; educomunicação. O levantamento realizado revelou os seguintes dados:

Estruturas e Ações Educadoras - A maioria dos municípios participa de programas ou projetos socioambientais, alguns deles em parceria com Programa Cultivando Água Boa, da Itaipu, e com a Escola Parque, do PNI. Registra-se a presença de ONGs atuando com Educação Ambiental nos municípios, algumas das quais recebem apoio do governo municipal. Mas a Educação Ambiental não é privilégio só das ONGs. Foram identificados vários atores sociais, como agentes comunitários, grupos de jovens, ecoclubes, esquiteiros, envolvidos com ações nessa área. Muitos viveiros de mudas também começam a adquirir caráter educativo. Quase todos os municípios praticam a coleta seletiva de resíduos, que ocorre, em geral, mediante sistemas de cooperativas e associações de catadores ou por empresas terceirizadas. Na fase de elaboração do mapeamento, muitos dos municípios não possuíam espaços públicos que facilitassem acesso às informações ambientais. Mas esses números já mudaram. Em 2007, 18 dos 34 municípios estavam integrados ao Projeto Salas Verdes.

Foros e colegiados - No período de realização do levantamento, mais da metade dos 34 municípios havia instituído o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Apenas um município da região estava construindo a Agenda 21 Municipal. O levantamento não abarcou a existência de outros conselhos.

Formação de Educadores e Educadoras Ambientais - Os processos formativos de educadores/as ambientais estão presentes em todos os municípios envolvidos e direcionam-se, principalmente, à educação formal. No entanto, verificou-se também a existência de ações voltadas para a educação não-formal com agricultores/as, grupos de jovens, mulheres e da Terceira Idade.

Educomunicação - O conceito e a prática de educomunicação ainda não estão suficientemente internalizados nos municípios. Estes, porém, dão visibilidade às ações de Educação Ambiental. Utilizam-se, para isso, principalmente das rádios comunitárias, do jornal local e do jornal escolar.

Com a constituição do Coletivo Educador (PAP2) e a realização das oficinas de planejamento, em outubro de 2005 tornou-se possível dar início à formação de 298 educadores e educadoras ambientais (PAP3).

A Formação de Educadores e Educadoras Ambientais



Lançado o Tratado de Educação Ambiental na Aula Inaugural do FEA

O que diferencia um processo educativo convencional daquele que se propõe a construir uma cultura voltada à sustentabilidade e à paz?

O texto a seguir elucida os ingredientes do processo formativo dos PAP3 desencadeado pelo FEA, a começar pelo incentivo ao diálogo, como elemento aglutinador dos diferentes atores sociais em torno de uma proposta educativa diferenciada.

Associando saber e “sabor”, o Programa construiu o seu “cardápio de aprendizagem” na busca do equilíbrio entre aspectos formativos e informativos.

Metodologias inovadoras combinaram-se a temas pautados no enfoque biorregional para incentivar “o paladar e a degustação” entre educandas e educandos de diferentes âmbitos da Pesquisa-Ação-Participante desencadeada na região.

O diálogo como elemento educativo

Os processos sociais são, em grande parte, marcados pelo debate e o embate entre forças antagônicas em torno da conquista de determinados objetivos. O ambiente social transforma-se numa arena em que diferentes atores sociais – de forma velada ou agressiva – colocam-se em disputa. Marcados por uma concepção de mundo em que prevalece a lei do mais forte, pessoas, grupos e organizações tentam se manter a salvo nessa imensa selva competitiva. Visto dessa maneira, o mundo torna-se um lugar hostil, em que o mais importante é sobreviver, seja a que preço for.

Na transição para uma cultura de sustentabilidade, essa forma de proceder mostra-se ineficaz. Afinal, diante de ameaças globais, como as que se apresentam hoje em relação às mudanças climáticas, descobrimos que estamos todos “no mesmo barco”. A visão ecossistêmica traz novos elementos capazes de ampliar a nossa compreensão do mundo, revelando a necessária interdependência entre todos os seres vivos.

O paradigma ecológico revela que quanto maior a diversidade de espécies num determinado ambiente, maior o equilíbrio do todo. Segundo essa visão, em vez de competirem pela existência individual, todas as espécies tendem a colaborar com o objetivo de co-evoluírem no ambiente maior em que estão inseridas, contribuindo para a perenidade e o aprimoramento dos ecossistemas. Transposta para a realidade social, essa visão favorece a cooperação, visando à co-evolução de todos os seres e à sustentabilidade.

Conviver “no mesmo barco” não é uma experiência fácil. Requer aprendizagem. Representa romper com um modo de ser baseado no debate, na disputa que, em geral, degeneram em negação do outro, em conflito e, nos casos mais extremos, em embates e guerras. Na aprendizagem da sustentabilidade, o diálogo desponta como elemento altamente revolucionário.

O dicionário Aurélio¹ define esta palavra como “troca de idéias, de opiniões, de conceitos, com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia”. Algo muito diferente da palavra discussão, que em geral permeia a fala das pessoas, e significa “ação de discutir; debate, controvérsia; polêmica, alteração, contenda, disputa”.

¹ Conforme o *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira. 2000.

Em uma pedagogia que pretende estimular novas formas de convívio dos seres humanos entre si e destes com a natureza, o diálogo de saberes mostra-se como o mecanismo mais adequado. Por meio do diálogo é possível o encontro e o acolhimento das diferenças, a coexistência recíproca, sem que seja necessário ignorar, negar, eliminar ou explorar outras pessoas, entidades, maneiras de ser, visões ou processos. O diálogo é o nicho ecológico no qual se podem aninhar diferentes culturas, saberes, idéias, mundos.

A principal ferramenta de construção do FEA no âmbito da região foi, portanto, o diálogo entre as instituições e as pessoas participantes. Era preciso definir “quem é quem no programa”. Caracterizando-se como um processo dialógico e participativo desde o início, essas definições ocorreram já na construção da proposta entre as instituições representadas no Coletivo Educador. Isso se estendeu para as relações entre o PAP2 e o PAP3, do PAP3 com a coordenação e a consultoria. O processo dialógico ocorreu também de forma permanente das coordenadoras com as instituições-âncora, seus respectivos departamentos jurídicos e o Ministério do Meio Ambiente.

A constituição do Coletivo Educador representou apenas o primeiro passo do processo de formação. Muitos outros elementos entraram em jogo nessa empreita coletiva, os quais podem ser assim resumidos:

- Primeiramente foi construído um “cardápio de aprendizagem”, ou seja, uma proposta metodológica para a inclusão de elementos de aprendizagem escolhidos a partir das ofertas e demandas das instituições que compõem o Coletivo Educador e convidados por eles sugeridos.
- A seguir, foi feita a seleção de participantes para o processo de formação/PAP3, que obedeceu aos critérios estabelecidos com o propósito de respeitar a diversidade territorial, profissional e de gerações.
- Começou, então, a “trilha” por onde caminharam os 300 integrantes do processo durante o ano de 2006, incluindo encontros presenciais – paradas coletivas mensais para “degustação do cardápio” – além do trabalho pessoal e em grupo nos municípios. No decorrer de 2007, o processo enveredou por uma nova “trilha” – cada qual em seu município, desenvolvendo um processo de intervenção pedagógica junto a uma Comunidade de Aprendizagem, ou PAP4.

Elaboração do “cardápio de aprendizagem”

Um dos pontos altos do programa foi a elaboração do “cardápio de aprendizagem” a ser oferecido aos PAP3. Segundo Sandro Tonso [2005], existe uma grande aproximação entre os termos “saber” e “sabor”, principalmente em relação à aprendizagem. Para o autor, um programa de formação deve oferecer diversas possibilidades (ou cardápios), que podem ser acessadas pelos participantes do processo educativo de acordo com a sua “fome” de conhecimento em determinado período da vida ou de caminhada profissional. Segundo o autor [p.53], os itens desse cardápio podem ser de diferentes naturezas:

- **itens informativos**, que trazem informações, conteúdos e diferentes tipos de conhecimentos necessários para fazer com que o educador e a educadora ambiental construam um repertório mínimo que lhes permita participar de modo ativo nas questões socioambientais da região; e
- **itens formativos**, que proporcionam a construção de metodologias, valores, percepções e atitudes da própria pessoa em formação.

O processo de construção do FEA necessitou despertar o interesse para que o “alimento/saber” fosse “cozido” e “consumido” prazerosamente. Nesse momento, a busca de se trabalhar com as características biorregionais tornou-se um ingrediente fundamental.

Para Sato [2005], “no cenário da globalização, o biorregionalismo é uma tentativa (...) de construir identidades fora dos centros hegemônicos, na relevância das lutas políticas em locais e territórios singulares. (...) A Educação Ambiental inscrita no biorregionalismo reforça que a experiência social é variada e múltipla, e para além do veredicto das ciências, do controle econômico ou da exclusão social, pretende buscar alternativas que possibilitem o não desperdício das vivências locais”.

Cardápio significa metodologia e conteúdo. É uma forma de construir os conteúdos que um coletivo educador específico necessita, de acordo com seus objetivos. No caso deste Coletivo, o cardápio foi construído a partir das ofertas das instituições integrantes e de suas respectivas demandas, complementadas por outras que surgiram no decorrer do processo de formação.

Uma série de temas levantados foi agrupada em quatro grandes temas de interesse regional, considerados, com os respectivos sub-temas, o “cardápio” do processo de formação escolhido pelo Coletivo Educador.

Um dos saltos qualitativos foi transcender o espaço do próprio município ou da própria instituição para trabalhar a partir de um espaço comum – partilhado, mas não vivenciado – que é a bacia hidrográfica e o entorno do Parque. Trabalhando dessa forma, o cardápio constituiu-se em torno de três grandes eixos e quatro grandes temas, que se alinhavam aos programas Cultivando Água Boa e Escola Parque. Os eixos são:

- Princípios e valores que orientam a Educação Ambiental;
- Dinâmica ecológica da região;
- Intervenção pedagógica.

Os quatro temas escolhidos para trabalhar a dinâmica ecológica da região foram:

- Educação Ambiental para unidades de conservação;
- Educação Ambiental para gestão de bacias hidrográficas;
- Educação Ambiental para saneamento;
- Educação Ambiental para agroecologia.

Com as ofertas e as necessidades da região em relação à qualidade do ambiente e à qualidade de vida acima mencionadas, buscou-se construir um cardápio mínimo de “saberes e sabores”. Considerando que esse cardápio não atendeu a todas as aspirações iniciais dos/as integrantes do PAP3, houve necessidade de se criar a opção de temas optativos a serem trabalhados na “trilha” do FEA descrita abaixo.

A partir de três momentos pedagógicos (educação presencial, trabalho em campo – individual e coletivo – e educação difusa), o Coletivo Educador identificou as principais ações, bem como a carga horária para o Programa, desenhando o que foi denominado a “trilha” do FEA para o ano de 2006.

A “trilha” do FEA

Como resultado de diversas reuniões e de diálogos para compatibilizar demandas e ofertas, de forma a estabelecer o “cardápio”, foi realizada uma oficina em Medianeira, em fevereiro de 2006. Dessa oficina surgiu a “trilha” do PAP3, onde se estabeleceram as prioridades e foram construídos os processos de formação.

A proposta construída e aprovada, tanto para o PAP2 como para o PAP3 foi a de serem oferecidos:

- **Momentos presenciais de formação**, nos quais educandos e educandas acessaram conteúdos e instrumentos de interesse para sua formação pessoal e para apoiar os processos de constituição das comunidades de aprendizagem sob sua responsabilidade;
- **Aprendizagem dirigida individual ou em grupo**, em que os PAP3, a partir das questões surgidas no momento presencial, foram estimulados a estudar assuntos de seu interesse ou aprofundar itens já trabalhados. Na prática, esses momentos ocorreram de forma individual ou em grupo, conforme disponibilidade e interesse dos PAP3. Sugeriu-se também a complementação dos temas estudados com leituras e o uso de materiais audiovisuais e eletrônicos. Em alguns municípios, os PAP2 criaram grupos de estudos, conduzindo esses momentos em encontros quinzenais ou mensais.
- **Registro da aprendizagem**, em que os/as integrantes dos PAP2 e PAP3 foram convidados/as a registrar em um diário as atividades, leituras, bem como os questionamentos quanto aos estudos.
- **Tutoria em grupo**, nos quais foram realizados diversos encontros entre Coordenação, PAP2 e PAP3 para dialogar sobre os momentos presenciais de formação. Nesses encontros estimulou-se a identificação das necessidades de intervenção em cada um dos municípios abarcados pelo Programa.
- **Constituição de comunidades de aprendizagem**, com as quais os PAP3 realizam a capilaridade e o enraizamento propostos pelo Programa. Durante todo o processo de formação, como elemento de intervenção pedagógica, os PAP3 foram estimulados a refletirem sobre as comunidades de aprendizagem pelos quais são responsáveis.

O conceito de comunidade de aprendizagem adotado na região remete ao desenvolvido por Carlos Rodrigues Brandão [2005] e que significa: “pares, grupos, equipes, instituições sociais de associação e partilha da vida. Lugares onde, ao lado do que se faz como o motivo principal do grupo (jogar futebol, reunir-se para viver uma experiência religiosa, trabalhar em prol da melhoria da qualidade de vida no bairro, e assim por diante), as pessoas estão também intertrocando saberes entre elas. Estão se ensinando e aprendendo”.

Em busca de apoio logístico

A constituição dos Coletivos Educadores depende não apenas de um bom arcabouço conceitual e metodológico. Necessita que as instituições parceiras viabilizem infra-estrutura e logística para o processo de formação. Trabalhando o conceito de “coleta”, em que cada um contribui com o que pode, levantaram-se os possíveis apoios das instituições envolvidas no FEA. Os principais aportes foram:



Algumas prefeituras apoiaram o programa com transporte gratuito

- infra-estrutura para a realização dos encontros, que ocorreram em diversas instalações, entre as quais auditórios e salas de aulas de instituições de ensino superior, salões de festas de comunidades, centros de exposição municipais, sedes de sindicatos, centros comunitários de igrejas, associações comerciais, entre outras;
- sede para os núcleos de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu;
- local e apoio para a realização de visitas técnicas;
- transporte para os educandos e educandas PAP3, assumido pelas prefeituras municipais;
- cessão de horas de profissionais de instituições do Coletivo Educador para trabalhar na formação dos PAP3;
- alimentação e hospedagem para participação em eventos regionais;
- divulgação na imprensa local e regional.

Em relação a esses apoios, é importante ressaltar que as prefeituras e demais instituições envolvidas sempre foram bastante receptivas em atender as/os participantes do Programa. Esses momentos eram vistos como uma oportunidade de expor seus projetos, ações e infra-estrutura.

A maior dificuldade encontrada relacionou-se ao apoio para transporte e alimentação. Normalmente, as prefeituras possuem uma agenda fixa de utilização de veículos (carros, ônibus) e muitas vezes os encontros coincidiam com outras atividades já programadas. Várias prefeituras também encontraram dificuldade em dar apoio financeiro para a alimentação devido ao fato de ainda não terem institucionalizado a área de Educação Ambiental.

Seleção de participantes PAP3

A região delimitada pelo Coletivo Educador possui cerca de um milhão de habitantes. Trata-se de uma região com grande potencial socioambiental, onde as instituições envolvidas realizam numerosos programas e ações no intuito de minimizar impactos socioambientais e contribuir com maior consciência dos habitantes locais. Essa realidade tornou um grande desafio selecionar os participantes para a formação proposta pelo programa. Como identificar 300 pessoas em meio a tanta riqueza sociocultural?

Em oficinas de trabalho com integrantes do PAP2 definiu-se que o PAP3 deveria ter uma composição heterogênea em termos de idade, formação escolar e área de atuação. Isso foi pensado para promover maior diálogo de saberes e assegurar mais capilaridade. Nessa perspectiva, buscou-se uma metodologia que identificasse pessoas com maior potencial de mobilização e de formação na perspectiva do Programa. Garantiu-se a participação de, no mínimo, quatro pessoas de cada município. As demais vagas foram divididas de acordo com a população dos municípios, num cálculo matemático assim projetado: a cada 6.312 habitantes mais uma pessoa seria escolhida, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição de vagas de PAP3 por municípios

Núcleo CASCAVEL

Município	Habitantes	4 + 1p: 6312	Nº de PAP3
Cascavel	261.505	$4 + 41 = 45$	45
Céu Azul	10.402	$4 + 2 = 6$	6
Matelândia	14.569	$4 + 2 = 6$	6
Vera Cruz do Oeste	9.121	$4 + 1 = 5$	5
Ramilândia	3.915	$4 + 1 = 5$	5
Santa Tereza do Oeste	12.182	$4 + 2 = 6$	6
Lindoeste	6.087	$4 + 1 = 5$	5
Capitão Leônidas Marques	14.695	$4 + 2 = 6$	6
Santa Lúcia	3.947	$4 + 1 = 5$	5
Capanema	18.001	$4 + 3 = 7$	7
Serranópolis do Iguaçu	4.818	$4 + 1 = 5$	5
Total do Núcleo	359.242	101	101

Núcleo FOZ DO IGUAÇU

Município	Habitantes	4 + 1p: 6312	Nº de PAP3
Foz do Iguaçu	279.620	$4 + 44 = 48$	48

São Miguel do Iguaçu	25.630	$4 + 4 = 8$	8
Medianeira	38.915	$4 + 6 = 10$	10
Santa Terezinha de Itaipu	19.668	$4 + 3 = 7$	7
Itaipulândia	7.655	$4 + 1 = 5$	5
Missal	10.452	$4 + 2 = 6$	6
Diamante D'Oeste	3.530	$4 + 1 = 5$	5
Santa Helena	20.993	$4 + 3 = 7$	7
Total do Núcleo	417.764	96	96

Núcleo TOLEDO

Município	Habitantes	4+1 p:6.312	Nº de PAP3
Toledo	111.882	$4+17 = 21$	21
Terra Roxa	15.216	$4+2 = 6$	6
Guaíra	28.246	$4+4 = 8$	8



Integrantes do PAP2 analisam os perfis de pretendentes ao PAP3

Mundo Novo	9.121	4+1 = 5	5
Altônia	17.579	4+2 = 6	6
Quatro Pontes	3.642	4+1 = 5	5
Mercedes	4.773	4+1 = 5	5
Maripá	5.724	4+1 = 5	5
Mal. Cândido Rondon	42.825	4+6 = 10	10
Nova Santa Rosa	7.151	4+1 = 5	5
Ouro Verde do Oeste	5.208	4+1 = 5	5
Pato Bragado	4.207	4 + 1 = 5	5
S. José das Palmeiras	3.642	4 + 1 = 5	5
Entre Rios do Oeste	3.452	4 + 1 = 5	5
São Pedro do Iguaçu	6.860	4+1 = 5	5
Total do Núcleo	258.277	101	101
TOTAL GERAL	1.035.233	298	298



Entrevista coletiva realizada como etapa final da seleção

Num primeiro momento, o processo seletivo foi divulgado pelos meios de comunicação e pelas instituições do Coletivo Educador. Posteriormente, o PAP2 passou a mobilizar diversos públicos para que se inscrevessem, seja por meio do contato com as comunidades, seja mediante a observação participante, também denominada de “olhar distraído”, sobre determinados espaços.

O segundo momento, consistiu na análise das fichas de inscrição, quando o Coletivo Educador fez a pré-seleção de candidatos/as a partir dos seguintes critérios:

- históricos pessoais mais comprometidos com as questões socioambientais;
- representatividade no tecido social;
- proporcionalidade entre diversidade sociocultural, homem e mulher, rural e urbano, formação acadêmica e outros saberes, idade, etc.;
- potencial de capilaridade e liderança.

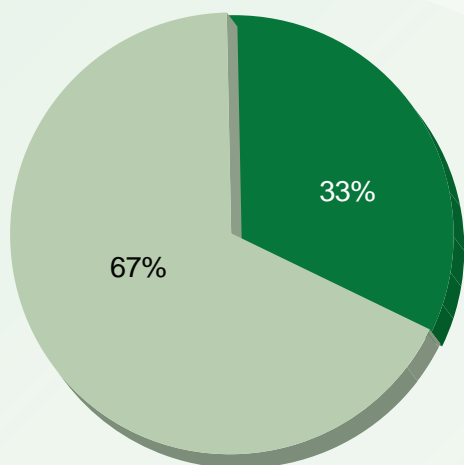
A segunda fase de seleção ocorreu por meio de entrevistas coletivas. As atividades escolhidas para selecionar os integrantes do PAP3 foram: sensibilização e apresentação individual, nas quais se pôde identificar perfis de pessoas mais ligadas às questões socioambientais, bem como o seu potencial de capilaridade. Os trabalhos em grupo realizados nessa ocasião permitiram perceber também como os/as participantes conseguiam dialogar entre si, socializando conhecimentos e valorizando as experiências das pessoas do grupo.

Fechando o ciclo, a coordenação do FEA e representantes do PAP2 reuniram-se e definiram os educadores e educadoras que participariam do Programa.

Perfil dos/as participantes do FEA

Fonte: pesquisa aplicada no dia 11 de março de 2006.

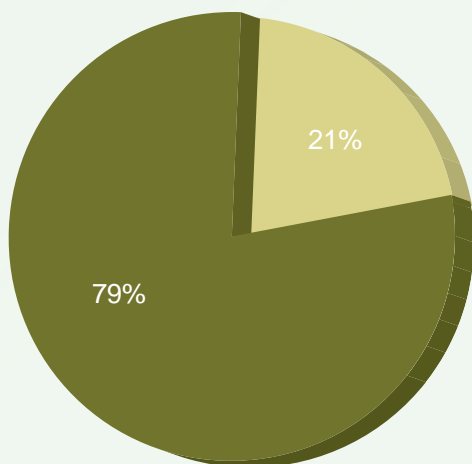
Gráfico 1: Desagregação dos dados por sexo



■ Masculino □ Feminino

O predomínio de mulheres participando do FEA, como ilustra o gráfico 1, deve-se ao fato de que a Educação Ambiental, assim como a maioria dos campos relacionados à Educação, está vinculada a funções historicamente consideradas femininas.

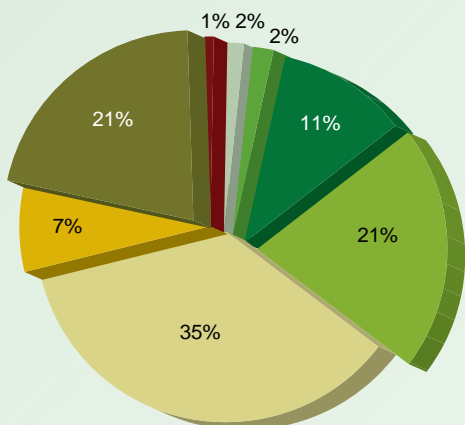
Gráfico 2: Área de moradia



□ Rural ■ Urbano

Percebe-se uma participação mais expressiva de moradores e moradoras das áreas urbanas dos municípios. Essa constatação reflete a organização regional, que apesar de se caracterizar como predominantemente agropecuária e agroindustrial, concentra a maioria da população nas áreas urbanas.

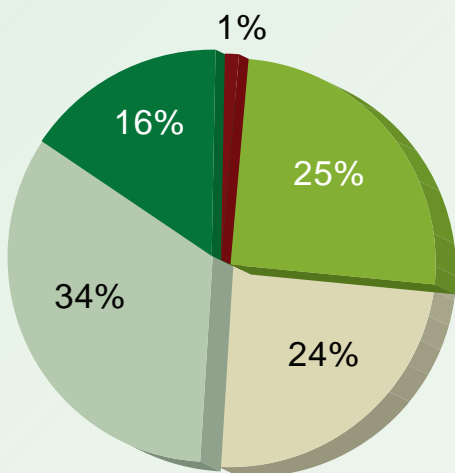
Gráfico 3: Grau de escolaridade



Na formação educacional destaca-se o grande número de participantes com nível superior completo ou em curso.

- 1º grau incompleto
- 2º grau incompleto
- Curso superior incompleto
- Pós graduação incompleta
- 1º grau completo
- 2º grau completo
- Curso superior completo
- Pós graduação completa

Gráfico 4: Idade

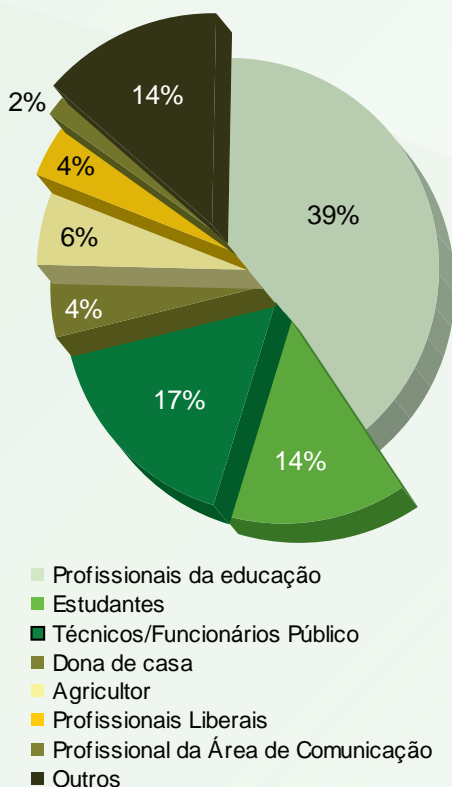


A diversidade, marca característica do FEA, também se reflete na idade dos/as participantes, mostrando que não ocorre predomínio de uma faixa etária específica.

- Menos de 18 anos
- 18 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- Acima de 45 anos

A análise conjunta dos gráficos 3 e 4 permite perceber que a grande maioria dos/as selecionados/as em participar do Programa FEA constitui-se de estudantes ou pessoas com formação superior.

Gráfico 5: Área de atuação



Predominam profissionais da área de Educação, o que sugere a necessidade de aprofundar os temas socioambientais. Em relação às demais categorias, destaca-se a diversidade de atuação dos PAP3, com a presença de agricultores e agricultoras, catadores e catadoras de materiais recicláveis, profissionais de comunicação, membros de ONGs e OSCIPs, donas-de-casa, aposentados, presidentes de associação de moradores e outros.

A união de pessoas com formação, experiência de vida e atuações diversas é um dos diferenciais do Programa. Possibilita o encontro

e o diálogo entre saberes e quebra com a prática atual da constituição de grupos homogêneos ligados apenas ao campo da Educação. Um grupo com tais características facilita o encontro dos distintos saberes que cada participante possui.

Caminhada de formação

O Encontro Inaugural, no dia 21 de outubro de 2005, realizou-se após a conclusão do processo de seleção dos/as integrantes do PAP3, que escolheu 298 pessoas para participarem do FEA. Além das pessoas selecionadas, participaram do evento representantes das instituições integrantes do Coletivo Educador, das instituições-âncora e do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Esse encontro representou a primeira oportunidade de contato com todo o grupo e o momento para a definição de alguns direcionamentos. Na ocasião foi lançado na região o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Num momento de forte simbolismo, “costurou-se” a colcha do processo FEA, uma das marcas do programa da região, na qual figura o mosaico de instituições comprometidas com o processo. Foram também distribuídas camisetas, bolsas e crachás de identificação aos participantes, o que conferiu, logo nos seus momentos iniciais, uma identidade regional ao movimento de Educação Ambiental. Essa atividade significou um momento importante de dar visibilidade regional ao FEA, além de representar o primeiro contato entre os participantes do PAP3, as entidades parceiras do Programa e as comunidades da região.

“Cozinhando” o cardápio

O processo FEA, dinâmico e trabalhoso, pautou-se por duas características principais: o estímulo ao diálogo com e entre participantes; e a fuga do enfoque meramente informativo, conteudista ou prescritivo na abordagem da temática socioambiental. Para assegurar a construção pedagógica dos módulos, a equipe de coordenação realizava, a cada mês, uma reunião preparatória com os/as formadores/as do próximo módulo. Dessa forma, garantia-se que chegassem com conhecimento do processo anterior e trabalhassem na mesma linha de formação dialógica.

Para a formulação da proposta, cada formador/a trazia seu conhecimento teórico, bem como as práticas desenvolvidas por sua instituição sobre os assuntos abordados. O diálogo sobre os temas permitia evitar sobreposição de informações ou abordagens duplas.

Um roteiro pedagógico deu suporte a esses momentos de construção dos módulos. Seu papel era resgatar os pontos essenciais da proposta, tanto para conhecimento dos PAP2, como dos demais formadores envolvidos nessa etapa.

O roteiro pedagógico também levantava questões de cunho pedagógico e metodológico para que os/as formadores/as estivessem sintonizados com a proposta. Escrito numa linguagem de fácil entendimento, o roteiro enfatizou as principais características do Programa, que são:

- a interligação e a interdependência entre os vários temas abordados;
- o diálogo de saberes e as escolaridades diferenciadas dos PAP3;
- as diversas linguagens no processo de aprendizagem, como o uso de materiais escritos e audiovisuais;
- uso de bibliografias e de material de pesquisa/consulta referente ao assunto, para aprofundamento posterior, como por exemplo, livros, peças de teatro, poesias, filmes, músicas.

Para a realização dos encontros, a proposta geral de todos os módulos foi o diálogo conceitual sobre o tema e o conhecimento de práticas desenvolvidas regionalmente.

Além do encontro presencial com os PAP3, os formadores e formadoras fizeram diversas sugestões de atividades a distância. Enfatizaram a necessidade de preparação anterior à realização dos módulos, para que os educandos e educandas PAP3 já chegassem ao encontro presencial situados quanto aos temas a serem abordados. Dessa maneira, poderiam interagir de forma mais qualificada com os demais participantes. Grande parte das atividades a distância consistiu em leituras, especialmente sobre Legislação Ambiental, Agroecologia, Saneamento, Unidades de Conservação e Pesquisa-Ação-Participante.

Além da formação de caráter presencial, os PAP3 puderam acessar disciplinas optativas e também participar de encontros locais e regionais. O acesso a itens optativos do “cardápio” foi definido como um ponto importante, cabendo aos PAP3 interessados acessarem o que considerassem mais significativo para sua formação.

“Degustando o cardápio” nos encontros presenciais

Após a construção coletiva do “cardápio” e a seleção dos PAP3, entreteadas de diversas reuniões de alinhamento, foi colocada em prática a modalidade de ensino presencial. Os encontros realizaram-se nos núcleos de coordenação dos núcleos de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em datas coincidentes ou de forma alternada.



Composição do Coletivo Educador da região

Os espaços utilizados nos encontros foram os mais diversos, bem como as técnicas empregadas. Esses encontros serviram para trabalhar sobre alguns dos eixos temáticos selecionados, conforme segue.

Princípios e valores da Educação Ambiental – a “bússola” que norteia a Educação Ambiental no FEA é a formação para uma nova cultura, fundada na “Ética do Cuidado” para a sustentabilidade. “Quem ama, cuida”, define Leonardo Boff no livro “Saber Cuidar” [1999]. A cultura da “Ética do Cuidado” leva à revisão de hábitos e à construção de novas formas de ser entre os seres humanos e deles com os demais seres vivos. Lembrando que Gaia, nosso Planeta Terra, também é um ser vivo.

A perspectiva libertadora, dialógica e biorregionalizada da Educação Ambiental lançou o desafio de aprofundar as diferentes experiências e práticas conhecidas na região, o que conduziu à necessidade de pensar conceitualmente as diversas visões de mundo, de consumo, de trabalho e formas de estabelecer relações, pois como asseguram os princípios gerais do Tratado de Educação Ambiental, “não existe Educação Ambiental neutra”.

A superação do princípio da neutralidade também se faz visível na escolha da metodologia PAP – Pessoas-que-Aprendem-Participando, uma



Costurando o “mosaico” formado pelos atores sociais envolvidos

versão traduzida e adaptada da metodologia PAP – Pesquisa-Ação-Participante, familiar no contexto da educação popular. A escolha desse método deu-se pela opção teórico-prática de adotar uma metodologia que desse conta, tanto da análise socioambiental, quanto da sistematização das práticas de Educação Ambiental. Além disso, possibilitava o envolvimento entre pesquisadores e grupos/comunidades, num exercício constante de aprender-ensinar, nos espaços e dinâmicas das comunidades de aprendizagem.

Em relação à Pesquisa-Ação-Participante, era necessário aprofundar os conhecimentos a respeito dessa metodologia que a região escolheu para nortear a formação de seus educadores e educadoras ambientais. Iniciada há cerca de quatro décadas na América Latina e na Ásia, a Pesquisa-Ação-Participante caracteriza-se pela diluição de barreiras entre pesquisadores e grupos/comunidades pesquisadas, propiciando-se a plena participação e a troca de saberes na concepção, desenvolvimento e resultados dos trabalhos.

No Brasil, como destaca Viezzer [2005, pág. 279], numa iniciativa inédita do Grupo Gestor do ProNEA, a Pesquisa-Ação-Participante foi escolhida como instrumento privilegiado para a aplicação de uma política nacional

de Educação Ambiental descentralizada e biorregionalizada para a formação de educadores e educadoras ambientais.

Além disso, o grupo trabalhou sobre os atores sociais que interferem na Bacia do Paraná III e no entorno do PNI, procurando identificar “quem é quem” na região e quem pode ser envolvido. Para os participantes do Programa foi interessante também se verem como educadores e educadoras ambientais que integram e, ao mesmo tempo, são o centro de uma rede de conexões.

Dinâmica ecológica da região – Neste eixo aprofundaram-se os aspectos regionais, em que a Bacia do Paraná III e o Parque Nacional do Iguaçu foram os marcos utilizados como áreas de atuação e referência. Para isso foram consideradas as práticas de Educação Ambiental e as ações realizadas para recuperação dos passivos socioambientais já existentes na região, como por exemplo, o manejo das unidades de conservação, a gestão por bacias hidrográficas, as práticas de saneamento rural e urbano e a agroecologia. A definição desses itens específicos deve-se à necessidade de criação de políticas públicas a serem implantadas na região, nas respectivas áreas. A estratégia de abordagem incluiu, neste módulo, a realização de diversas visitas técnicas.

No item **unidades de conservação**, os núcleos de Cascavel e de Foz do Iguaçu voltaram sua atenção para o Parque Nacional do Iguaçu, destacando as ações realizadas e os desafios na sua manutenção. O núcleo de Cascavel realizou visita técnica no Posto do IBAMA do município de Céu Azul. O núcleo de Foz do Iguaçu elegeu a Escola Parque, no próprio município, para realizar sua visita. O núcleo de Toledo realizou visita técnica nas ilhas do Parque Nacional de Ilha Grande.

No tema **gestão de bacias hidrográficas**, os encontros ocorreram em municípios onde haviam sido implementadas ações de recuperação de passivos e adequação ambiental. O diálogo se deu com pessoas de diferentes instituições e grupos, entre os quais havia representantes das prefeituras, que se comprometeram a realizar mitigação de impactos ambientais. Os diálogos com a comunidade envolvida no FEA representam oportunidade de selar compromissos, pois as ações ambientais tornam-se um ato prazeroso e de entendimento de todos e todas.

Em **agroecologia**, foram abordadas as diferentes perspectivas da agricultura regional, com ênfase nos programas realizados na área de agricul-



Entrando em contato com a dinâmica ecológica da região



Visitas técnicas ao interior do Parque Nacional do Iguaçu



Visita a propriedades que optaram pela agroecologia



Conhecendo a coleta seletiva de resíduos sólidos

tura familiar e da agroecologia. Essa abordagem remeteu também ao diálogo sobre produção de alimentos transgênicos. Visitas a propriedades de agricultores familiares possibilitaram aos PAP3 o diálogo com proprietários e proprietárias rurais que optaram pela mudança da agricultura convencional para a agricultura orgânica. Nesse contato, destacou-se a mudança de percepção, tanto em relação ao trabalho e aos meios de produção, como também no tocante à valorização do cuidado com o meio ambiente e com a qualidade dos produtos.

Quanto ao **saneamento**, os/as PAP3 tiveram oportunidade de diagnosticar a realidade dos municípios quanto à situação dos resíduos sólidos e líquidos rurais e urbanos. Essa experiência evidenciou que a maioria dos municípios da região possui redes de esgoto, mas ainda não consegue atender à totalidade da população. Quanto à coleta de resíduos sólidos, percebeu-se que a região está bem organizada, o que se deve ao seu envolvimento nas ações do Coleta Solidária, do Programa Cultivando Água Boa, que incentivou a organização dos catadores e catadoras da região e a constituição de cooperativas e centros de triagem de materiais recicláveis.

Intervenção pedagógica foi um eixo temático que levou a aprofundar os diálogos sobre o planejamento de projetos de Educação Ambiental e a introduzir o conceito de comunidades de aprendizagem. Esse momento, de intensa significação, possibilitou aos PAP3 pensarem na sua intervenção pedagógica para constituir e acompanhar o grupo PAP4. Algumas questões emergiram naturalmente, como consequência do processo vivido no PAP3: “Como relacionar conhecimento científico e sabedoria popular nas comunidades de aprendizagem? Como evitar a simples reprodução de conhecimentos e garantir a ação transformadora? Como intervir pedagogicamente em nossa realidade?”

Esse módulo possibilitou às/aos participantes refletirem também sobre a sustentabilidade dos projetos socioambientais. Os diálogos se deram em torno de questões como: projetos educativos devem depender exclusivamente de apoios externos ou precisam integrar cada vez mais o planejamento das instituições? Nesse caso, não se teria que contar com apoios técnicos e orçamentos previamente definidos? Que critérios devem nortear a busca de parcerias, apoios, patrocínios?

Esse processo não foi fácil, dada a heterogeneidade dos grupos e a pouca clareza sobre o termo “intervenção pedagógica”, a ser concretizado a partir do cotidiano e da realidade locais. Findo o ciclo anual de formação, após diferentes tentativas, participantes do PAP3 deram início às suas atividades de intervenção. Eles procuraram constituir comunidades de aprendizagem com pessoas/grupos interessados nas comunidades locais e nas escolas a partir de um dos quatro grandes temas da realidade ecológica da região abordados no processo de formação.

Um diálogo especial foi estabelecido, nesse momento, sobre as relações humanas e como estas se manifestam nas atividades de Educação Ambiental. Isso apareceu como fruto de uma necessidade sentida nos próprios grupos e cada vez mais presente tanto no cotidiano das pessoas, como no interior das organizações sociais, empresariais e científicas. Desconsiderando a boa qualidade das relações entre os seres humanos e deles com os demais seres da natureza é impossível conquistar avanços tecnológicos que conduzam ao bem-estar e à qualidade ambiental.

O encontro sobre Educação Ambiental para as relações humanas se inseriu nesse contexto e procurou demonstrar a necessidade de superação do paradigma tradicional que, entre outras coisas, orienta o ser humano a se relacionar com a natureza somente no sentido de explorá-la em proveito próprio, numa visão materialista da vida e do mundo que exclui não apenas a poesia, os sonhos e a ternura, mas pessoas e grupos humanos, gerando o fenômeno da exclusão social.

Ao questionar a matriz ocidental subjacente às mentalidades modernas e presente nas estruturas das instituições econômicas e políticas, o processo de formação acena com o resgate do ser humano e da sua relação com a comunidade de vida que sustenta o Planeta. Aprofundar essa questão significou:

- entender as relações humanas como relações baseadas no respeito, na tolerância e na valorização da diversidade de gênero, cultural, étnica, biológica;
- resgatar atitudes baseadas no cuidado e na generosidade;
- defender a sustentabilidade como critério para o desenvolvimento;
- exercitar a partilha do poder;

- valorizar a diversidade de saberes;
- incluir a dimensão da espiritualidade como forma válida de construção de conhecimento.

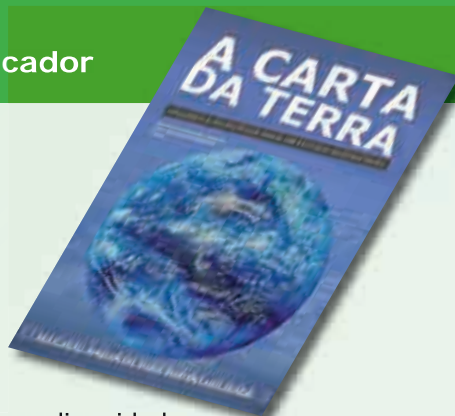
Ainda em relação à intervenção pedagógica destacou-se a importância dos educadores e educadoras saberem se expressar em diferentes linguagens. Para além da fala e da escrita, eles foram estimulados a experimentar a imagem, o som e o movimento, bem como o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Essa reflexão levou o grupo a buscar formas de ocupar espaços comunicativos que potencializassem a voz de educadores e educadoras ambientais, por meio do uso de veículos de mídia (rádio, televisão, jornal, comunicação eletrônica, etc.). Nesse sentido, como parte do processo formativo, as atividades realizadas levaram a projetar um trabalho específico de aprendizagem em Educomunicação, pela importância desta no desafio de construir uma sociedade brasileira capaz de informar-se e comunicar-se na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Uma oficina importante foi a de introdução ao legado de Paulo Freire. Conceitos inerentes à obra freireana, como problematização, conscientização, “ser mais”, inacabamento, diálogo, temas geradores, permitiram aprofundar o próprio conceito de comunidades de aprendizagem e clarear formas de atuação que buscam dialogar com a realidade local.

Além dos itens de “cardápio” oferecidos pelo Coletivo Educador, no decorrer da formação foram identificadas necessidades específicas de alguns participantes do Programa. Elaborou-se uma estratégia para atender a essa demanda, por meio de itens optativos de cardápio, dentre os quais merecem destaque os encontros realizados sobre os documentos planetários que orientam a abordagem do Programa (*veja páginas 116 a 119*) e sobre plantas medicinais.

Princípios e valores que orientam o Coletivo Educador



I. Respeitar e Cuidar da Comunidade de Vida

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e futuras gerações.

II. Integridade Ecológica

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e uma ampla aplicação do conhecimento adquirido.

III. Justiça Social e Econômica

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental.

10. Garantir que as atividades econômicas e instituições em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa sustentável.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, ao cuidado com a saúde e às oportunidades econômicas.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, saúde corporal e o bem-estar espiritual, dando especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV. Democracia, Não Violência e Paz

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso à justiça.

14. Integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

Para conhecer este documento na íntegra, acesse:
www.cartadaterra.org

Princípios e valores que orientam o Coletivo Educador



Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A Educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
2. A Educação Ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A Educação Ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
5. A Educação Ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A Educação Ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
7. A Educação Ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
8. A Educação Ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A Educação Ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a

diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngüe.

10. A Educação Ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A Educação Ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A Educação Ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13. A Educação Ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14. A Educação Ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A Educação Ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A Educação Ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos

Para saber mais:

www.aipa.org.br/ea-tratados.htm

Formação em campo

De maneira a resgatar a identidade local foram propostas diversas ações para que os PAP3 entrassem em contato com a comunidade e refletissem sobre a sua realidade. Dentre estas, merece destaque a elaboração do histórico socioambiental de cada município.

O resultado dessa atividade motivou diversas reflexões. Permitiu perceber, por exemplo, que a maioria dos municípios da região surgiu em decorrência de políticas de âmbito nacional. A Marcha para o Oeste impulsionou a ocupação do oeste paranaense na década de 1950. O incentivo à mecanização da agricultura nas décadas de 1960 e 70 gerou o fenômeno das monoculturas, que descaracterizaram os ecossistemas regionais. A construção da Hidrelétrica de Itaipu remodelou a ocupação do território na década de 1980.

A apresentação desses levantamentos nos municípios, por ocasião dos encontros presenciais, trouxe novos elementos para os participantes do FEA conhecerem sua história. Além disso, representou a oportunidade de



Diferentes momentos de formação: conhecendo a história local...

avançarem no diálogo e na reflexão sobre as diferentes formas de apropriação do ambiente pelo ser humano. Nesse sentido, observou-se um salto de compreensão. Ressignificando sua realidade local imediata, as pessoas tornaram-se capazes de perceber movimentos mais amplos, cuja amplitude as levou a compreender processos globais e planetários.

Considerando a diversidade de formação dos PAP3, buscou-se uma metodologia inclusiva para os temas a serem trabalhados nos encontros presenciais. A forma mais utilizada foi enviar os conteúdos aos PAP2 para que estes socializassem previamente o material nos seus municípios e criassem momentos de diálogo entre os participantes do PAP3. Os materiais enviados eram compostos por textos de caráter introdutório ao tema, ilustrados por experiências regionais capazes de trazer elementos adicionais e cor local.

Esse tipo de preparação mostrou-se de grande valia, pois os PAP3 chegavam ao encontro com conhecimento prévio sobre os temas. O diálogo tornava-se mais rico e possibilitava aos/às participantes momentos de intervenção qualificada.



... e dialogando sobre os itens do “cardápio”

O “cardápio” em diferentes espaços

O processo de formação, realizado nos núcleos de Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, modificou a forma de conceber o espaço. Cada núcleo vivenciou uma história diferente.

Em Cascavel, o trabalho foi realizado prioritariamente nas dependências da Faculdade Assis Gurgacz (FAG), com exceção dos temas relacionados à dinâmica ecológica. Já os núcleos de Foz do Iguaçu e Toledo realizaram os módulos em diferentes municípios, para que o FEA pudesse ser sentido local e regionalmente. Em ambos os núcleos, os espaços utilizados eram bastante diversificados: auditório de órgão público, como a SANEPAR, de universidades, como a UNIOESTE, centros de convivência da Terceira Idade, centros comunitários e salões paroquiais.

Além dos encontros mensais, promovidos pelo Coletivo Educador, os/as integrantes do PAP3 foram convidados/as a participar de diversos eventos promovidos pelas instituições participantes do Coletivo Educador da região. Entre eles, destacam-se:

- **I Fórum Internacional Diálogos da Bacia do Prata**, ocorrido em dezembro de 2005. Promovido pela Itaipu, trouxe para Foz do Iguaçu personalidades de destaque internacional sobre temas recorrentes, tais como Leonardo Boff e Fritjof Capra. Coincidindo com o II Encontro Cultivando Água Boa, os Diálogos do Prata deram início a um novo processo: o de entendimento da Bacia do Paraná III no contexto da Bacia do Prata.
- **III Mostra de Educação Ambiental da Escola Parque**, realizado no PNI em novembro de 2005. Teve como objetivo divulgar as ações desenvolvidas no decorrer do ano nas escolas dos municípios do entorno da Unidade de Conservação.
- **Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata**, promovido em agosto de 2006 pela Itaipu em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Representou uma oportunidade, principalmente para integrantes do PAP2, de conhecerem personalidades que trabalham com a Política Nacional de Educação Ambiental e que são referências para a formação de Coletivos Educadores.

- **Pactos pela Vida Sustentável:** este evento, ocorrido em novembro de 2006 e promovido pela Itaipu em parceria com o PNI, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná, envolveu também o III Encontro Cultivando Água Boa. Teve como característica tornar visível a necessidade de articulação das várias iniciativas existentes na região, particularmente nos municípios da Bacia do Paraná III, do entorno do Parque, em sintonia com as Agendas 21 regional, estadual e nacional.

A Mesma Aprendizagem... Em “Outras Palavras”



Dinâmicas para aprender com o corpo, a cabeça e o coração

Os diversos símbolos, dinâmicas e rituais nascidos e usados no processo formativo merecem uma reflexão em si. Nesse sentido, o capítulo que segue dará ênfase a diversas linguagens e dinâmicas pessoais e coletivas que fizeram parte do processo de aprendizagem do FEA. É o que chamamos de “o FEA em outras palavras”.

A formação de educadores e educadoras ambientais incluiu, além de conteúdos e metodologias costumeiramente usados nos espaços educativos, um amplo leque de outras vivências, experiências, dinâmicas, momentos culturais e artísticos.

Trabalhar com a mente, o corpo e a emoção é fundamental para aprofundar a aprendizagem, algo fundamental em processos educativos que se pretendem transformadores.

Tais práticas aproximam a Educação Ambiental aqui descrita do campo da Educação Ambiental Popular, no contexto cultural, político, econômico específico da Bacia do Paraná III e dos municípios do entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

A linguagem simbólica

Entende-se que a Educação Ambiental é, acima de tudo, uma práxis de esperança, uma experiência de comunhão, de solidariedade, de abertura para o diálogo pedagógico. Nesse sentido, as linguagens utilizadas no FEA propositalmente misturam razão e emoção, consideram as histórias e as estórias, a variedade de linguagens e de sentidos, os distintos conhecimentos – acadêmicos, tradicionais, populares e científicos – numa grande comunidade de saberes.

Essa concepção educativa é um convite ousado à revisão da própria racionalidade que permeia nosso ser. Representa também um chamado para formas de ser mais coletivas, uma perspectiva mais plural, uma postura de maior gratidão e reverência com a Terra.

Os símbolos têm a capacidade de evocar a realidade e de expressar o sentido da experiência vivida, ultrapassando a capacidade de expressão da palavra verbalizada, seja esta em forma escrita ou oral. A linguagem simbólica inscreve-se no campo da estética, da percepção, dos significados e dos sentidos múltiplos, nas palavras de Umberto Eco¹.

Na formação de educadores e educadoras ambientais aqui retratada, os símbolos têm grande importância, dando ao processo um caráter político-existencial. Singelamente acalentada no coração de pessoas que se reuniram em torno do Coletivo Educador, essa formação foi cuidadosamente implementada no cotidiano da existência de cada pessoa, tornando-se paulatinamente uma política pública de Educação Ambiental.

Não é possível dar a conhecer todas as linguagens simbólicas usadas na Educação Ambiental e compartilhadas por este Coletivo. Da mesma forma que seu significado profundo não pode e nem pretende ser aqui descrito por completo. Assim como fica um pouco de perfume na mão de quem dá uma flor, assim também muitas experiências e conhecimentos ficam na memória e na história de quem os experimentou. Por isso, cada pessoa deve recorrer à sua fonte de imaginação e criatividade, procurando na aparente invisibilidade das cores, dos formatos, das costuras, dos lugares, das trilhas, a riqueza dos sentidos implícitos.

¹ Citado pelo autor em “Obra Aberta”, livro de ensaios lançado em 1962.



A colcha, uma “costura” de histórias de vida, idéias e interesses

No caso do processo desencadeado pelo FEA na região, alguns elementos simbólicos foram utilizados: a colcha de retalhos, a trilha, os mapas, os materiais de divulgação e de reforço à noção de pertencimento do grupo. Todos esses elementos, ao lado do uso intensivo de músicas, jogos e dinâmicas, criaram um ambiente lúdico no qual o aprendizado se torna mais fácil e se expande na consciência individual como uma “segunda pele”.

A colcha de retalhos

Começamos pela colcha, uma vez que foi o símbolo que marcou o início do processo de formação de educadores e educadoras ambientais. A idéia de confeccioná-la surgiu do filme “Colcha de Retalhos”, dirigido por Jocelyn Moorhouse². Uma colcha trabalhada coletivamente tem um caráter simbólico de costura de histórias de vida, de idéias, de sentimentos, de sinergia de interesses, de propostas comuns. A costura coletiva de colchas, que se compõem de diferentes retalhos, é uma forma de demonstrar que, ao contrário da expressão muito comum que descreve a “colcha de retalhos” como algo desconectado, ela pode representar uma forma de produzir um belo resultado.

² *How to make an american quilt*. EUA, 1995, 116 minutos.

No processo de constituição do FEA na região, a colcha, feita com retalhos de diferentes cores, teve como propósito dar visibilidade à articulação das instituições regionais no Coletivo Educador. Em outras palavras, ela representa as diversas instituições que constituem esse Coletivo.

No encontro inaugural, uma cestinha contendo diferentes retalhos foi oferecida às pessoas que representavam cada instituição. Cada uma delas inscreveu o nome de sua instituição em um dos retalhos, num gesto expressivo de assumir o seu lugar e seu compromisso no Coletivo. Enquanto se desenrolavam as atividades do encontro, a colcha foi sendo costurada com fios de linha que representam os interesses comuns às instituições e faz com que as mesmas se articulem em torno de um Coletivo Educador. A variedade de cores simboliza a diversidade de instituições que compõem o Coletivo e a variedade de saberes ambientais gestados e a serem gestados na região.

Houve sobras de fios e panos, indicando a abertura que o processo formativo tem para a participação gradativa de outras instituições. Fios mais soltos mostram que a formação não é um processo “amarrado”, mas alinhavado e costurado. Tal como ocorre no trabalho de costura de colchas, a constituição do Coletivo Educador remete, sutilmente, ao processo de criação de uma obra de arte. Requer empenho de cada pessoa; cuidado na forma de coordenar, de planejar, de executar; bom gosto na forma de “degustar” o trabalho feito ou em andamento; expectativa com o resultado final; celebração perpassando todos os momentos.

No fim do evento, representantes das instituições presentes fizeram a entrada solene da colcha que acompanha todos os encontros presenciais do processo FEA. Efetivamente, a colcha foi passando e perpassando os encontros presenciais de formação, em novas e múltiplas dinâmicas e processos. Cada instituição nela se visualiza, se vê incluída, se percebe inscrita, compreendendo-se como oportunidade para fazer história na região por meio da Educação Ambiental.

Mapas

Enquanto a colcha mostra a capacidade organizacional, de trabalho coletivo e de articulação, os mapas sinalizam o espaço político-cultural-geográfico da região no qual o Programa FEA se inscreve. O “pedaço” do Planeta onde nos situamos é a Bacia do Paraná III e o entorno do Parque Nacional do

Iguaçu. Região de solo fértil, água abundante, clima diversificado e de rica biodiversidade.

Parte integrante do Aquífero Guarani, a região vê nascer de seu solo milhares de nascentes, sangas, arroios, rios e lagos. Testemunha uma diversidade de flora e fauna, de tipos de solos e de culturas. Paradoxalmente, ao lado dessa riqueza ambiental, a região vivenciou acelerado desmatamento, poluição dos rios e do ar, uso contínuo de agrotóxicos e monocultura.

No trabalho educativo, o uso de mapas convida cada participante a conhecer o lugar onde vive e atua, as microbacias, as áreas de proteção ambiental, enfim as riquezas geopolíticas e culturais que formam a região.

Os mapas ajudam a entender o planejamento da natureza como paradigma de vida e de atuação. Auxiliam-nos a nos interligarmos ao território dentro das possibilidades e limites já criados pela formatação geopolítica do espaço que hoje define as estruturas sociais existentes. Ao caminho natural proposto por leitos e percursos de rios e sangas somam-se as fronteiras, divisas, cercas, muros fabricados por mãos humanas.



Os mapas permitem visualizar os núcleos no contexto regional

O processo desencadeado pelo Programa permitiu redescobrir e re-desenhar o espaço. Reservas florestais, parques estaduais e nacionais, sangas, rios, nascentes, lagos, variedade de solos, de flora e fauna, tudo foi se apresentando e revelando em suas alegrias e em suas dores, tanto pela beleza natural, quanto mediada pela ação do ser humano. Isso propiciou resgatar um lado do território desconhecido por muitas pessoas e permitiu uma visão de totalidade, mais integradora da região.

A trilha

Dos mapas passamos para “a trilha”. Esta foi construída e introduzida para marcar e visualizar o processo de aprendizagem previsto para o ano de 2006. Com encontros presenciais, atividades de leitura, de pesquisa em campo ou reuniões de avaliação, participação em eventos e outras modalidades de aprendizagem, a trilha constituiu um referencial simbólico da caminhada de educadores e educadoras ambientais e de suas “paradas” para o reabastecimento educativo-pedagógico nos encontros mensais.

Considerando o tamanho do grupo de educadores e educadoras, o número de instituições envolvidas e os inúmeros processos, saberes, iniciativas, desejos – que por vezes se assemelhavam a becos, estradas de chão ou rodovias – era necessário organizar a trajetória a ser trilhada. Não como caminho único e categórico, pois esse paradigma se desejava superar. Era vital substituir a compreensão de “curso” ou “palestra” por “processo de aprendizagem”, aspecto nem sempre fácil de ser interiorizado. Por isso surgiu a idéia de “trilha”, com um horizonte à frente, que servisse de orientação, com os principais “pontos” e “paradas” a serem feitos pelo grupo.

Nas “paradas da trilha”, que se davam mensalmente, assegurava-se o tempo para o grupo deter-se coletivamente diante das grandes questões já sinalizadas no capítulo anterior. Nessas paradas, não apenas o diálogo pedagógico era promovido, evidenciado e cultivado. O grupo se nutria também do diálogo com outros saberes e sabores. Frutas cultivadas organicamente, bolachas e pães caseiros trazidos pelos grupos, acompanhavam a apresentação dos históricos socioambientais de cada município. “Degustar” um bom “cardápio de aprendizagem” passava também por apreciar um bolo ou um suco caseiro feito na hora. Dessa forma, os grupos nutriam-se de algo mais

que o mero saber intelectual, uma forma de aproximar a práxis pedagógica da noção de “cardápio” contida nos princípios gerais do FEA.

Outras inúmeras experiências das educadoras e dos educadores seguiram caminhos e ritmos próprios, calorosamente compartilhados nos momentos de encontro e também via comunicação virtual. Essas e outras experiências levaram, pouco a pouco, à interiorização da importância das visitas em campo, do contato interpessoal como momentos de aprendizagem. Trata-se de espaços propícios de construção e troca de saberes e oportunidade ímpar de convívio coletivo, bem como de reafirmação do compromisso com a “Ética do Cuidado”.



Visualização do caminho a ser percorrido

Bolsa, crachá e camiseta

Uma camiseta, um crachá e uma bolsa, com a logomarca do processo FEA, foram confeccionados e entregues no início do processo. Idealizadas como parte da constituição do Coletivo Educador, contribuíram para a necessária formação da identidade do grupo.

Em cada encontro do próprio Coletivo ou em encontros regionais ou nacionais dos quais o mesmo participava, o azul da camiseta do FEA misturava-se às cores de outras regiões desse vasto Brasil. Da mesma forma, o uso da camiseta também possibilitava aos/às integrantes do grupo se reconhecerem e se conectarem em outros espaços, como nos corredores das faculdades, nos eventos municipais, regionais e internacionais e mesmo em momentos informais, como nas ruas ou em grupos de amigos e amigas. Vestir a camiseta de identificação do FEA significou, efetivamente, fazer parte de um círculo de aprendizagem, de afetividade, de diálogo, de exercício interpretativo.

A bolsa, distribuída a cada participante no início da implementação do Programa, serve, entre outras coisas, para guardar textos, folhetos, CDs



“Vestir a camisa” do FEA contribuiu para formar a identidade grupal

livros, anotações, pautas, programações, poesias, letras de músicas. Foi pensada como abrigo seguro para toda essa vasta gama de informações coletada durante os eventos presenciais. Dentro da bolsa estava sendo reunida e assegurada a história de cada educador/a na região no processo FEA.

Os encontros e seus múltiplos sentidos

Não poderia faltar neste relato uma abordagem sobre a experiência profunda e mística proporcionada pelos encontros presenciais. Para isso, acrescentamos ao leque de material simbólico-pedagógico, outros elementos importantes, como as dinâmicas e seus círculos, a música, o auto-retrato, o mapeamento e o histórico dos municípios envolvidos.

A música

Era rotina do grupo usar a música, tanto ouvida, quanto tocada e cantada pelo próprio grupo, nos encontros presenciais, nas viagens de um lugar a outro, nos pernoites... Violão e pandeiro, especialmente, faziam parte



A música tornou-se rotina nos encontros, viagens e pernoites

do cenário e animavam encontros musicais nos intervalos das atividades, na chegada das delegações municipais, no encerramento e nas despedidas.

A música também era uma forma de fazer a necessária mistura entre a razão e a emoção, a palavra falada e a poesia, o saber acadêmico e o popular. A escuta pedagógica entre as diversas racionalidades era uma tentativa constante e difícil de superação da razão tecnicista. Fez parte do processo educativo propiciar o desenvolvimento da razão sensível, fundamento último da “Ética do Cuidado”.

“Terra Tombada”, de Chitaõzinho e Xororó, quando cantada em grupo, era uma tentativa de evocar o necessário reconhecimento da generosidade, dos agrados e da beleza da terra, que por sua vez, requeria, como contrapartida, o desafio ético de cuidá-la. Junto com o canto, dialogava-se sobre o compromisso com a rotatividade da cultura, com o cuidado dos rios, com a adoção da agroecologia, com a defesa dos parques, das reservas legais...

Plantava-se a semente no chão e o amor no coração: ambas as sementes de uma nova forma de ser e viver. Muito além da aquisição de conteúdos,



Dançando para aprender também com o corpo e a emoção

a formação proposta pelo FEA compromete-se com a mudança do ser, do interior das pessoas, dos seus valores, da sua forma de sentir, de relacionar-se, de produzir e de consumir. “Terra tombada, solo sagrado, chão quente, esperando que a semente, venha lhe cobrir de flor. Também minh’alma, ansiosa, espera confiante, que em meu peito você plante a semente do amor”. A educação para a “Ética do Cuidado” planta a generosidade, o cuidado, a defesa da vida.

Com Guilherme Arantes cantamos “Planeta Água” em homenagem à abundância de água na região. Generosamente, a água mata a sede, irriga as plantas, assegura o frescor, banha as crianças... Água das gotas de chuva, que se misturam ao gesto cuidadoso de quem sabe sentir a benevolência da natureza e o milagre da vida a cada manhã. Todas as mesmas águas, que brotam e voltam profundas para a terra e para dentro de nós mesmos como fonte renovadora da vida. Os comentários que se seguiam ao canto evidenciavam a árdua e urgente tarefa que cada pessoa tem de cuidar das águas e de empenhar-se na implementação de políticas públicas de caráter socioambiental.

O sabor sertanejo de “Planeta Azul”, cantada por Chitãozinho e Xororó, lembrava o mal que se tem feito à Terra e à biodiversidade nela existente. “A vida e a natureza sempre à mercê da poluição. Se invertem as estações do ano, faz calor no inverno e frio no verão. Os peixes morrendo nos rios, estão se extinguindo espécies de animais. E tudo o que se planta colhe, o tempo retribui o mal que a gente faz”. A pergunta silenciosa ainda sem resposta: “O que será deste planeta azul?” era motivo de conversa sobre o que será.... Aqui, nesse “pedaço” do Planeta?

A pergunta em aberto, a sensibilização e a auto-avaliação proporcionada por Guilherme Arantes trazia a lembrança de Ivan Lins: “Depende de nós”, daqueles e daquelas que têm esperança, que acreditam na sobrevivência do mundo e se empenham em cuidá-lo. A mesma mensagem lembravam as crianças cantando “Terra Azul”: “Terra Azul, vou fazer a minha parte, preservando a sua cor... Terra Azul, meu planeta colorido, vou lhe dar bem mais amor”.

Com Mercedes Sosa, através da música “Solo le pido a Dios”, o grupo ensaiava a sua resposta mais contundente: que a dor, a injustiça, a guerra... não nos sejam indiferentes e que a morte, um dia, não nos acuse de não

termos feito o que nos coube. A consciência do tamanho e da complexidade do compromisso assumido conduzia a um humilde pedido: “Deus nos ajude nesta tarefa e nesta decisão”.

As dinâmicas e seus círculos

No mesmo contexto e objetivo das músicas estavam as dinâmicas de acolhimento, de integração, de despedida, de celebração. Movimentos corpóreos e circulares, comprometidos com o rompimento da linearidade e da hierarquia. As dinâmicas reclamavam proximidade: dos corpos, das experiências, dos desejos... Faziam rir e chorar, convidavam para a espontaneidade e para a sutileza, recolhendo do íntimo as palavras querendo ser ditas, mas podadas pela sociedade, porque evocam a crença na vida e na necessária rebeldia que a “Ética do Cuidado” e a cultura da sustentabilidade requerem.

Algumas proporcionavam a calma, o silêncio necessário à concentração dos momentos presenciais. Outras remetiam à necessidade dos saltos epistemológicos, conceituais, utópicos, metodológicos. Remetiam também a lugares longínquos, ao passado, e convidavam a viver o presente de forma



Aliviando a tensão nos encontros presenciais

intensa e amorosa. Despertavam para receber o amanhã, imaginado como um mundo pacífico e sustentável.

As dinâmicas escolhidas tinham como finalidade última conectar a todos num vasto cosmos, na fonte originária de tudo, na experiência fundante de tudo e de todos, fazendo acreditar na vida, no amor, nas pessoas, como condição essencial para as mudanças que o momento atual do mundo conclama.

Tais dinâmicas foram pensadas para romper com a visão de que o fazer político depende de debates, que em geral degeneram em embates e discussões. As ferramentas para a construção de uma cultura de paz são outras: o diálogo, o saber ouvir o dito e o não dito, o desapego a estereótipos, o resgate da leveza e da disponibilidade infantil para brincar e fluir com a vida.

Auto-retrato

Quem são os educadores e as educadoras ambientais que participam do FEA? Quais as suas experiências em Educação Ambiental? Que desejos ocultos e explícitos estão por trás da disposição de participarem da formação? Como, afinal, vai se formando a consciência ambiental e a identidade de um



Conhecendo-se por meio da técnica do auto-retrato

educador e de uma educadora ambiental? Que tipo de Educação Ambiental o FEA propõe? Seria a de cunho conteudista, no sentido bancário, como nos lembra Paulo Freire? Ou estaria alicerçada numa compreensão mais ampla e complexa de educação, que não exclui a importância da apropriação dos conteúdos, mas que parte do autoconhecimento e do reconhecimento do meio em que se vive? A participação no FEA muda a visão de mundo e o compromisso com a sustentabilidade?

Essas foram algumas perguntas presentes na origem da elaboração do auto-retrato realizado no início do processo de formação. O auto-retrato permitiu a cada pessoa auto-avaliar a sua experiência em Educação Ambiental, evidenciando os seus desejos, sua práxis, seus conhecimentos e sua expectativa em relação ao processo FEA.

Recontando a história do pedaço

Como estratégia pedagógica, o grupo de educadores e educadoras foi orientado a realizar o histórico de seu município. Essa atividade justificou-se tendo em vista ser a região uma área de colonização recente, cuja história ainda carece ser contada com mais detalhes. É preciso que transcenda o olhar e a perspectiva do colonizador. Esse exercício formulou o questionamento aos métodos usados pela historiografia tradicional na região, que exclui os feitos das mulheres, a dizimação das comunidades indígenas, os conflitos étnicos e a relação nem sempre amistosa com os vizinhos, como por exemplo, os habitantes do Paraguai e da Argentina.

O histórico socioambiental dos municípios mostrou-se um instrumento importante no processo de construção da cidadania, no sentido amplo do termo. Insere-se na tentativa de ajudar cada educador e educadora a conhecer o lugar onde mora, o que incluiu apreciar e venerar as belezas de cada lugar, mas também de ouvir e assumir o imperativo ético que o grito do meio ambiente, em tom de apelo, coloca para cada ser humano. A perspectiva histórica encoraja as pessoas e as coletividades a assumirem a responsabilidade prática pelo cuidado do meio ambiente e conduz à incorporação da dimensão ambiental-educativa nas diferentes estruturas, espaços e serviços existentes nos municípios e na criação de novos.

Mas não somente o passado oculto foi recuperado. Também as belezas do cotidiano simples e atual, bem como os aspectos culturais, artísticos, ambientais que raramente são mencionados em textos oficiais. Assim, valorizou-se a tradição da *Ocktober Fest*, a exposição anual das orquídeas, o Arrancadão do Trator, os eventos gastronômicos, como a Festa do Dourado no Carrossel, a Festa do Cupim, do Porco a Paraguaia, entre outros.

Um processo de escolha diferente

O processo de escolha dos educadoras e das educadoras necessita ser percebido num sentido que supera as práticas tradicionais de seleção. A perspectiva da Educação Ambiental popular inova nos conteúdos, nas metodologias, nos princípios e valores e também na forma de escolha das pessoas interessadas na formação. Ela segue muito mais o princípio do convite, do cativar, do que a idéia de escolher e desclassificar.

Durante o período de inscrição, bem como na posterior leitura e análise dos currículos, percebeu-se que o público inscrito contemplava uma riqueza e um colorido especial. Para tornar visível esse colorido, citamos algumas áreas em que essas pessoas circulam, atuam e fazem história. Trabalhadores/as ou militantes em ONGs, em sindicatos, em cooperativas, donas-de-casa, lideranças de pastorais, representantes de movimentos de juventude, trabalhadores/as do comércio e da indústria, do magistério, do poder público, de movimentos ecológicos, do movimento de ecoclubes, grupos de agroecologia, grupos de mulheres. Essa riqueza de vivências, saberes, expectativas e sede de conhecimento se traduziu na vontade de participar de um projeto, de um sonho... Do sonho de uma sociedade sustentável. Só isso já tornava palpável o conceito de comunidade de aprendizagem, categoria central na formatação conceitual e metodológica do Programa FEA.

Pessoas de diferentes idades, etnias, experiências profissionais, oriundas de diferentes municípios compartilharam o desejo de participar do FEA, de buscar formação na área da Educação Ambiental. Não é o dinheiro, nem *status*, nem promessa de emprego que fundamentam a procura pelo Programa. Paulo Freire diz que “o ser humano é um ser para ser mais”.³ Faz parte de sua essência superar-se, vencer seus limites, constituir-se como ser no processo histórico, exatamente pelo seu caráter inacabado. A procura pelo

³ Paulo Freire. *Pedagogia da Autonomia*, p. 50.



O grupo em contato com os sabores e os saberes culinários locais

Programa certamente tinha relação com essa busca nata do ser humano por se tornar mais e melhor.

No contexto do FEA, assim como em outras experiências educativas, utiliza-se, de forma frutífera, a linguagem utilizada no campo da gastronomia, de onde provêm a compreensão do termo “cardápio de aprendizagem”. Essa mesma relação é possível perceber na seleção de participantes do processo formativo. O escritor e psicanalista Rubem Alves costuma falar da educação como a arte de produzir fome. Para ele, a vontade de aprender começa com o desejo, com a “fome” de aprender. “A tarefa do professor é a mesma da cozinheira: antes de dar faca e queijo ao aluno, provocar a fome...”.⁴

A “fome” pelo Programa provém da responsabilidade que todos possuímos com o meio ambiente e com a sustentabilidade da vida no Planeta. Assumir a “Ética do Cuidado” é, portanto, uma exigência, um imperativo legal que não permite escolhas. A diminuição da camada de ozônio, o aquecimento global, as chuvas ácidas são sinais de que se faz urgente uma nova

⁴ ALVES, Rubem. A arte de produzir fome. In: *FolhaonLine. [Sinapse] on line. 29/10/2002*. Disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml, acesso em 15/10/2007.

relação com o meio ambiente. Mas, acima de tudo, o conceito “fome” se refere ao bom ânimo, à motivação, à alegria, ao gosto pela formação.

Trata-se da “fome” de aprender sobre meio ambiente e de participar de um Programa que dá sentido, que abre novos horizontes, que constitui um ensaio, uma resposta à crise sentida e percebida por todos os lados. É possível olhar para o FEA nessa perspectiva. O Programa representa uma oportunidade, um projeto de vida com características e forças regionais, um sonho, uma chance de assumir responsabilidade, de oferecer cuidado, de cada um e cada uma poder fazer a sua parte.

Concluindo a “costura”

O ano de 2005 representou o momento em que o grupo se encontrou pela primeira vez, congregando-se em torno do FEA e constituindo-se como PAP1, PAP2, PAP3. O PAP4 era, nesse momento, apenas uma expectativa. Durante esse tempo, todos e todas tomaram contato com os valores e princípios para um futuro sustentável.

O grupo misturou-se a outros movimentos, encontrou-se com os atores sociais que interferem no meio ambiente, estimulando parcerias, projetos coletivos e chances de intervir. Nesse vai-e-vem, o grupo olhou para o seu perfil e cada pessoa para a sua identidade de educador ou educadora ambiental, reconhecendo as deficiências e celebrando a esperança das potencialidades e fazeres. Nesse percurso, compartilhou o histórico socioambiental dos municípios, dos 34 “pedaços” geográficos, históricos e culturais que o coletivo representa. Cada pessoa teve a chance de se descobrir como cidadão ou cidadã, portadora de identidade moral e ética, e também como amante da vida.

Evidentemente, as reações e compreensões das experiências compartilhadas, dos textos lidos e estudados, das palestras ouvidas, bem como a fala pronunciada, eram diferentes e obedeciam aos “tempos” de cada pessoa. Da mesma forma, as dinâmicas às quais o grupo coordenador deu importância e tempo também foram interiorizadas em formas e níveis diferenciados pelos participantes. Mas uma coisa é certa: o “caldo” de todo o conjunto de fazeres e dizeres foi muito positivo. Alcançou-se grande participação nos encontros presenciais graças, em grande parte, à diversidade de opções de aprendizagem preparadas com muito cuidado pela Coordenação e pelas pes-

soas que se envolviam na “costura” de um módulo com outro. Vários depoimentos demonstram como a maioria das pessoas entendeu que a prática da Educação Ambiental popular envolve a cabeça, o corpo e o coração.

Foram muitas as horas de dedicação a essa “costura”. Densas pela sinergia criada e nem sempre fáceis. Significaram muitas reuniões de afinação da coordenação com formadores e formadoras. Muitos telefonemas e contatos eletrônicos com os organizadores e organizadoras dos módulos seguintes. Significaram adaptar-se a circunstâncias adversas, que não permitiram uma caminhada mais tranqüila, tal como a proposta na trilha inicial, dando margem a numerosas adaptações. Significaram dar-se conta de que a educação socioambiental popular ainda é recente no Brasil, de que há poucas pessoas atuando, e faltam recursos financeiros e humanos. Significaram incertezas, dúvidas, momentos que pareciam sem saída, característicos de processos formativos baseados no princípio filosófico e metodológico de atenção ao “processo”.

Pessoas saíram da roda de aprendizagem por vários motivos: doenças, transferência de trabalho, mudança para outro estado, discordância quanto ao método ou aos princípios do FEA, impossibilidade de conciliar estudo-tra-



Manifestações da cultura indígena remanescente...

balho-vida familiar e as exigências da formação do FEA. Outras apenas mostraram interesse, lançaram perguntas, mas não participaram. Muitas outras, porém se deixaram encantar, assumindo as dores e as alegrias, os acertos e os equívocos. Dessa forma, o Coletivo vivenciou uma bonita experiência de aprender e ensinar, falar e ouvir... Numa compreensão profunda de que há tempo para tudo, ritmos diferentes, gostos variados.

Uma coisa é certa: sem essas “costuras”, a porcentagem de participantes do processo não teria sido tão elevada como se logrou. Depoimentos de integrantes confirmam que o fato de saírem de seu cantinho para saber dos outros e sentirem-se parte da realidade ecológica de uma região foi fator fundamental que assegurou o elevado nível de participação.

Olhando para tudo o que se viveu no FEA, pode-se concluir que os participantes do processo percebem-se como uma grande comunidade de aprendizagem, que aprende e ensina simultaneamente, a toda hora, a todo instante, em todo o lugar. Olhando para o Coletivo Educador na perspectiva de auto-avaliação, fica evidente o quanto significa cada jeito, cada palavra, cada atitude pessoal e coletiva na construção desse processo.



... e das novas etnias que se estabeleceram na região

Transpondo as “pedras do caminho”



Visita técnica às propriedades rurais da região

Como “o caminho se faz ao caminhar”, as experiências desenvolvidas até agora apontam pistas para a continuidade do Programa. E isso será possível com maior envolvimento e aparelhamento dos diferentes atores sociais. Aprendendo e transformando práticas culturais enraizadas, esses atores serão capazes de dar vazão ao entusiasmo que se encontra nas comunidades de aprendizagem, formadas a partir desse rico processo aqui retratado.

Apesar do entusiasmo com que os atores sociais acolheram a proposta do FEA, o dia-a-dia de implementação do Programa se deparou com algumas “pedras no caminho”. O caráter inovador da proposta pedagógica encontra resistências nos saberes estabelecidos e apresenta as dificuldades inerentes a um processo que dá os primeiros passos como política pública.

Questões emergentes

O fim da primeira fase de formação, ocorrido em dezembro de 2006, foi marcado por uma avaliação realizada com os/as educadores/as ambientais, que permitiu identificar diversos olhares sobre um mesmo tema. Isso espelhou a heterogeneidade dos/das participantes em seu compromisso com a Educação Ambiental e a formação específica.

Uma constatação geral – independente da formação acadêmica – foi a dificuldade em inserir-se num sistema de formação diferenciado. Muitos ainda seguem o paradigma de que a formação deva se dar apenas na forma de transmissão de conhecimentos e têm dificuldade em entender a formação baseada no diálogo.

Em relação ao cardápio de aprendizagem, grande parte dos integrantes do PAP3 destacou a adequação dos itens abordados à realidade da região, abrangendo questões socioambientais e o cuidado com o ambiente. Alguns ressaltaram a necessidade de que os assuntos abordados fossem trabalhados de forma contínua e aprofundada.

Dentre as sugestões levantadas está o interesse dos participantes em aprofundarem os módulos por meio de materiais didáticos complementares. Uma das soluções está nas Salas Verdes, que já foram instaladas em 18 municípios abrangidos pelo Programa FEA, às quais poderão somar-se outras que completarão o quadro da região.

A construção dos encontros foi bem articulada, recebendo destaque durante a avaliação. A abordagem utilizada possibilitou formar uma idéia mais concreta da pessoa em si e do meio em que está inserida, bem como perceber de que forma cada um/a pode contribuir com a construção de um mundo sustentável. Dentre as metodologias empregadas destacaram-se os trabalhos em grupo e as visitas técnicas, que possibilitaram articular teoria e prática, bem como ampliar a visão sobre a sustentabilidade socioambiental.

Um dos pontos destacados em relação aos formadores e formadoras e que facilitaram os encontros foi a empatia e o fato de estarem conectados com a proposta. Isso demonstra a importância das reuniões de alinhamento entre profissionais que atuaram nos módulos presenciais.

Segundo os/as educadores/as ambientais, o FEA possibilitou a articulação com diversos atores sociais, numa interação vista como fundamental.

Dessas parcerias depende, em grande parte, a sustentabilidade do processo na região. A composição do PAP3 com pessoas de diferentes segmentos sociais também foi um dos pontos avaliados como positivos pelos integrantes do Programa. O fato de existirem idéias e formas de expressão diferenciadas, vindas de realidades sociais diversas, possibilitou um intenso diálogo, em que o aprendizado tornou-se o ponto norteador, bem como a multiplicidade de enfoques sobre um mesmo tema.

Uma das grandes questões a serem avaliadas no FEA é, sem dúvida, a participação dos PAP3 nos encontros presenciais. Muitos conseguiram participar ativamente, com grande apoio das instituições e empresas em que atuam. Para outros, o processo foi mais complicado pela dificuldade de transporte e alimentação, de dispensa para participar, bem como pela sobreposição de atividades e ao fato de serem pessoas envolvidas em diferentes ações e programas em seus municípios.

Os PAP3 destacaram a importância e necessidade de apoio para as atividades que vêm assumindo, tanto no sentido pedagógico/técnico, quanto político, institucional e financeiro.

O processo FEA deixou em evidência que o aprender em círculos de diálogos requer, de quem entra nessa forma de aprendizagem, pré-disposição para aprender dialogando tanto com os saberes existentes quanto com os novos.

A perspectiva dos atores sociais

Em maio de 2007, Foz do Iguaçu sediou um encontro sobre qualificação social do educador ambiental popular. Esse evento fez parte de um projeto nacional de seminários a serem realizados nos diversos biomas do País sob a coordenação do MMA e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC).

A participação do Coletivo Educador evidenciou as novas necessidades que o processo FEA trouxe para as diferentes instituições que o integram. Após reflexões sobre a identidade do educador e da educadora ambiental, um trabalho em grupos levou a visualizar as principais dificuldades e os principais desejos sentidos pelos atores sociais ali presentes.

Órgãos estaduais – No elenco das dificuldades, os/as representantes das instituições estaduais salientaram que:

- educadores e educadoras ambientais enfrentam dificuldade para fazer valer o protocolo de intenções assinado por suas instituições;
- o trabalho de Educação Ambiental ainda não conquistou visibilidade suficiente para mostrar o que vem sendo desenvolvido na região por meio do Coletivo Educador do qual a instituição faz parte. Em alguns casos, permanece como apêndice no corpo da instituição, como se não tivesse nada a ver com a política institucional.
- como os processos educativos, na maioria das vezes, não fazem parte da política de suas instituições, torna-se difícil encaminhá-los, especialmente no trabalho em parceria e nas redes de Educação Ambiental.

Prefeituras – Seus representantes assinalaram questões, como:

- a paralisação da máquina pública durante a troca de governos e, particularmente, a rotatividade de pessoas ligadas à Educação Ambiental, desconsiderando um importante capital social para o município;
- a diminuição de recursos humanos, ao mesmo tempo em que há aumento da demanda por educação socioambiental;
- a falta de apoio financeiro para locomoção, alimentação e materiais de apoio pedagógico naqueles municípios onde a Educação Ambiental não faz parte da política municipal.

Integrantes do PAP3 – Educadoras e educadores formados (PAP3) reforçaram algumas questões citadas anteriormente, particularmente:

- a falta de apoio de algumas prefeituras, onde a Educação Ambiental popular não faz parte da política municipal, com a conseqüente falta de recursos financeiros, dificuldade de administração do tempo e falta de utilização correta de estruturas implementadas;
- a difícil tarefa de mobilizar pessoas ainda não acostumadas a envolver-se nas questões do meio ambiente como assunto de cidadania;
- pouco uso dos recursos da mídia;
- limitadas tutorias e monitoramento das ações de educadoras e educadores ambientais por parte das instituições que compõem o PAP2.

Meio Acadêmico – Ainda são poucas e carentes de visibilidade as iniciativas acadêmicas que se voltam à Educação Ambiental. Os representantes das universidades atribuíram a falta de participação no processo à:

- dificuldade de interação com os PAPs 1, 2 e 3;
- falta de estímulo das direções das instituições para a permanência das mesmas junto ao FEA;
- falta de compreensão clara do processo e dos resultados que se pretende alcançar;
- necessidade de se criar mecanismos formais de atuação junto ao Coletivo Educador, na perspectiva do encontro de saberes.

Podem as dificuldades tornarem-se facilidades?

A partir das necessidades percebidas, os/as participantes levantaram propostas que significam novas demandas no processo de formação específica em Educação Socioambiental de caráter popular. Estas necessitam ser partilhadas e trabalhadas com as instituições que integram o Coletivo Educador. Um trabalho que deve contar com o apoio das instituições âncoras e dos ministérios envolvidos. Tais contribuições foram assim sintetizadas:

Para os órgãos estaduais:

- formação didático-pedagógica, com o uso de metodologia específica para a Educação Ambiental popular;
- elaboração de materiais didáticos básicos sobre os diferentes aspectos da Educação Ambiental. Os temas seriam selecionados em conformidade com arranjos locais.

Para as prefeituras:

- valorização da Educação Ambiental na política municipal;
- otimização de recursos e articulação da formação em Educação Ambiental popular com outros projetos municipais, estaduais e federais, particularmente com as Salas Verdes.

Para educadoras e educadores (PAP3):

- formação continuada em metodologia de Educação Popular;
- elaboração de projetos, captação de recursos, mediação de conflitos e educomunicação.

Para as instituições de ensino superior:

- efetivação do compromisso das direções das instituições com o Programa FEA a partir do incentivo formal do MEC;
- criação de mecanismos práticos de ação das instituições de ensino superior junto ao FEA.

A educação socioambiental de caráter popular, com seus componentes conceituais e metodológicos específicos, e alinhada a novas práticas de sustentabilidade remete à necessidade da alfabetização ecológica. Isso traz desafios novos para as instituições, inclusive para as de Ensino Superior.

Entrar no Coletivo Educador significa criar condições para aprender juntos, contando com o aval das direções, e contribuir para as mudanças estruturais necessárias. Temas que há décadas vêm sendo trabalhados em âmbitos nacional e internacional por ONGs, movimentos sociais e alguns cientistas, precisam permear mais a política e o currículo das instituições de caráter acadêmico ou técnico.

As questões anteriormente mencionadas mostram que o momento é de avaliar o processo como um todo e debruçar-se sobre as questões extremamente pertinentes que já foram levantadas.



Planejar a intervenção educativa e refletir sobre a prática...



... auxilia a aprimorar o trabalho nas comunidades de aprendizagem

Painel da diversidade

Os depoimentos a seguir revelam a visão de alguns integrantes dos grupos PAP2 e PAP3 de diversos municípios sobre o processo desencadeado pelo FEA na região:

“O que mais me chama atenção é a simplicidade do processo como um todo, que provoca nas pessoas um resgate dos cuidados com nossa casa, o Planeta Terra. Instiga o nosso instinto protetor e de sobrevivência, fazendo com que lutemos em prol de todas as formas de vida do Planeta, num plano de Educação Ambiental permanente, pessoal e ampliado a todos os indivíduos, formando uma mandala contínua.”

Rita de Cássia Guilherme, PAP2 de Maripá

“Na comunidade de aprendizagem eu percebo um espaço próprio para discussões e aprofundamento das questões ambientais. Vejo isso quando se senta com um grupo para ler e estudar em conjunto, sem a necessidade de se ter alguém que ensina, mas um grupo em que todos ensinam e todos aprendem, juntos, pela troca de conhecimentos e de experiências.

Acredito que numa comunidade de aprendizagem todos aprendem com o coletivo, todos contribuem dentro das suas possibilidades. Penso que a Educação Ambiental tem na composição e na organização das comunidades de aprendizagem um terreno bem produtivo e fecundo.”

Denise Fiorezzi, PAP3 de Lindoeste

“O processo do FEA é interessante pelo fato de ser totalmente coletivo, no que se refere à opinião, às decisões tomadas pelo Coletivo Educador, para um bem de todos os participantes e todas as pessoas beneficiadas pelo Programa. A formação da consciência crítica nos participantes é algo fundamental para alavancar o progresso e a aceitação do processo FEA nas comunidades de aprendizagem.”

Suely Mendes de Souza, PAP2 de Foz do Iguaçu

“A semelhança é que todos têm a mesma preocupação com a preservação do meio ambiente. A diferença é que a Educação Ambiental se aplica no dia-a-dia, não apenas em dias comemorativos do meio ambiente (Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia da Árvore).”

Oldemar Borges Cavalheiro, PAP3 de São Miguel do Iguaçu

“O que chama atenção é a fundamentação. Como já participei de várias capacitações, nesta vejo que a ênfase na fundamentação é importante, porque um educador bem fundamentado tem condições de direcionar melhor a sua intervenção. E também a forma de se aprender com o coletivo, em que todos ensinam e todos aprendem juntos pela troca de experiências.”

Irides Aparecida Cavalheiro Teixeira, PAP2 de Lindoeste

“Tanto o FEA como outras iniciativas de Educação Ambiental têm a semelhança de serem formadas por pessoas e empresas que possuem atitudes e sabem que não adianta apenas se lamentar, precisa, sim, de ações. A diferença talvez seja a forma que o processo esteja sendo implantado e pensado. Sem alarmes e tentando mudar as formas de pensamentos tidas como certas muito antes de nós nascermos. Sem, porém, enfiar “garganta abaixo”, mas colocando os fatos de maneira acessível a todos, sem exigências de diplomas, mas de comprometimento.”

Marlene da Rosa Lopes, PAP3 de Santa Tereza do Oeste

“Percebo que apesar do caráter empírico que a participação de várias esferas da sociedade pode dar ao trabalho, ainda assim muitos avanços puderam ser conquistados e construídos. Não temos a cultura de mesclar conhecimentos populares com o científico; isso dificulta em certos momentos a tomada de decisões e a sistematização de planos e resultados.”

Rosani Borba, PAP3 de Foz do Iguaçu

“O principal elemento é a gratuidade do processo de formação; o FEA não tem custos de mensalidade; o processo é relativamente assistemático, não segue os padrões acadêmicos de formação; dá certa autonomia para os participantes buscarem ações concretas e até mesmo de formação. Apesar de quase não ter iniciativas possíveis de comparar, há grande fragilidade na superação da teoria; precariedade na potencialização das práticas em larga escala; absoluta e irreversível transferência de responsabilidade do poder público, deixando para a sociedade organizada pensar e agir, inclusive nas questões de responsabilidade do poder público; imensa fragilidade na sustentação da rede de apoio, a qual foi tanto apregoada na fase de formação, e na prática, cada um tem que tocar o seu barco; grande oscilação nos rumos do processo; falta de comprometimento da maioria dos parceiros imediatos.”

Edson Gavazzoni, PAP3 de Cascavel

“Com certeza foram muitos os obstáculos que enfrentamos durante o processo de formação, obstáculos de diversas ordens, passando pela questão de logística e até mesmo de conciliação de agenda. As dificuldades se aprofundaram ainda mais quando partimos para a intervenção nos municípios, sendo que muitas das nossas ações não receberam créditos. Com certeza todas essas dificuldades poderiam constituir em justificativa para desânimo e desistências. Isso se não tivéssemos claro o nosso objetivo e acima de tudo o nosso compromisso com um ambiente sustentável, com uma melhor qualidade de vida, tanto para nós, quanto para as futuras gerações. Isso me fez permanecer nesse processo. E, para além disso, buscar incorporar em minha prática atitudes ambientalmente corretas, buscando ações que conclamem toda a comunidade à qual pertencço para uma sensibilização acerca das questões ambientais, exercendo dessa forma a verdadeira cidadania.”

Elizandra Aparecida de Andrade, PAP3 de Diamante D'Oeste

“O que me mantém no processo FEA é poder educar pelo que eu sou, por minhas atitudes e não apenas pelo conhecimento que tenho. Transmitir aquilo em que de fato acredito.”

Patrícia Anne Furst, PAP3 de Foz do Iguaçu

“O que me mantém no processo é estar aprendendo com as pessoas idosas, com as crianças que juntos podemos agir de muitas maneiras em defesa do nosso planeta, que indiferente de cor, raça ou desigualdade social, todos devemos fazer nossa parte.”

Elizeti Maria Pereira, PAP3 de Santa Terezinha de Itaipu

“Esperava uma mudança mais rápida dos moradores da região frente às questões ambientais. Hoje percebo que é bem mais complicado. Como diz Einstein, é mais fácil dividir um átomo do que mudar a cultura das pessoas.”

Luiz Y. Suzuke, PAP3 de Medianeira

“Sou uma pessoa que quer ver o resultado “imediato”. Percebi que temos que respeitar as diferenças, os ritmos e as idéias que muitas vezes são diferentes das nossas. Ter equilíbrio e principalmente, persistência para contagiar e cativar as pessoas as quais estavam envolvidas no processo.”

Aparecida Costa, PAP3 de Santa Terezinha de Itaipu

“Achei importante a rapidez com que a comunidade captou o propósito do FEA e também a rapidez com que eles estão repassando para as suas comunidades. Não deixam as informações esfriarem.”

Viviane Mertig, PAP3 de Foz do Iguaçu

“Percebo semelhanças com outras formas de capacitação sobre o tema, no que se refere à fundamentação teórica, que é necessária e imprescindível. Ou seja, a formação teórica vem como ferramenta que abastece a mochila do educador ambiental. Sem bagagem, a viagem é mais penosa e dolorosa. Um educador bem fundamentado tem condições de direcionar melhor a sua intervenção na Educação Ambiental, que no FEA tem um caráter menos acadêmico e mais popular.”

Denise Fiorezzi, PAP3 de Lindoeste

“O que me mantém atuando no processo FEA é a busca permanente de me melhorar como pessoa e de melhorar as condições de vida dos meus semelhantes e das gerações futuras. Poder utilizar meus conhecimentos para ajudar outras pessoas, de forma a educá-las e reeducá-las em relação aos cuidados com o meio ambiente. Formar uma consciência que possibilite e facilite a manutenção da vida em nossa cidade, região, planeta. O legado que deixaremos às gerações futuras me preocupa!...Quero que meu filho saiba que sua mãe fez a parte dela!”

Rita de Cássia Guilherme, PAP2 de Maripá

“Um a um nós vamos conseguir fazer a diferença nesse mundo de tantas indiferenças.”

Silvana Cherone da Luz, PAP3 de Guaira

Continuando
a Sinfonia...

Nosso Caminho Adiante



O Coletivo Educador prepara-se para enraizar sua aprendizagem

Um balanço das ações desencadeadas na região mostra resultados expressivos. Como uma “sinfonia inacabada”, a formação aponta para um processo contínuo de aprendizagem, interpretação da realidade, interação com o meio e transformação socioambiental.

A aprendizagem em círculos não tem fim. Uma vez que aprendemos a atuar de certa forma, as variáveis, as situações que encontramos são inúmeras, são cotidianas, são pessoais, são coletivas, são locais, são planetárias... E em todas essas dimensões precisamos encontrar respostas ou nos aliarmos a outros e outras na esperança de encontrá-las juntos.

Afinal, o horizonte para o qual se aponta é amplo: cidadãos e cidadãs que fazem diferença neste “pedaço” do Planeta. Ou seja, pessoas que se transformam “de fora pra dentro e de dentro pra fora”, animam instituições, que, por sua vez, se mostram capazes de responder de forma proativa ao desafio atual das mudanças climáticas e de outras ameaças globais que pairam sobre o nosso futuro comum.

Os frutos colhidos

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) preconiza como os pilares da educação do século XXI: aprender a aprender, aprender a se relacionar, aprender a fazer, aprender a ser¹. Nesses três anos de implementação, o Programa FEA tem demonstrado sintonia com essas diretrizes. Pela metodologia que emprega, pelos relacionamentos que cultivou, pelas ações que empreendeu e pelo incentivo ao aprimoramento dos seres humanos engajados e da sua relação com o entorno, credencia-se como uma educação sintonizada com as tendências deste século.

O lançamento da presente publicação coincide com a afirmação de um novo momento para o Programa. Os resultados a seguir demonstram que já é possível falar em colheita de frutos bem expressivos:

- Maior sinergia na interação entre as duas instituições âncoras (Itaipu Binacional e Parque Nacional do Iguaçu) e destas com o Órgão Gestor do Programa Nacional de Educação Ambiental;
- A existência de 28 instituições e de 34 prefeituras de fato engajadas, que juntas compõem um PAP2 atuante e interessado na continuidade do processo;
- A formação de 210 pessoas, dentre as 298 originalmente selecionadas para o PAP3, que tiveram oportunidade, durante o processo de formação, de conhecer e interagir com outras iniciativas socioambientais na região e fora dela;
- A existência de cerca de 3000 pessoas reunidas em 115 comunidades de aprendizagem, ou PAP4, dando início a ações articuladas local e regionalmente, por meio da capilaridade, que permite o enraizamento da formação para a cultura da “Ética do Cuidado”.

Como a pedra que cai sobre a superfície de um lago dando origem a sucessivas ondas de propagação, o processo desencadeado na região começa a fazer seu efeito. Mais de três mil pessoas vivenciam diretamente os efeitos dessa “onda” em diferentes âmbitos e dimensões. Trata-se de pessoas e instituições que se qualificam, na condição de atores sociais, para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente na região.

¹ DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: UNESCO. *Um tesouro a descobrir*. São Paulo : MEC / CORTEZ, 1999.

Seria possível mencionar inúmeras mudanças provocadas pelo FEA no diálogo com outras ações socioambientais e educativas, perceptíveis tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Destacamos, aqui, os sinais da emergência de uma nova cultura na região, que indica formas mais sustentáveis de ser e de viver, como por exemplo, práticas de reciclagem, diminuição do nível de consumo, maior cuidado nos relacionamentos.

É pouco, para quem só contabiliza dados estatísticos. É muito para quem sabe o que significa debruçar-se para encaminhar processos de mudanças de cultura e de hábitos adquiridos, que vêm de séculos, principalmente em se tratando de pessoas adultas.

A experiência vive agora seu momento de transição. A formação, em sua primeira fase, foi concluída e deu-se início à capilaridade e ao enraizamento nas comunidades. Nesse momento, uma pergunta suscita o interesse dos/as participantes do processo: o que vem a seguir?

Questões estratégicas para a sustentabilidade do FEA

Transcendendo o Plano de Ação para 2008, avalia-se que o processo até agora enfrenta alguns desafios que precisam ser equacionados caso se queira, efetivamente, seu aprimoramento e permanência no médio e longo prazos, na abrangência da totalidade do território.

Tempo de maturação – A incorporação de novos atores ao processo não é algo mecânico. Envolve a interiorização de novos paradigmas, o que transcende visitas rápidas, troca de telefones e e-mails ou até reuniões curtas e palestras. É preciso haver sensibilização, descoberta de afinidades, trocas sinérgicas, mudanças em atitudes e práticas para que o novo possa florescer. Isto tem ficado evidente, principalmente nos momentos de “passagem” de um PAP a outro.

A questão do tempo interfere decisivamente nos processos educativos. Mudanças de governo, por exemplo, que ocorrem de dois em dois anos – considerando-se os âmbitos municipal, estadual e federal – causam profundos impactos sobre processos nascentes. A concordância ou discordância do Executivo, Legislativo e Judiciário em nível local é decisiva para a continuidade de um processo. O fato de sair da lista de prioridades pode pôr fim à

iniciativa. O mesmo ocorre quando pessoas formadas pelo FEA, nas quais se investiu tempo e recursos, são afastadas para que o seu cargo seja ocupado por indicação política.

Mas vale lembrar que o inverso é verdadeiro: quando encontra terreno fértil junto aos atores sociais para o necessário enraizamento, o processo de formação expande-se e ganha novas adesões e parcerias. Amplia as ações e conquista bons resultados. Por isso, é importante que os atuais envolvidos no FEA realizem um trabalho cuidadoso de engajamento dos candidatos e candidatas às eleições municipais, buscando sensibilizá-los a colocar a formação para a “Ética do Cuidado” no topo de sua lista de prioridades. E continuar, posteriormente, cobrando o comprometimento assumido com o processo.

Outros elementos que dependem do tempo são as condições das ONGs e movimentos sociais. Sabe-se que a fortaleza e a fragilidade dessas instituições variam no tempo. É preciso entender os mecanismos políticos e institucionais que orientam suas ações para saber lidar com os mesmos, aproveitando as oportunidades para articular a continuidade do processo de formação.

Se isso ocorre com as instituições, o que não dizer das pessoas? Situações inesperadas, como doença, luto, mudança de instituição no meio do processo de formação podem ocorrer e precisam ser consideradas. Deve-se dar o tempo necessário para se reatorem os laços e o envolvimento com as atividades do FEA.

Retroalimentação – Não basta tecer parcerias. É preciso manter uma indispensável formação específica destinada aos vários atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e de vida e, conseqüentemente, nos processos FEA. Prefeitos/as, vereadores/as, direções de universidades e escolas, igrejas e clubes de serviços, instituições regionais, organizações da sociedade civil, responsáveis pelos meios de comunicação precisam saber que há um bem-sucedido movimento na região.

Esses atores devem ser chamados a contribuir, a se empenhar de forma ativa na busca dos resultados a partir dos objetivos traçados, inclusive nas soluções para transpor “as pedras do caminho” e na partilha do sucesso alcançado pelo FEA. Sem isso não se conquista o envolvimento necessário à sustentabilidade do processo.

A “Ética do Cuidado” também nas relações humanas – Se estamos trabalhando por novas relações dos seres humanos entre si e com as de-

mais espécies, isso deve fazer parte das práticas cotidianas de todos os atores sociais envolvidos. Trata-se de manter a coerência entre o que se faz e o que se prega, condição indispensável para a sustentabilidade socioambiental.

A busca de relações sociais mais equilibradas reflete-se nas relações de equidade entre mulheres e homens, no respeito mútuo entre diferentes etnias, no encorajamento às abordagens multi-raciais, na aprendizagem propiciada pelo convívio intergeracional. Traduz-se também pelo compromisso ético nas relações trabalhistas em diversos níveis e na relação entre parceiros, sejam pessoas ou instituições.

No âmbito do FEA, tais práticas devem ser estimuladas. Em relação à representatividade étnica, por exemplo, um ponto a ser trabalhado é a maior presença dos remanescentes indígenas e quilombolas no Coletivo Educador e nas comunidades de aprendizagem. Da mesma forma, há que se trabalhar com atenção especial a participação de outros grupos sociais.

A dimensão da espiritualidade – A “Ética do Cuidado” nas relações humanas remete ao cultivo da espiritualidade no ambiente de formação. Trata-se de um dos pilares da educação preconizada pela UNESCO (aprender a ser). Afinal, a transformação das pessoas e das organizações não ocorre por geração espontânea, mas pela percepção de que as mudanças que se deseja atingem diferentes dimensões da vida humana, ou seja²:

- a mente, onde residem os pensamentos e sentimentos;
- o corpo, templo da consciência individual;
- o lar, residência e local de interação familiar;
- a Terra, palco de nossas ações e da família humana;
- o Universo, casa maior onde está inserido o nosso planeta.

O desenvolvimento dessa consciência nos leva a alterar hábitos pessoais, a mudar nossas interações humanas e sociais, a rever a nossa relação com o ambiente circundante e a nos questionarmos sobre a nossa missão de vida na Terra. Questões que remetem diretamente à “ecologia profunda”, termo cunhado pelo norueguês Arne Naess no início da década de 1970.

² FERRAZ, Luciana. Ecologia interior. In: FERRARO Jr., Luiz (Org.). *Encontros e caminhos*. Vol. 3. Brasília : Ministério do Meio Ambiente (no prelo).

Essa dimensão ainda não foi suficientemente abordada na formação oferecida pelo FEA na região. O aprofundamento do tema, assim como de outros que ampliam a compreensão sobre a “ética do cuidado” deve ser mantido como parte da aprendizagem permanente em todos os níveis e setores. Aprofundar essa temática levará à formação de cidadãos críticos em relação a muitos outros aspectos da nossa civilização que precisam ser urgentemente revistos, como os hábitos de consumo, os hábitos alimentares, a “poluição” mental ou a criação de barreiras artificiais entre as pessoas devido a classe social, herança cultural ou fronteiras geográficas.

Revedo indicadores da Educação Ambiental – O processo desencadeado pelo FEA na região traz consigo um desafio: a descoberta de indicadores válidos para a Educação Ambiental. Até hoje, os indicadores têm enfatizado, em sua maioria, a questão numérica e quantitativa. Até mesmo os serviços ambientais prestados pelas pessoas, quando deixam de cometer impactos ambientais, têm sido quantificados. É possível quantificar, por exemplo, qual é o valor econômico de uma nascente ou de uma árvore que não foi derrubada.

Mas como avaliar de que forma a Educação Ambiental está transformando a vida das pessoas? Que mudanças podem ser projetadas no PIB da Nação com a perspectiva de cidadãos e cidadãs ecoeducados em todo o território nacional? Viajando pela utopia, o que significa fazer Educação Ambiental no contexto atual das mudanças climáticas? Afinal, qual é o real valor da Educação Ambiental?

Isso não pode ser medido apenas com números. Essas e outras questões precisam ser aprofundadas para que se possa ter uma noção mais apurada da importância dos processos de Educação Ambiental na garantia da sustentabilidade socioambiental em determinado território.

Transformação em política pública – A experiência regional do programa FEA sinaliza para a necessidade de firmar as bases jurídicas/legais, financeiras, políticas e formadoras, indicativos já citados pelo Órgão Gestor da PNEA no Sistema Nacional de Educação Ambiental – SISNEA, conforme citação abaixo:

“Um dos problemas percebidos é que essa lógica estruturadora da PNEA é frágil, marcada por sobreposições e lacunas que geram dificuldades para se potencializar a Educação Ambiental. Faltam a estas legislações dispo-

sitivos que confirmam as condições educativas, financeiras, jurídicas, políticas, institucionais e participativas nos âmbitos do governo e da sociedade para que possamos construir sociedades sustentáveis.”

Isso representa na prática, a necessidade urgente de concentração de esforços na busca de mecanismos legais que capilarizem e enraizem a Educação Ambiental nos municípios e na região como uma política pública. A experiência regional aponta para a necessidade de um maior diálogo com os demais coletivos educadores do País e com o Órgão Gestor do PNEA no que se refere à construção de mecanismos de sustentabilidade da Educação Ambiental.

Tempo de sistematizar

Sistematizar não significa só registrar, tabular, redigir relatórios, escrever memórias ou produzir uma publicação como esta. Significa problematizar o vivido, buscar soluções e promover avanço e crescimento da experiência. Significa também colocar a aprendizagem obtida em perspectiva para que seja apropriada por coletivos e grupos sociais que vivem as mesmas questões em localidades e circunstâncias similares. O presente relato do processo FEA recolhe importantes elementos para uma necessária sistematização do desenvolvimento do Programa na região.

Fechando este ciclo, as autoras alertam para uma questão importante: uma efetiva sistematização requer a participação, a análise e as contribuições de todos/as os/as envolvidos/as: dos idealizadores da proposta em âmbito nacional (PAP1), das instituições-âncora, das instituições que integram o coletivo educador (PAP2), das/os educadoras/es ambientais espalhados pelo território (PAP3) e das comunidades de aprendizagem (PAP4).

Pelas suas características, o FEA possui um dinamismo ímpar, preservando e construindo sua identidade de forma alternativa aos pressupostos e parâmetros de rigidez que, muitas vezes caracterizam o processo de institucionalização da Educação Ambiental. Toda essa riqueza precisa ser resgatada e transmitida para que a experiência aqui retratada sirva a indivíduos e coletividades numa perspectiva de continuidade da vida no Planeta. Como afirmou com autoridade o mestre Paulo Freire, “A educação não transforma o mundo. A educação transforma as pessoas. As pessoas transformam o mundo”.

Referências Bibliográficas

ANDREOLA, Balduino Antônio. Paulo Freire e a Ecologia: carta ao professor Sírio Lopes Velasco. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande : PPGA, vol.10, jan/jun de 2003. Disponível em: <http://www.fisica.furg.br/mea/remea/indvol10.htm>. Acesso em 21/mai./2007.

ALVES, Rubem. A arte de produzir fome. In: *FolhaOnline. [Sinapse] on line*. 29/10/2002. Disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u146.shtml, acesso em 15/10/2007.

BERTHO, Ângela Maria de Moraes. *Os índios guarani da Serra do Tabuleiro e a conservação da natureza: uma perspectiva etnoambiental*. Tese de Doutorado. Florianópolis : UFSC, 2005.

BARLOW, Zenobia, CAPRA, Fritjof; STONE, Michael (Orgs.). *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo : Editora Cultrix, 2006.

BOFF, Leonardo. A ética e a formação de valores na sociedade. In: *Reflexão*. Ano IV, nº 11, out./2003. São Paulo : Instituto Ethos, 2003.

BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.

_____. *Saber cuidar*. Petrópolis : Vozes, 1999.

_____. *Ética da vida*. Brasília : Editora Letraviva, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire. 26ª reimpressão da 1ª ed. de 1981. São Paulo : Brasiliense. *Coleção Primeiros Passos n. 38*, 2005.

_____. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável*. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. *Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia*. São Paulo : Mercado Cultural, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. *Cadernos SECAD 1*. Brasília : Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda ambiental na administração pública A3P*. Brasília : MMA/SDS/PNEA, 2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais. *Cadernos de Formação. Volume 2: Como estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente*. Brasília : MMA/PNC, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. Brasília : MMA/DEA, 2005.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo : Editora Cultrix, 2001.

_____. *O ponto de mutação*. São Paulo : Editora Cultrix. sd.

_____. *Sabedoria incomum*. São Paulo : Editora Cultrix, 1990.

CARTA da Terra: princípios para um futuro sustentável. Foz do Iguaçu : Edição da Itaipu Binacional, 2005.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: UNESCO. *Um tesouro a descobrir*. São Paulo : MEC/Cortez. 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo : Editora Gaia, 1994.

DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira. 2000.

FERRARO Jr., Luis et al. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília : MMA/DEA, 2005.

FERRAZ, Luciana. Ecologia interior. In: FERRARO Jr., Luiz (Org.). *Encontros e caminhos. Vol. 3*. Brasília : Ministério do Meio Ambiente (no prelo).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5ª. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

_____. *À sombra desta mangueira*. 8ª.ed. São Paulo : Olho d'Água, 2006.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 45ª.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2005.

GTZ. BRICZ+G: crescimento e sustentabilidade. Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Alemanha dialogando sobre estratégias para a sustentabilidade. *Relatório da Conferência*. Brasília : MMA/GTZ, 2005.

GRONDIN, Marcelo. *O alvorecer de Toledo na colonização do oeste do Paraná: 1946-1949*. Marechal Cândido Rondon : Editora Germânica, 2007.

IBAMA. Parque Nacional do Iguaçu. *Resumo executivo do plano de manejo*. Brasília : IBAMA/FUPEF, 2000.

INSTITUTO Ecoar para a Cidadania. *Agenda 21 do pedaço: desafio das águas*. São Paulo : Ecoar, 1998.

ITAIPU BINACIONAL. *Resumo do Projeto Itaipu*. Foz do Iguaçu : Edições da Itaipu Binacional, 1980.

_____. *Resumo do Programa Cultivando Água Boa*. Foz do Iguaçu : Edições da Itaipu Binacional, 2003.

_____. *Jornais Cultivando Água Boa (08 edições)*. Foz do Iguaçu : Edições da Itaipu Binacional, 2003-2007.

_____. *Saberes e cuidados socioambientais em diálogos*. Síntese do Encontro de Especialistas de Educação Ambiental da Bacia do Prata. Foz do Iguaçu : Edições da Itaipu Binacional, 2006.

MELIÀ, Bartolomeu. *A terra sem mal dos guarani: economia e profecia*. Revista de Antropologia. São Paulo : FFLCH/USP, v. 33, p.31-46, 1990.

O'SULLIVAN, Edmund. *Aprendizagem transformadora*. São Paulo : Editora Cortez, 2005.

REDE NACIONAL PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Parque Nacional do Iguaçu: caminho aberto para a vida*. Curitiba : REDE PRO-UC, 2002.

SABIÁ, Irene Rosa. A escola e a Educação Ambiental: relato de experiências. In: Secretaria do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Educação Ambiental. *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. p. 35-37. São Paulo : SMA/CEAM, 1998.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo : Editora Global, 2000.

SATO, Michèlle. Biorregionalismo. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. p. 37-46. Brasília : MMA/DEA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo*. São Paulo : Editora Cortez, 2006.

TONSO, Sandro. Cardápio de Aprendizagem. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio

(Org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. p. 47-56. Brasília : MMA/DEA, 2005.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Foz do Iguaçu : Edição da Itaipu Binacional, 2006.

UNESCO. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Brasília : IBAMA/UNESCO.1999

VIEZZER, Moema; OVALLES, Omar; TRAJBER, Rachel. *Manual latino-americano de Educação Ambiental*. São Paulo : Gaia. 1995.

VIEZZER, Moema; ROCHA, José Carlos. *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo : Cadernos da CETESB, 1987.

VIEZZER, Moema. Atores sociais que interferem na Educação Ambiental. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. v. 2 Brasília : MMA/DEA, 2007.

_____. Pesquisa-Ação-Participante (PAP). In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. v. 1. p. 279-294. Brasília : MMA/DEA, 2005.

VIEZZER, Moema. Somos todos aprendizes. In: *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Foz do Iguaçu : Edição da Itaipu Binacional, 2005.

_____. Saiba mais sobre a Carta da Terra. In: *Carta da Terra*. Foz do Iguaçu : Edição da Itaipu Binacional, 2004.

WACHOWICZ. Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7ª ed. Curitiba : Ed. Gráfica Vicentina. 1995.

Referências da Internet

Conceito de desenvolvimento sustentável:

www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/gestao/index.html&conteudo=/gestao/artigos/sustentavel.html.

Acesso em maio de 2006.

Conceito de educomunicação:

www.cala-bocajamorreu.org.

Acesso em agosto de 2007.

Informações sobre a cultura guarani:

www.labeurb.unicamp.br/lelb/indigenas/guarani.html

Acesso em agosto de 2007.

Informações sobre etnias indígenas:

www.socioambiental.org/pib/epi/kaingang/hist.shtm

Acesso em agosto de 2007.

Informações sobre o oeste do Paraná:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Meorrei%C3A3o_do_Oeste_Paranaense

Acesso em agosto de 2007.

Informações sobre o ProNEA:

www.mma.gov.br

Acesso em setembro de 2007.

Informações sobre o Tratado de Tordesilhas e de Santo Idelfonso:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas

Acesso em agosto de 2007.

Versão integral da Carta da Terra:

www.cartadaterra.org

Acesso em outubro de 2007.

Versão integral do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

www.ajpa.org.br/ea-tratados.html

Acesso em outubro de 2007

Integrantes do FEA Até o Fim de 2007

INSTITUIÇÕES IDEALIZADORAS

Departamento de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente

- Marcos Sorrentino

Coordenação Geral de Educação Ambiental – Ministério da Educação

- Rachel Trajber

INSTITUIÇÕES ÂNCORAS

Itaipu Binacional

- Nelton Miguel Friedrich

Parque Nacional do Iguaçu

- Jorge Luiz Pegoraro

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA FEA

- Rosane Pletsch
- Roseli B. Dahlem
- Silvana Vitorassi
- Valéria C. Casale

CONSULTORIA

MV Consultoria Socioambiental

- Moema Viezzer

COLETIVO EDUCADOR – INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP

Associação Paranaense de Ensino e Cultura – UNIPAR

- Larissa Renata de Oliveira

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA

- Lineu Luiz Dewes
- Marco Antonio Bilo Vieira

Centro de Formação e Defesa dos Trabalhadores Chico Mendes

- Eliana Aparecida Vittos

Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR

- Joane Aura Covatti
- Raquel Covatti
- Leonel Medeiros
- Vanoegma João Nicolau
- Luiz Carlos Medeiros
- Victor Carlos Martinez
- Vanusa Maria Salvador
- Kelly Tatiana Lazzari

Companhia Paranaense de Energia – COPEL

- Luciano Hipólito Silva

Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

- Mauri Schneider

Empresa Comunicação e Meio Ambiente

- Norma Hofstaetter

Escola Intentus

- Doracilde Naomi Nogiti de Oliveira

Faculdade Anglo Americano de Foz do Iguaçu – FAA

- Joaquim Buchaim
- Patrícia Garcia da Silva Carvalho Mendes Gomes

Faculdade Assis Gurgacz – FAG

- Renato C. Oliveira

Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA

- Cláudio Nei Pavanatto
- Ruisdael de Freitas Lima Neto

Faculdade de Ensino Superior do Iguaçu – UNIGUAÇU / FAESI

- Jair Antônio Rafaelli
- Fabiana Wichosky

Instituto Ambiental do Paraná – IAP

- João Repossi Filho
- Luiz Carlos A. Vicentini
- Maria Lúcia Salles Rodrigues Dalla Costa

Instituto Maytenus

- Maira Janice Crocetti Burgardt

Instituto Yanten

- Alice J. Gasperin Zasso
- Roseli Motter

Itaipu Binacional

- Rosana Lemos Turmina
- Maria Emília Medeiros de Souza
- Leila de Fátima Alberton

Organização e Apoio a Projetos Ambientais e Sociais – URU

- Antônio Falkembak

Parque Nacional do Iguaçu

- Apolônio Nelson Rodrigues
- Marco Aurélio da Silva

- Suely Mendes de Souza
- Prefeitura Municipal de Altônia
- Fernando Vreque
- Prefeitura Municipal de Capanema
- Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques
- Aires Pedro Balestrin
- Prefeitura Municipal de Cascavel
- Izabel Depubel
- João Dranski
- Prefeitura Municipal de Céu Azul
- Tanara Jahn
- Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste
- José Maria Dias
- Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste
- Cláudio M. Lerner
- Rejane V. Anderle
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
- André Roberto Alliana
- Iracema Cerutti
- Prefeitura Municipal de Guairá
- Márcia Pereira
- Prefeitura Municipal de Itaipulândia
- Ireno Ivanir Becker
- Prefeitura Municipal de Lindoeste
- Irides Aparecida Cavalheiro Teixeira
- Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon
- Leocir Lang
- Prefeitura Municipal de Maripá
- Rita de Cássia Guilherme
- Prefeitura Municipal de Matelândia
- Rosane Merocco Crenite
- Laoderene Battistela Borges
- Prefeitura Municipal de Medianeira
- Lusiani Zanuzo
- Prefeitura Municipal de Mercedes
- Cleide B. Groff
- Prefeitura Municipal de Missal
- José Alzir Nicodei
- Prefeitura Municipal de Mundo Novo
- Aleamir Biasussi
- Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa
- Roselaine L. Stübbe
- Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste
- Marlene Inês Zorzo
- Juciane Lucia Tonial Piedade
- Prefeitura Municipal de Pato Bragado

- Rafael Reginatto
- Prefeitura Municipal de Quatro Pontes
- Prefeitura Municipal de Ramilândia
- Ricardo Celoni
- Prefeitura Municipal de Santa Helena
- Sandra Dillenburger
- Prefeitura Municipal de Santa Lúcia
- Carla Tonidandel
- Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste
- Sandra Marilda Lopes
 - Maria Ceioi Quadri
- Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu
- Neide Mariot Corrente
- Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras
- Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu
- Maristela Albônico
 - Márcia Perin
- Prefeitura Municipal de São Pedro do Iguaçu
- Marcelo Batista Maia
- Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu
- Márcia Rosani Lopes
- Prefeitura Municipal de Terra Roxa
- José Luis Soares
- Prefeitura Municipal de Toledo
- Tânia Maria Iakovacz Lagemann
 - Márcia Cristina Munaro Lovato
- Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste
- Valdeci da Silva Fermino
- Núcleo Regional de Educação
- Cascavel: Sônia Maria Justo
 - Foz do Iguaçu: Djeuci da Silva
 - Toledo: Vitorino Ostroski
- Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA
- Robert Hickson.
- União Dinâmica de Faculdades Cataratas – UDC
- Azenir Pacheco
 - Norma Barbado
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Campus de Cascavel: Bartolomeu Tavares
 - Campus de Foz do Iguaçu: Aurelinda Barreto
 - Campus de Toledo: Marli Roesler

PONTOS FOCAIS POR NÚCLEOS

Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu
Núcleo Regional de Educação - Toledo
IBAMA - Escritório Regional de Cascavel

EDUCADORES E EDUCADORAS – PAP3

Ademir Denílson Zoz – Cascavel
Adenir de Lourdes Molina Mori – Cascavel
Adriane Scarton - Entre Rios do Oeste
Adriani Serlei Lerner - Entre Rios do Oeste
Airton Cavaler Desidério - Foz do Iguaçu
Alípio Bomhardt - Itaipulândia
Amarildo Pacheco do Nascimento – Cascavel
Amauri Carvalho Alves - Ouro Verde do Oeste
Ana Cristina Pinheiro da Silva - Ouro Verde do Oeste
Ana Isabel Palauro Cornelius – Cascavel
Ana Paula Winter – Medianeira
Ana Rosa Salvalagio – Toledo
Analu Vieira Avelar – Medianeira
Andréa Carolina B. Mazacotte - Foz do Iguaçu
Andréa Cristina C. Felipetti – Foz do Iguaçu
Ângela Luzia de Meira Gonçalves – Foz do Iguaçu
Angélica Karina Dillenburg – Mercedes
Antônio Correa - Mundo Novo
Aparecida Costa - Santa Terezinha de Itaipu
Arlida Fortunata Arbgleya - São José das Palmeiras
Arthur Camilo Filho – Toledo
Assen Said Auada - Foz do Iguaçu
Carlos Antonio Caon – Matelândia
Carlos Landa - Mundo Novo
Caroliny Matinc - Foz do Iguaçu
Celson da Rosa – Lindoeste
Chrystian J. Bortoncello de Souza - Santa Terezinha de Itaipu
Claci Scherer - Foz do Iguaçu
Clades Maria Matte - Marechal Cândido Rondon
Claudete Carmo Pereira Monteiro – Cascavel
Cláudia Barbosa de Oliveira - Ouro Verde do Oeste
Claudia Cunha – Guaíra
Claudia Marisa Genehr – Toledo
Claudinéia de Souza - Ouro Verde do Oeste
Cleusa Marli Grings - Quatro Pontes
Cleuza Ivone Griebeler – Itaipulândia
Cristiana Rocker - Céu Azul
Cristiane Franciscatto - Céu Azul

Cristina Andréa Veloso - Mundo Novo
Danilo Cozer – Itaipulândia
Danilo Ribeiro – Lindoeste
Delia Maria Michelon Lenhard – Toledo
Denise Fiorezzi – Lindoeste
Devanir da Silva - Santa Tereza do Oeste
Dielson Kleber Pickler - Cascavel
Dione Carla Baldus – Toledo
Dirceineia Ferreira da Silva – Cascavel
Diva Lúcia Caovilla Rovani - Vera Cruz do Oeste
Djeuci da Silva - Foz do Iguaçu
Éderson Jean Mensch – Mercedes
Edilsom Semczuk - Foz do Iguaçu
Edson Cláudio Gavazzoni – Cascavel
Eduardo Rodrigo Lenz - Quatro Pontes
Eliana Delatore – Cascavel
Eliani Marilei Freitag - Marechal Cândido Rondon
Elisabeth D’Almeida Garret- São Pedro do Iguaçu
Elizeti Maria Pereira - Santa Terezinha de Itaipu
Elizandra Aparecida de Andrade - Diamante do Oeste
Elizângela Machado Pontes – Foz do Iguaçu
Elvira Schmidt – Lindoeste
Enio Paulo Zoche - São Miguel do Iguaçu
Ereninha Lanzine Scherer – Guaira
Estefania Eger – Mercedes
Fabiane B. Pereira Vitorassi - Santa Terezinha de Itaipu
Fabiano Carlos Cassimiro - Nova Santa Rosa
Fátima Favareto – Guaíra
Fernanda Rubio – Foz do Iguaçu
Franciele Kain - Serranópolis do Iguaçu
Francieli Butske - Missal
Francieli Lunardi - Diamante do Oeste
Francisco Amarilla Barreto - Foz do Iguaçu
Gabriela Vitorassi Zanella – Cascavel
Geane Carla Brum Brina - Santa Terezinha de Itaipu
Gilmar Corrêa da Cunha – Toledo
Gilson André Giron - Marechal Cândido Rondon
Heliton dos Santos Ramos - Terra Roxa
Iara Cristina Reis Decker - Toledo
Idalia Reis Pasqual - Terra Roxa
Idalino Pietsch - Cascavel
Ilza Rahmier Alliana - Foz do Iguaçu
Irineu Groeler - Ouro Verde do Oeste
Itamar Cassol – Medianeira
Ivete Morfort - Terra Roxa
Jaci Cielo Banetti – Toledo

Jacinta Jora - Foz do Iguaçu
Jacir José Malacarne – Cascavel
Jair Fernando Zatti - Diamante do Oeste
Jairo André Barbiam - Quatro Pontes
Jane Maria Seibert Zulian - São Miguel do Iguaçu
Janete Silva Hackel – Altônia
João Hugo F. da Silva – Altônia
João Pedro Schones - Santa Helena
João Repposi Filho - Foz do Iguaçu
Joaquim Marangoni - Santa Terezinha de Itaipu
José Carlos dos Santos – Lindoeste
Josiane Marcela Andrade Silva - Diamante do Oeste
Josinete da Silva Nascimento – Cascavel
Jovita Mello dos Santos - Terra Roxa
Judite Soares de Oliveira Cornelius - Santa Tereza do Oeste
Juliana Barion Wesolowski – Altônia
Juraci Colpani – Matelândia
Kátia Duarte – Matelândia
Katlin Fernanda de Araújo - Foz do Iguaçu
Keila Balieiros Zacarias de Oliveira - Santa Terezinha de Itaipu
Lauri Miguel Kilkin - Nova Santa Rosa
Leandro Franzen - Santa Helena
Leandro Mazurana - Serranópolis do Iguaçu
Leila M. Spanseski – Matelândia
Lino Santo Mantovani - Cascavel
Lucia de Oliveira – Cascavel
Luciana Graciano – Cascavel
Luciana Schuster - Pato Bragado
Luciane Traucznski - Matelândia
Lucila I. Z. Munaro - Mundo Novo
Luís Thiago Lúcio - Foz do Iguaçu
Luiz Suzuke – Medianeira
Luzia de Fátima E. Marques - Foz do Iguaçu
Luzia Inês de Andrade Silva - Diamante do Oeste
Maikon Hilgert – Missal
Marcelo Rodrigues – Guaíra
Márcia Cristina K. Schneider – Capanema
Márcia de F. L. P. Baumgartner - Foz do Iguaçu
Márcia Regina Ubiali Kreuz - São Miguel do Iguaçu
Marciano Becker - Marechal Cândido Rondon
Margareth Closs - Marechal Cândido Rondon
Maria Aparecida de Oliveira Begnini - Foz do Iguaçu
Maria Aparecida N. Grangarelli - Guaíra
Maria Bernadete Belim – Cascavel
Maria das Graças Lonkouski – Cascavel
Maria Helena Balestrin – Cascavel

Maria Izabel Hotz Kalschne – Cascavel
Maria Lúcia G. Gollmann - Toledo
Maria Luiza Mafra – Cascavel
Maria Olívia Cândido da Cruz - Foz do Iguaçu
Maria S. de Araújo Ramos - Terra Roxa
Marilene G. Camillo – Toledo
Marion de Oliveira Bueno Dobbro - Santa Helena
Marisa Ceolin – Cascavel
Marlene da Rosa Lopes - Santa Tereza do Oeste
Marlene G. de Assis Gozzi - Ouro Verde do Oeste
Marlene Rosa de Oliveira – Guaira
Marli Pauli - Missal
Marli Salette da Costa Silva - Foz do Iguaçu
Marlino de Jesus Freitas - Santa Helena
Mauricio Camilo Mentz - Santa Helena
Micheli Cristine Schneider – Toledo
Michelli Herpich – Marechal Cândido Rondon
Moises Oliveira de Souza – Altônia
Nair Veiga Soares Dalbosco - São Pedro do Iguaçu
Nanci Nogueira Teste – Cascavel
Neida Maria Chassot – Cascavel
Nelci V. Schmidt - Nova Santa Rosa
Nelvi Malokowski Algeri - Santa Tereza do Oeste
Neuza Stulp - Capitão Leônidas Marques
Odilene de Lurdes Belim – Cascavel
Oldemar Borges Cavalheiro – São Miguel do Iguaçu
Ondina Martini - Cascavel
Paola Francieli Santos - Capitão Leônidas Marques
Patrícia Anne Fürst - Foz do Iguaçu
Paulo Cezar Lopes - Foz do Iguaçu
Raimundo Frazão do Lago – Guaira
Raquel Inês Anderle - Entre Rios do Oeste
Ricardo Benitez – Foz do Iguaçu
Rizane Andréa Peretti - Serranópolis do Iguaçu
Rodney Batista - Foz do Iguaçu
Rogério Motta Moreira - São Miguel do Iguaçu
Rosane Potino Cruzatti - Marechal Cândido Rondon
Rosane Terezinha Cagliero – Medianeira
Rosângela Cardoso de Andrade – Altônia
Rosângela Dirlei Wilhem - Pato Bragado
Rosani Borba - Foz do Iguaçu
Roselei Avelino Leôncio - Vera Cruz do Oeste
Roseli Barquez de Assis Carvalho - Foz do Iguaçu
Rosemari Nicolau Jarosczuk - Foz do Iguaçu
Roseméri Dall Agnol – Cascavel
Rosimar M. dos Santos de Souza - Mundo Novo

Salete Zilio – Medianeira
Sandra Lenaide Wultke - Nova Santa Rosa
Sandra Mendonça Maraskim - São Pedro do Iguaçu
Sidinei de Lima – Cascavel
Sidônia Bomhardt - Itaipulândia
Silvana Aparecida da Luz – Guaíra
Sílvia Maccari - Vera Cruz do Oeste
Silviane Linque Francischetti - Foz do Iguaçu
Sirlei Aparecida Ferreira Soncela - Santa Tereza do Oeste
Sirlei C. da Silva Hoppe – Toledo
Solange Terezinha Bonato - Foz do Iguaçu
Sonia Gomes de Freitas – Vera Cruz do Oeste
Sonia Maria Geittenes – Capanema
Télvio Ricken - Serranópolis do Iguaçu
Tereza Ivete Signori - Foz do Iguaçu
Terezinha Macena de Freitas – Cascavel
Thais Maiara Bender – Toledo
Thaisy Galdino Pivato - Capitão Leônidas Marques
Valdemir de Oliveira – Lindoeste
Valdemir José Sonda - Marechal Cândido Rondon
Valéria Aparecida dos Santos Melisinas – Altônia
Valéria Olivo – Medianeira
Vanderlei da Fonseca – Lindoeste
Vanilce Pereira de Oliveira - Cascavel
Vera Ap. da C. da Fonseca - Mundo Novo
Vera Lucia Vier - São Miguel do Iguaçu
Verni Krause - Nova Santa Rosa
Viviane Mertig de Souza - Foz do Iguaçu
Viviane Pscheidt – Maripá
Wagner Mayer Vergara - Foz do Iguaçu
Zulmiro Luiz Gai - Capitão Leônidas Marques

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM - PAP4

ALTÔNIA	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 62 pessoas	Educação Ambiental nas Escolas através da Trilha Ecológica	62
CAPANEMA	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
-	Escolas Estaduais: Aquecimento global e Educação Ambiental	-
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 70 pessoas	Professores dos Col. Carlos Argemiro Camargo, Laurindo Parmigiani e Castro Alves (Projeto Restauração de Matas Ciliares)	13
	Professores e alunos dos Colégios Carlos Argemiro Camargo e Castro Alves	35
	Agricultores, professores, alunos, clube da 3ª idade, Col. Carlos Argemiro Camargo, Castro Alves, Terezinha Machado, Laurindo Parmigiani e Santa Mônica, (RAS, vigilância Sanitária, catadores – Projeto Reciclar)	22

CASCADEL	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 204 pessoas	Universitários da UNIOESTE	10
	Col. Est. José Angelo Baggio Orso; Bairro Guarujá	05
	Col. Est. Juvinópolis; Juvinópolis	20
	Alunos do Col. Est. Octavio Tozo - Centralito	20
	Alunos e professores do Colégio Cataratas	10
	Col. Est. Pacaembu - Alunos, professores e pais	20
	Associação de Senhoras de Rotarianos	39
	Professores e funcionários do Col. Professor Vctório Emanuel Abrozino	16
	Col. Est. Brasmadeira - Alunos e professores	05
	Alunos do CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (Nível Técnico – Curso Técnico em Meio Ambiente); Coordenadoria – grupo de idosos/ Ação Social da prefeitura de Cascavel.	25
	Educandos e acadêmicos – Colégio Santa Maria	04
	Professores e educandos – Col. Est. Pe. Carmelo Perrone	06
	Integrantes da comunidade – Bairros Santo Onofre e Santa Cruz	07
	Educandos de curso técnico – CEEP Cascavel	07
COOPARIVER – Cooperativa das Aparistas de Cascavel.	10	
CÉU AZUL	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 3 pessoas	Vice-presidente ACICA (Associação Comercial Industrial de Céu Azul; Vigilante sanitário, chefe escoteiro; Coordenadora de atividades de ginástica rítmica e clube do vovô.	3

DIAMANTE D'OESTE	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 18 pessoas	Pastoral da Criança	02
	Agentes Comunitários de Saúde	04
	Secretaria Municipal de Saúde	02
	Professores da Educação Municipal	04
	Acadêmicos	04
	Merendeiras	02
ENTRE RIOS DO OESTE	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 78 pessoas	EA nas Escolas Municipais e Privadas	35
	EA nas Entidades de Ação Social	18
	EA nos espaços culturais	10
	EA nas associações	15

FOZ DO IGUAÇU	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 454 pessoas	Agentes de núcleo de saúde	35
	Professores, serventes, alunos do supletivo e pessoas da comunidade de Três Lagoas	30
	Comunidade do Aporã	13
	Catadores de 9 centros de triagem	40
	Estagiários da SMMA de Foz do Iguaçu	25
	Coop. De Artesãos	10
	Escolas Municipais	50
	"OPP" – Observadores de plantas e Pássaros	4
	Agenda 21 escolar	20
	Coletivo Jovem de Meio Ambiente	20
	Grupo Agroecologia na Escola Padre Luiggi Salvucci	30
	Moradores do Parque Nacional do Iguaçu	40
	Estagiários da Secretaria Municipal da Fazenda	12
	Moradores da Rua Silmar Benitez	40
	Pastoral da criança - Morumbi	40
	Colégio Gustavo Dobrandino da Silva	15
	Alunos da APASFI	20
	Moradores do Jardim Canadá	10
	Coluna do Jornal	-
	Site da Faculdade Anglo Americano	-

GUAÍRA	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 122 pessoas	EA através da Pastoral da Criança	22
	EA na Comunidade Indígena	30
	Gênero e EA na Associação de Mulheres do Cruzeiroirinho	35
	EA na Escola Municipal Áurea Renck	35
ITAIPULÂNDIA	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 22 pessoas	Agentes de saúde de Itaipulândia	22
LINDOESTE	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 40 pessoas	A Educação Ambiental Na Comunidade Urbana e Rural de Lindoeste. Moradores da sede do município (alunos, bibliotecária, conselho tutelar, professores estaduais e municipais, agricultores e Professores da APAE local).	40 pessoas
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 35 pessoas	Caminhos da Natureza	35
MARIPÁ	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 18 pessoas	EA no Caminho das Flores	18
MATELÂNDIA	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 38 pessoas	Agro Cafeeira (academicos, professores, agricultor).	18
	Representantes das igrejas, jovens, acadêmicos	10
	Entorno do PNI, agricultores, zeladores e acadêmicos.	10
MEDIANEIRA	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 37 pessoas	Bairro Itaipu	23
	Bairro Belo Horizonte	14
MERCEDES	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 20 pessoas	Plantas Medicinais: propostas para um novo pensar socioambiental	20

MISSAL	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 99 pessoas	Agentes Comunitários de Saúde	29
	Associação de Catadores	8
	Pedagogas	12
	Famílias Bairro Jd. Gramado (Projeto Piloto)	50
MUNDO NOVO	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 76 pessoas	EA na Escola Terezinha Mendonça	31
	EA e Coleta Seletiva na Escola Estadual Castelo Branco	25
	EA e Coleta Seletiva na Escola do Mickey	20
NOVA SANTA ROSA	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 167 pessoas	EA na Equipe Docentes	37
	EA no Contraturno Social: Projeto Social	40
	EA através do Eco Clube e Eco Mirim	20
	EA na Comunidade da Bacia Sanga Xerê e Colibri	20
	EA, Juventude e Meio Ambiente	50
OURO VERDE DO OESTE	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 109 pessoas	EA no Clube de Mães Linha Gozzi	18
	EA no Colégio Estadual de Ouro Verde	15
	EA e Grupo da Terceira Idade	15
	EA na Escola Municipal São Sebastião	61
PATO BRAGADO	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 12 pessoas	Construção da Agenda 21 das Escolas Públicas de Pato Bragado	12

SANTA HELENA	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 224 pessoas	Rotary Club	19
	Grupo de Escoteiros	45
	Agricultores / Estudantes	40
	Ecoclube Porto Ambiental	35
	Grupo de Escoteiros	45
	Cooperativa do Agentes Ambientais	40
SANTA LÚCIA	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 25 pessoas	Alunos da Escola Municipal Santa Lúcia e Escola Municipal General Olivério	25
SANTA TEREZA DO OESTE	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 20 pessoas	Educação Ambiental na coleta seletiva e destino dos resíduos sólidos	20
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 410 pessoas	Col. Est. Ângelo Antonio Benedet ASR Esc. Mun. Cecília Meireles	40
	Comunidade Barro Preto Rio Bonito Assentamento	50
	Vila Vitorassi CMEI - CAIC	100
	Comunidade Três Fazendas Rotary – Cooperativa LAR	100
	CMEI – Santa Mônica CMEI – Vovó Detinha Igreja Quadrangular	20
	Aparecidinha Vila Canavial Barro Branco Agricultores: Vila Bendo e Vlia Bergamasco	100

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 30 pessoas	Educação Ambiental na Associação de Moradores da Estrada São Joaquim	30
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 103 pessoas	Agentes Jovens (15 a 18 anos)	25
	Alunos da 4ª série da Escola José Francisco de Oliveira	20
	Alunos da 3ª e 4ª série (escola La Salle) e Aldeia Ava-Guarani	23
	Agentes de Meio Ambiente e Reciclagem – catadores de materiais	35
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 90 pessoas	Educação Ambiental na Gestão Pública	90
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 13 pessoas	Agentes comunitários de saúde	13
TERRA ROXA	Comunidade da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 50 pessoas	EA em Unidades de Conservação	50

TOLEDO	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 192 pessoas	Abrace a Nossa Causa	30
	Ficagna para um Ambiente Melhor	22
	Jovens em Busca de um Mundo Melhor	20
	Grupo Gruceato. Grupo de Conscientização sobre Educação Ambiental da Paróquia São Cristóvão	15
	EA na Escola Intentus	25
	EA na Escola Municipal Shirley M. L. Saurin	20
	Agentes Ambientais do Coopagro	25
	Educação	15
	Vigilantes da Saúde com Qualidade de Vida	20
VERA CRUZ DO OESTE	Comunidades da Aprendizagem	Nº de PAP4
Total: 64 pessoas	Alunos (5ª, 6ª e 7ª Séries)	18
	Professores da Rede Municipal do Colégio Municipal Atílio Carnelose	20
	Conselho Fiscal e Administrativo da CRESOL	14
	Comunidade São Sebastião	12



Uma experiência exemplar

Quem lê com atenção o livro “Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade” é tomado imediatamente pelo entusiasmo.

A experiência do Programa FEA – Formação de Educadores e Educadoras Ambientais, aqui retratada, trabalhou ecologicamente a ecologia, quer dizer, realizou um processo holístico no qual todos os fatores naturais, culturais, educacionais, artísticos, políticos, técnicos e espirituais foram articulados e tratados de forma interdependente.

Ação e reflexão, análise e afeto, ética e técnica constituíram uma união feliz, vivida nas distintas etapas de construção desse programa coletivo. Esses e outros tantos elementos estão presentes neste livro, elaborado com inteligência e numa linguagem compreensível a todos. Em suas páginas, pessoas e instituições encontram não só estímulo, mas também uma metodologia testada e bem-sucedida. Os obstáculos, que sempre existem, foram transformados em desafios e as pedras do caminho, em fundamento da casa que todas e todos estão construindo juntos.

Leonardo Boff,

Teólogo e membro da Iniciativa Carta da Terra

ISBN 978-85-85263-03-4



9 788585 126303 4